

ELIANE SOARES

**RECOLONIZAÇÃO COMO "REFORMA DO ESTADO"
NO BRASIL**

**Florianópolis
2003**

Eliane Soares

RECOLONIZAÇÃO COMO "REFORMA DO ESTADO"
NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, como requisito para obtenção do título de mestre em Sociologia Política, orientado pelo professor Dr. Fernando Ponte de Sousa.

Florianópolis
2003
Folha de Aprovação

**Para minha mãe e para todos os
trabalhadores brasileiros que
ainda têm esperança.**

Agradecimentos

Haveria muitas pessoas a agradecer, mas em razão da impossibilidade de citar todas, mencionarei apenas aquelas que contribuíram mais diretamente à realização deste trabalho, desculpando-me pelas inevitáveis omissões.

Ao professor orientador Fernando Ponte de Sousa, que se mostrou interessado pelo trabalho e amigo. Também pela confiança que sempre demonstrou ter em meu potencial, apesar das minhas falhas.

Aos professores Paulo Sérgio Tumolo e Ary Minella pelas sugestões feitas na defesa do projeto.

Aos professores Sílvio Cario, Ary Minella e Ricardo Silva pela participação na banca examinadora.

Aos colegas do LASTRO (Laboratório de Sociologia do Trabalho) e do mestrado, com quem tive a oportunidade de debater algumas idéias.

A todos os professores e trabalhadores técnico-administrativos do Departamento de Sociologia Política.

Cabe registrar também o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através da concessão de bolsa de pesquisa durante o período de mestrado.

À minha irmã Rita e a meu cunhado Hugo, pelas correções do português, tradução do *abstract*, incentivos e outras várias ajudas.

Um agradecimento especial ainda aos amigos e camaradas da "luta política", por terem compreendido a minha (necessária) ausência. Sem o aprendizado que tive na militância, certamente este trabalho não seria o mesmo.

Por último, gostaria de agradecer, sobretudo, à minha família, em especial à minha mãe, minha irmã Rose e a meu sobrinho Gabriel, pelo apoio e dedicação no momento em que tive mais dificuldades de levar este trabalho adiante e por terem me incentivado a concluí-lo.

As revoluções nacionais *que se atrasaram* são revoluções nacionais que não puderam desatar-se e completar-se dentro e através do capitalismo. Agora, têm de voltar-se contra ele. Isso define a relação recíproca da burguesia com o proletariado no plano mundial: a revolução nacional já não é instrumental para o desenvolvimento capitalista (...) e, por conseguinte, para que a revolução nacional ganhe viabilidade em muitos países periféricos, é preciso que as revoluções proletárias quebrem as amarras de seu estancamento ou paralisação.

Florestan Fernandes.

RESUMO

A partir das últimas décadas do século XX, o sistema mundial do capital entra numa fase de crise estrutural, com implicações destrutivas para todos os países do globo. Para contrabalançar esta crise, são condições indispensáveis uma maior exploração da força de trabalho em todo o mundo e o recrudescimento das relações de domínio e opressão nacional. O resultado é o aprofundamento da histórica dependência estrutural dos países da periferia, que se vêem diante de um processo de reversão neocolonial que pode ser sintetizado na desestruturação do aparelho produtivo nacional; na degradação da força de trabalho; na generalização da insegurança e do caos social; na debilidade dos centros internos de decisão e na fragilidade dos aparelhos institucionais do Estado. Este estudo centra-se nas especificidades do Brasil – maior economia da América Latina – analisando as políticas de "reforma do Estado" promovidas pelos governos na década de 90 e sua relação com o que vários autores têm caracterizado como um processo de recolonização da nação. Trata-se de um ensaio sociológico que busca interpretar o significado da "reforma do Estado" em curso e não de uma pesquisa empírica acerca das políticas de reforma implementadas. Como opção teórico-metodológica adota-se uma perspectiva histórico-estrutural, isto é, que considera tanto os condicionantes objetivos das estruturas sociais mais amplas, como as decisões e ações das classes sociais que atuam e fazem a história. Através deste procedimento, evitou-se dois equívocos freqüentes: de um lado, o que considera a "reforma do Estado" atual inevitável ou a "única alternativa" frente aos "imperativos da globalização" e, de outro, a tese que a atribui meramente à "opção política" de governos e partidos pela "ideologia neoliberal". Na realidade, o processo de recolonização em curso no Brasil - apresentado pela ideologia dominante como um *ajuste técnico* e não como uma *política ideológica* - é fruto tanto das necessidades objetivas referentes às modificações no processo de produção e reprodução do capital como sistema global, como das opções políticas das classes dominantes e, porque não dizer, das classes dominadas brasileiras. Entretanto, tais opções não se referem a uma "preferência" abstrata por determinada ideologia, mas são fruto também de necessidades objetivas destas classes. Ao dar seqüência à sua histórica opção pela linha de menor resistência de associação com o imperialismo, a burguesia brasileira é impelida, nas condições atuais, a entregar a nação por completo, fragilizando de modo inédito o principal guardião de seus interesses: o Estado nacional. Por outro lado, os "de baixo" encontram-se num grau ainda baixo de organização e consciência. Nesse cenário, ao contrário do que afirma o discurso de que "não há alternativa", o que realmente importa é retomar o debate sobre *alternativas* para superar a dependência estrutural brasileira e o processo de recolonização em curso no país, o que inclui o debate sobre a alternativa socialista.

Palavras-chave: recolonização, imperialismo, reforma do Estado.

Abstract

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	10
<u>CAPÍTULO 1</u>	16
<u>CRISE DO ESTADO OU CRISE DO CAPITAL?</u>	16
<u>1. A crise atual como uma "crise do Estado".</u>	16
<u>2. As contradições do "modelo neoliberal".</u>	21
<u>3. A relação contraditória entre o Estado moderno e as estruturas sócio-econômicas do capital.</u>	27
<u>4. A crise estrutural do capital e a necessidade do intervencionismo estatal crescente.</u>	36
<u>CAPÍTULO 2</u>	60
<u>O RECRUDESCIMENTO DO IMPERIALISMO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS PARA A AMÉRICA LATINA.</u>	61
<u>1. Globalização x imperialismo.</u>	61
<u>2. A disputa inter-imperialista e a necessidade de um "novo imperialismo".</u>	67
<u>3. América Latina: a recolonização em marcha.</u>	72
<u>CAPÍTULO 3</u>	88
<u>BRASIL: A RECOLONIZAÇÃO COMO "REFORMA DO ESTADO".</u>	88
<u>1. Raízes históricas da dependência estrutural brasileira.</u>	88
<u>2. Os impasses da "transição democrática".</u>	109
<u>3. A recolonização como "reforma do Estado".</u>	112
<u>CAPÍTULO 4</u>	134
<u>ALTERNATIVAS À RECOLONIZAÇÃO: REFORMA OU REVOLUÇÃO?</u>	134
<u>1. Contra-revolução x nação: a impotência da crítica burguesa ao imperialismo.</u>	134
<u>2. A "fé supersticiosa no Estado": os projetos de reforma dentro da ordem.</u>	138
<u>3. A necessidade de uma alternativa estratégica radical.</u>	145
<u>BIBLIOGRAFIA</u>	155

INTRODUÇÃO

Neste trabalho discute-se a relação entre as políticas chamadas de *reforma do Estado* implementadas no Brasil a partir da década de 1990 e o que tem sido chamado por vários autores de um processo de reversão neocolonial. Procura-se evidenciar que, de fato, nas últimas décadas, principalmente nos anos noventa, houve um aprofundamento da *dependência estrutural* brasileira, a ponto de não ser exagerado falar de um processo de *recolonização*. Tal processo pode ser sintetizado na desestruturação do aparelho produtivo nacional; na degradação da força de trabalho; na generalização da insegurança e do caos social; na debilidade dos centros internos de decisão e na fragilidade dos aparelhos institucionais do Estado.

Trata-se de um ensaio sociológico que, a partir de uma visão de totalidade, busca interpretar o *significado* da "reforma do Estado" no caso particular do Brasil, e não de uma pesquisa empírica acerca das políticas de reforma implementadas. Como opção teórico-metodológica adota-se uma perspectiva histórico-estrutural, isto é, que considera tanto os condicionantes objetivos das estruturas sociais mais amplas, como as decisões e ações das classes sociais que atuam e fazem a história. Através deste procedimento, evitou-se dois equívocos freqüentes: de um lado, o que considera a reforma do Estado atual inevitável ou a "única alternativa" frente aos "imperativos da globalização" e, de outro, a tese que a atribui meramente à "opção política" de governos e partidos pela "ideologia neoliberal".

Assim, defende-se que o processo de recolonização em curso no Brasil - apresentado pela ideologia dominante como um *ajuste técnico* e não como uma *política ideológica* - é fruto tanto das necessidades objetivas referentes às modificações no processo de produção e reprodução do capital como sistema global, como das opções políticas das classes dominantes brasileiras. Entretanto, tais opções não são interpretadas como uma *preferência* abstrata por determinada ideologia, mas como fruto de necessidades objetivas de classe. Ao dar seqüência à sua histórica opção pela "linha de menor resistência" de associação com o imperialismo, a burguesia brasileira se vê impelida, nas condições atuais, a entregar

a nação por completo, fragilizando de modo inédito o principal guardião de seus interesses: o Estado nacional.

O "consenso" realmente *perverso*, atualmente em voga, diz respeito à continuidade do sistema do capital - considerado um parâmetro estrutural incontestável - e não à "ideologia neoliberal". Afinal, por quê partidos e líderes políticos que não tem nenhuma adoração pelo fundamentalismo pseudo-liberal - na verdade neo-conservador - de teóricos como Milton Friedman e Friedrich Von Hayek dariam continuidade, ao chegarem ao governo, à implementação das chamadas políticas neoliberais? Deste modo, ao contrário do que sugerem os críticos do neoliberalismo, o "ajuste neoliberal" foi apenas uma forma de buscar regular a crise, dadas as condições de perpetuação e aprofundamento da dependência estrutural brasileira. Os problemas brasileiros - que podem ser sintetizados no processo de reversão neocolonial - são fruto da histórica dependência do país em relação ao capital e ao imperialismo, dependência esta agravada nas condições atuais em virtude da crise estrutural do sistema do capital em seu *conjunto*, como falou Mészáros.

De acordo com Mészáros, a guinada à direita dos antigos "partidos do trabalho" indica que alterações substantivas nas condições objetivas do processo de valorização do capital estão em jogo. Dada a *ativação dos limites absolutos do capital*, o espaço para autênticas reformas torna-se cada vez mais estreito, daí a adaptação, cada vez maior, aos limites estruturais do sistema, de todos aqueles que não têm como perspectiva uma superação do capital.

Entretanto, tal interpretação não deve ser confundida com o fatalismo pseudo-objetivo das teorias da "globalização inevitável", já que corresponde justamente a uma crítica radical destas teorias. O conceito de *globalização*, quando sem o qualificativo *capitalista*, é formulado com o objetivo ideologicamente interessado de naturalizar e eternizar a ordem *sócio-histórica* do domínio do capital. Assim, ignora-se as determinações do *capital* e a ordem dominante passa a ser naturalizada em nome daquilo cuja necessidade *em si* ninguém questionaria: o desenvolvimento das forças produtivas e a integração mundial. Com tal inversão, o mundo real - marcado por contradições explosivas e profundas desigualdades - passa a ser

apresentado como um paraíso na terra, uma "aldeia global" de paz e prosperidade. Conceitos como *capital*, *classes sociais*, *imperialismo*, são abandonados, uma vez que a sua utilização poderia implicar o questionamento de um sistema sócio-histórico para o qual supostamente "não há alternativa".

O próprio enquadramento de toda análise e crítica possível aos parâmetros estruturais necessariamente limitados do sistema do capital não ocorre por razões de caráter meramente ideológico. A capitulação tanto de intelectuais, quanto de líderes políticos, outrora honestamente identificados com os interesses da classe trabalhadora, à ideologia apologética da ordem, deve-se a importantes transformações objetivas. Apesar das aparências de uma vitória completa do sistema do capital com o fim da "guerra fria", este se encontra mais instável do que nunca. O sistema como um *todo* se assenta em bases cada vez mais frágeis, ao colocar em *oposição frontal* a sua auto-reprodução e a manutenção das *condições absolutas* de reprodução da espécie. Nestas circunstâncias, toda crítica possível deve limitar-se aos parâmetros estruturais do sistema, para não pôr em evidência a extrema *instabilidade* a que este está sujeito nos dias de hoje.

Precisamente por estas razões é que a crítica fundamental deve ser feita ao sistema do capital em seu *conjunto*, e não a alguns aspectos ou efeitos particularmente "perversos" do mesmo. Como disse Marx, referindo-se ao proletariado alemão, a classe trabalhadora não deve reivindicar nenhum direito particular "porque nenhum mal particular é perpetrado contra ela, exceto o mal geral"¹. A identificação do *capital* – um sistema historicamente constituído de subordinação do trabalho – às leis da natureza, é, como falou Mészáros, um dos recursos mais antigos e, ao mesmo tempo, mais poderosos, da ideologia apologética da ordem. É assim que um sistema sócio-histórico e, portanto, transitório, é transformado em necessidade absoluta e eterna da própria reprodução social. Partindo desta compreensão, identificar o caráter *necessário* ou *objetivo* do processo de recolonização em curso no Brasil não significa considerá-lo inalterável em sua essência, já que não é visto como fruto das "leis eternas da natureza", mas das leis *históricas* e, portanto, modificáveis, do capital.

Todavia é preciso considerar também que o aprofundamento da dependência estrutural brasileira não emana apenas das imposições e novas exigências do imperialismo, nesta fase de crise estrutural do capital, mas depende também do modo como as classes dominantes e, porque não dizer, as classes dominadas no Brasil respondem a esta situação. Como a burguesia "nacional" já demonstrou e segue demonstrando que não tem interesse em romper com o sistema de dependência, o caráter contra-revolucionário desta burguesia e a autocracia do Estado brasileiro, nas condições atuais, atingem um grau paroxístico. Por outro lado, as *classes subalternas*, para usar um termo de Florestan Fernandes, encontram-se num grau ainda baixo de organização e consciência.

As políticas chamadas de *reforma do Estado* correspondem, na verdade, a *contra-reformas*, destinadas a perpetuar o capitalismo dependente como *via de menor resistência* da burguesia "nacional". Apesar de apresentadas como *reformas modernizadoras*, tais políticas não passam de "renovações" neocolonizadoras, agravando a contradição entre "a continuidade da contra-revolução por outros meios", como falou Florestan Fernandes e o conjunto da nação. Ou seja, ao invés de funcional à afirmação do Estado nacional, o domínio burguês no Brasil, choca-se com esta afirmação.

Por outro lado, as propostas autênticas de reforma do capitalismo dependente brasileiro, uma vez que ainda padecem da ilusão, em sua maioria, de construir um "capitalismo autônomo" centrado no Estado, não conseguem dar respostas à fúria do capital, chamada eufemisticamente de "ofensiva neoliberal". Com a crise estrutural do sistema do capital as margens para "reformas dentro da ordem" tornam-se cada vez mais estreitas, o que implica que, nas regiões periféricas, a própria defesa da *soberania nacional* como medida defensiva, acabe se tornando intolerável para as classes historicamente dominantes. Deste modo, torna-se urgente pensar *alternativas* às atuais "renovações" neocolonizadoras.

No Capítulo 1, a crise atual é apresentada, de acordo com a análise de Mézáros, como uma *crise estrutural do sistema do capital* e não como uma mera "crise do Estado". Neste sentido, questiona-se a idéia de que as políticas das

¹ Marx apud MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002, nota p.

últimas décadas foram fruto da "aplicação da teoria neoliberal" e argumenta-se que estas correspondem, na verdade, a medidas de "racionalização" que visam retirar o capital de sua crise, embora isso seja cada vez mais difícil em decorrência da *ativação dos limites absolutos do sistema*. Outros autores como Mandel, Wallerstein, Chesnais e Gonçalves foram considerados como forma de enriquecer a análise sobre a *crise mundial*.

No Capítulo 2, discute-se a situação da América Latina no atual sistema internacional de poder. Questiona-se a idéia da perda de centralidade dos Estados nacionais e argumenta-se que o que está em jogo atualmente é uma concentração ainda maior do poder nos Estados dominantes, em detrimento do direito à soberania dos povos do "Terceiro Mundo". Para embasar tal idéia procurou-se discutir o caráter do imperialismo e da dependência latino-americana atual, recorrendo-se, principalmente, ao texto clássico de Lênin, *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, e em autores que discutem o atual sistema internacional de poder e o papel da América Latina, como James Petras, Pablo González Casanova, entre outros.

No Capítulo 3, procura-se mostrar que as políticas de "reforma do Estado" implementadas no Brasil nos anos 90, na verdade, correspondem a políticas de *contra-reforma*. Apesar de serem *políticas* determinadas e, portanto, não terem nada de natural e inevitável como sugerem algumas teorias da globalização, elas não são simplesmente uma "opção política", mas uma exigência das novas necessidades da produção e reprodução do capital em um país dependente com as características estruturais do Brasil. Assim, procura-se argumentar que a política em vigor no Brasil nos últimos anos não constitui a *causa* da crise, mas uma tentativa de regulá-la em benefício do capital e do imperialismo. Neste sentido, o *sistema* é a própria *causa* da crise e das medidas de "racionalização" implementadas. Com o objetivo de embasar esta reflexão, procurou-se combinar a análise das características histórico-estruturais da dependência brasileira feita por autores como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, entre outros,

com análises sobre a situação atual do Brasil e a conformação do sistema do capital como totalidade, conforme discutida nos dois primeiros capítulos do trabalho.

Por fim, no Capítulo 4, discutem-se algumas *alternativas* (de reforma ou ruptura da ordem) do capitalismo dependente brasileiro, numa perspectiva abrangente, sem deter-se na discussão de cada projeto em particular. Os projetos político-ideológicos são situados segundo sua orientação de "reforma dentro da ordem" ou "contra a ordem", sejam eles projetos partidários ou de movimentos sociais. Neste capítulo, o objetivo é mostrar a importância de retomar-se o debate sobre alternativas à atual "reforma" neocolonizadora, apresentada como a "única alternativa".

CAPÍTULO 1

CRISE DO ESTADO OU CRISE DO CAPITAL?

1. A crise atual como uma "crise do Estado".

Fenômenos como a diminuição do crescimento econômico, o retorno de altas taxas de inflação e o surgimento de um nível de desemprego inédito, a partir de meados da década de 1970, não deixaram dúvidas de que os "anos dourados" do capitalismo haviam chegado ao fim, dada a emergência de uma nova *crise*. Porém, se a realidade da crise tornou-se um fato incontestável, as explicações sobre as *causas* da mesma foram bastante divergentes. O choque internacional do petróleo, com a elevação dos preços do produto, levou alguns autores a interpretarem a crise como uma "crise do petróleo".

Mas a interpretação que se tornou hegemônica foi a que atribuiu a crise ao "modelo de desenvolvimento" baseado na intervenção estatal na economia, que prevaleceu no pós-guerra. Segundo esta interpretação, os baixos índices de crescimento econômico, acompanhados de altas taxas de inflação e desemprego, indicaram o esgotamento de todos os "modelos" que, de uma forma ou de outra, basearam-se no papel central do Estado para promover o desenvolvimento econômico. Assim, tanto o "modelo" do Estado de Bem-Estar Social dos países capitalistas centrais, como o "estatismo burocrático" dos países socialistas² e o intervencionismo estatal do "modelo" da substituição de importações do "Terceiro Mundo" teriam fracassado.

Apesar de seus resultados favoráveis durante um período considerável de tempo (em torno de 25 anos), a fórmula keynesiana de maior intervenção estatal na economia para fazer frente às crises capitalistas teria conduzido, no fim das contas, ao freio do desenvolvimento econômico, à inflação e ao desemprego. Diante

² Nesta leitura, o colapso do *sistema soviético* e dos países socialistas da Europa é explicado pela ineficiência econômica considerada inerente ao Estado. Apesar deste trabalho não ter como objetivo a discussão sobre a crise do "socialismo real" - uma vez que centra-se na análise do Brasil e na situação específica do *capitalismo periférico* - parte-se do pressuposto de que os países que buscaram (e buscam) uma *via de transição* ao socialismo fazem parte do "sistema do capital em seu conjunto" (no sentido dado por Mészáros, op. cit.) e, neste sentido, estarão incorporados à análise.

de um novo contexto mundial, marcado pela "globalização da economia"³, o intervencionismo estatal teria deixado de ser um estímulo para se tornar um entrave ao desenvolvimento econômico.

Assim, diferentemente da crise dos anos 20 e 30, considerada uma "crise econômica", a crise dos anos 70 foi interpretada majoritariamente como uma "crise do Estado". O intervencionismo estatal ter-se-ia mostrado ineficiente, ao desestimular a concorrência (através de seus monopólios), o trabalho (pelo excesso de direitos e garantias) e ao promover um enorme desperdício de recursos pela ampliação da máquina burocrática do Estado. Deste modo, de remédio eficaz no tratamento da crise anterior, o intervencionismo estatal ter-se-ia convertido em veneno, tornando-se a própria *causa* da crise seguinte.

A partir desta interpretação, a solução para a crise atual tornar-se-ia auto-evidente: tratar-se-ia de "reduzir o tamanho do Estado", o seu grau de intervencionismo econômico, os seus "gastos excessivos", voltando a considerá-lo um mero *ator coadjuvante* das forças de *mercado*. Não estaria em questão destruir o Estado, mas reestruturá-lo, tornando-o mais compatível com a nova configuração econômica da sociedade. O Estado deveria apenas garantir a livre circulação e alocação dos "fatores de produção", assumindo um papel apenas de "regulador" e não de "executor direto" no âmbito da economia.

Dada a similaridade das linhas essenciais deste projeto com o liberalismo econômico e filosófico clássico⁴, ele foi denominado *neoliberal* e passou a ser considerado por diversos autores como uma "nova política para o mundo", como a "superestrutura ideológica" do processo de globalização da economia ou, ainda,

³ O significado do conceito de *globalização* será melhor desenvolvido no Capítulo 2, onde discute-se a atual conformação das relações internacionais de poder.

⁴ Como disse Samir Amin, o discurso *liberal* deriva não só de uma teoria econômica, mas também de uma filosofia social e política que se fundamenta no conceito de *liberdade individual*. Para o liberalismo clássico, a sociedade se resume a uma coleção de indivíduos. A partir deste fundamento filosófico, buscou-se demonstrar que o sistema funciona e se reproduz com base no "equilíbrio geral" e que, simultaneamente, permite a satisfação máxima dos indivíduos. Por essa razão, para os liberais o sistema é racional e eterno. AMIN, Samir. *Unidad y mutaciones del pensamiento unico en economía*. In: SEGRERA, Francisco Lopes (ed.). *Los retos de la globalización*. Caracas: Unidad de Artes Gráficas e Impresión UNESCO/CRESALC, 1998, p. 165-185.

como a "racionalidade teórica" da internacionalização de um novo modelo de acumulação capitalista pós-crise dos anos 1970.

Segundo Sánchez (1998), a chamada teoria neoliberal utiliza alguns conceitos da economia política clássica, em especial de Adam Smith, e da escola neoclássica de finais do século XIX. Apesar de possuir diversas correntes, a escola neoclássica teria um fundamento comum: "la exaltación extrema del mercado y la oposición, aunque con gradaciones, al papel regulador del Estado" (p. 258). Entre os autores neoclássicos, o que mais se identificaria com o neoliberalismo atual seria Walras, por sua tese sobre o "equilíbrio geral". Walras sustentaria a idéia do equilíbrio perfeito das relações econômicas, quando baseadas num mercado livre, de concorrência perfeita.

Em nosso tempo, o maior porta-voz do "neoliberalismo" seria Milton Friedman. Friedman repetiria a conhecida máxima de Adam Smith de que a melhor forma de servir o *interesse geral* é por meio da perseguição dos objetivos individuais. Para Friedman, *o mercado é o núcleo da liberdade*, tanto econômica como política. Por isso, Estado e mercado são considerados princípios de organização incompatíveis: "el primero trae la coacción, el control y la inhibición económica; el segundo es la matriz de la libertad, el desarrollo, el consenso y la armonía. La lucha por esa libertad implica por ende, eliminar las funciones reguladoras del Estado y toda su fuerza económica". (Sánchez, 1998, p. 259)

Assim, uma das principais idéias do chamado neoliberalismo é a redefinição das funções reguladoras do Estado e o estímulo à privatização de seus bens e serviços. Tal redefinição é justificada em nome do favorecimento da ação de *equilíbrio* supostamente inerente à "mão invisível" do mercado. O discurso neoliberal sublinha ainda a neutralidade da gestão estatal e a desideologização dos princípios que definem o sistema econômico, ao qual se atribui uma validade universal.

Apesar de já condenar, nas décadas de 1940 e 1950 (quando foi formulada), os "exageros paternalistas" do Estado de Bem-Estar Social, afirmando que o intervencionismo estatal crescente conduziria à ineficiência econômica e à perda da

liberdade individual, a "teoria neoliberal" foi ignorada enquanto durou a expansão econômica do pós-guerra e a hegemonia keynesiana.

Porém, diante da crise dos anos 70, o chamado neoliberalismo converter-se-ia em nova panacéia. Os governos de Thatcher (Inglaterra) e Pinochet (Chile) foram os primeiros a implementar políticas práticas utilizando-se de argumentos neoliberais. Anos depois, Reagan fez o mesmo nos Estados Unidos e, a partir daí, estas idéias se estenderiam a todo o mundo, consolidando-se nos anos 90, favorecidas pela queda do socialismo europeu e da URSS.

A conversão dos "princípios neoliberais" em políticas práticas, no entanto, colocou-os à prova. Os estudos dedicados à análise dos "efeitos das políticas neoliberais", em sua maioria, constataram a existência de contradições entre a teoria e a prática neoliberal e entre a "aplicação do modelo" nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos do capitalismo.

Novamente de acordo com Sánchez (1998), enquanto os países dependentes aderiram sem restrições a todas as "fórmulas neoliberais", os países desenvolvidos foram mais cuidadosos, principalmente em relação à intervenção estatal e ao grau de proteção de seus mercados. Além disso, o chamado neoliberalismo não foi implementado em iguais condições em todos os países centrais. No caso da Alemanha e de outras nações européias, as "políticas neoliberais" conseguiram avançar apenas parcialmente, mantendo-se os eixos centrais da propriedade estatal e uma política mais cuidadosa no que diz respeito aos grandes interesses econômicos nacionais. Na experiência do Japão e de outros países asiáticos, tampouco seria visível uma aplicação plena da "ortodoxia neoliberal".

Nos países subdesenvolvidos (que teriam adotado o "modelo neoliberal" em toda sua radicalidade), as conseqüências teriam sido catastróficas. A "aplicação do neoliberalismo" na América Latina e no Caribe teria resultado, entre outras conseqüências, num processo de reconversão econômica, que levou à destruição das indústrias mais atrasadas em produtividade e tecnologia; no desmonte do Estado e na redução drástica do investimento em serviços sociais; no crescimento do desemprego e da pobreza; na perda da capacidade decisória dos Estados; na multiplicação da marginalidade ou da "economia informal"; no reaparecimento do

cólera e outras epidemias e no incremento da delinquência, da criminalidade, do narcotráfico e da corrupção.

Porém, mesmo nos países centrais do sistema - tanto nos que teriam adotado "políticas neoliberais" mais radicais (como Inglaterra e Estados Unidos) como naqueles que as teriam aplicado apenas parcialmente - os resultados teriam sido contrários aos esperados. Ao invés da apregoada recuperação do crescimento econômico e dos níveis de emprego, a economia se manteve praticamente estagnada com tendência a uma recessão prolongada e o desemprego não apenas não foi reduzido, como aumentou drasticamente⁵.

Entretanto, apesar dos resultados desastrosos a que conduziram as chamadas políticas neoliberais, estas continuaram a ser implementadas nas décadas seguintes⁶. A maioria dos governos, dos mais diferentes matizes ideológicos, não abandonaram os aspectos centrais dessa política. Observa-se como uma tendência comum aos países centrais e periféricos do capitalismo, que candidatos e partidos outrora identificados com uma política de centro e até de esquerda (os chamados "partidos do trabalho") deram seqüência, ao chegarem ao governo, às políticas dos governos anteriores, considerados "adeptos do neoliberalismo". Mudam as siglas que governam, mas o fundamental da política anterior permanece. Mas como explicar esse "consenso neoliberal"? Como explicar a insistência na continuidade de uma política que a evidência dos fatos já demonstrou não levar aos resultados esperados?

⁵ Os dados referentes a esta realidade serão apresentados no item 4 deste capítulo.

⁶ Para Germán Sánchez, o início do século XXI foi marcado pela "crise do neoliberalismo". Os efeitos sociais perversos e a crescente polaridade a que teria conduzido o "ajuste neoliberal", especialmente nos países pobres do "Terceiro Mundo", teriam feito crescer a oposição política ao "modelo", levando a uma crescente explosividade social a partir da década de 90. Frente a essa realidade, até mesmo as Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) promotoras do "neoliberalismo", como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), teriam passado a defender a necessidade de implantação de diferentes programas sociais capazes de suavizar os efeitos maléficos do "ajuste". Apesar de Sánchez ter razão quando diz que a "ideologia neoliberal" sofreu um forte abalo em termos de sua capacidade de convencimento das massas, também é verdade, como ele próprio admite, que esta foi questionada pelos governos apenas em seus "efeitos sociais mais perversos" e não na sua totalidade. Assim, mesmo com menor legitimidade, as chamadas políticas neoliberais continuaram a ser implementadas em sua essência por governos dos mais diferentes matizes ideológicos. SÁNCHEZ, Germán. El asalto neoliberal. In:

2. As contradições do "modelo neoliberal".

Bertolt Brecht diz em um de seus poemas que em nossa sociedade "o absurdo é a regra". Porém, se o grande dramaturgo e poeta alemão vivesse hoje, certamente espantar-se-ia com o nível e a extensão do absurdo. No mundo atual, tem sido uma regra o estabelecimento de uma distância cada vez maior entre as doenças diagnosticadas e os remédios recomendados para a sua cura.

Ao mesmo tempo em que direitos sociais e trabalhistas são eliminados, supostamente como forma de livrar o Estado de sua *crise fiscal*, a "ajuda" financeira estatal a grandes corporações e bancos é ampliada. Argumenta-se que foram os excessivos gastos do Estado na forma de seguros sociais, educação e saúde que provocaram as dificuldades financeiras deste para garantir o desenvolvimento econômico e que, se não revertida a tempo, esta tendência poderia levar ao estrangulamento financeiro e ao conseqüente colapso do Estado. Entretanto, o mesmo Estado é chamado a investir somas bem mais significativas de recursos do que aqueles que investe em serviços sociais na "ajuda" financeira a "capitais em dificuldades". Isto é feito de diversos modos: através da redução de impostos e incentivos fiscais; da compra de mercadorias; da estatização de dívidas privadas; da doação de terrenos e instalações; do "saneamento" de empresas públicas antes da sua privatização; etc. E os recursos necessários para tanto, evidentemente, terão que ser retirados de algum lugar, sendo extraídos da maioria da população, cuja situação socioeconômica é cada vez mais precária. É evidente que esta forma de "solucionar" a chamada *crise fiscal* do Estado é um completo contra-senso. O que acaba ocorrendo é um endividamento geral crescente e insanável que, longe de diminuir, só faz aumentar esta crise.

Nos países do chamado Terceiro Mundo, o discurso era que as políticas de "ajuste fiscal" promoveriam o desenvolvimento econômico e social e recuperariam a capacidade de investimento do Estado. Entretanto, ocorreu o contrário. Ao invés de aumentar a capacidade de investimento estatal, tais políticas trouxeram

conseqüências econômicas e sociais catastróficas que deixaram os Estados periféricos à beira do colapso.

Neste aspecto, o exemplo da Argentina é emblemático. Guilherme Calvo, economista-chefe do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), afirmou que a crise da Argentina não tinha precedente, que na sua condição de pesquisador da economia, não poderia afirmar se o país tinha saída ou não e que nunca viu "algo assim em períodos de paz". (Folha de São Paulo, 27 de abril de 2002).

Após seguir à risca as medidas de "ajuste estrutural" recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o país literalmente quebrou. O FMI monitorou na Argentina um programa de cortes drásticos no orçamento estatal, ao mesmo tempo em que exigiu que a Argentina continuasse honrando seus compromissos financeiros com os credores internacionais. Alimentou-se desta forma um círculo vicioso, onde os empréstimos do FMI foram condicionados à implementação de políticas que minavam, cada vez mais, a capacidade do Estado argentino continuar pagando esses empréstimos, mergulhando o país numa profunda recessão.

A economia argentina passou a girar em torno da expectativa criada pela entrada de dinheiro de curto prazo dos investidores estrangeiros, em busca de uma valorização rápida de seus capitais. O resultado foi desastroso, levando o país ao colapso social, político e econômico. Muitos bancos quebraram e fecharam suas portas, uma grande massa de capitais fugiu do país e o governo foi obrigado a decretar a moratória da dívida externa. A situação foi tão longe que o governo resolveu decretar também o "corralito", impedindo as pessoas de realizarem saques bancários, ou seja, roubando literalmente a população para tentar manter a confiança dos credores. O desemprego atingiu níveis recordes e a insatisfação popular explodiu através de vários protestos e manifestações de rua, que levaram à queda de três presidentes e quatro ministros da economia em menos de um mês. (La lucha..., 2001).

O mais impressionante, porém, é que depois de toda essa tragédia, continuou-se a receitar os mesmos remédios para a Argentina. Visando "construir o consenso" e "resolver a crise", o governo Duhalde apresentou uma declaração de 14 pontos. Segundo o ministro da Economia, Roberto Lavagna, essa declaração em seu

conjunto, representou "um compromisso no sentido de manter a Argentina firmemente inserida na economia internacional". Quanto aos problemas fundamentais do povo argentino, como o aumento do desemprego e a retenção dos salários e outros recursos nos bancos, a resposta do governo não passou de uma retórica oca do tipo: "não há respostas fáceis para o curto prazo, mas o governo comprometeu-se em assegurar previsibilidade e liquidez aos correntistas através de legislação apropriada". (Valor, 3, 4 e 5 de maio de 2002).

Algumas ações judiciais permitiram a saída de recursos bloqueados pelo "corralito", mas beneficiaram principalmente os grandes correntistas. "Quase 75% das 19 mil ações judiciais favoráveis a correntistas pediam a liberação de depósitos superiores a 100 mil pesos". Como se não bastasse, havia desconfiança de que os juízes e advogados envolvidos se beneficiaram com estes processos, o que levou um grupo de deputados a anunciar a formação de uma comissão de investigação.

Como se vê, o governo argentino se move em meio a difíceis contradições, na medida em que quer manter a qualquer custo a confiança do FMI e ao mesmo tempo está impedido objetivamente de cumprir as exigências do Fundo na íntegra. Por exemplo, o governo Duhalde, visando apresentar uma saída para a crise, considerou impossível manter o sistema de câmbio flutuante - preferido pelo FMI - e propôs a adoção de uma banda cambial, estabelecendo os limites de câmbio entre 2,50 e 3,50 pesos por dólar. Também por necessidade, o governo resolveu estabelecer um novo aumento no imposto de exportação, mas os proprietários do setor agropecuário responderam com a paralisação da produção. (Folha de São Paulo, 27 de abril de 2002). Talvez como auto-consolo, o ministro da Economia disse que o problema argentino tinha tanto a ver com a "política" como com a "economia", já que "o insucesso refletiu a ausência de uma compreensão política consensual sobre qual rumo econômico básico o país deveria tomar". (Valor, 3, 4 e 5 de maio de 2002). Entretanto, o ministro não revelou a fórmula mágica capaz de levar a essa "compreensão política consensual".

Dado este cenário, não é difícil perceber - e cada vez mais pessoas o percebem - que o remédio receitado pelo FMI para a Argentina está envenenado.

À medida que a crise se agrava, com um possível colapso da produção da ordem de 10% a 15% neste ano, e com o desemprego em

disparada, o FMI pede cortes mais profundos. Faz o mesmo que a medicina do século 18, quando os doutores "curavam" pacientes febris com sangrias, debilitando-os ainda mais e apressando sua morte. (Sachs, 2002).

Gilson Schwartz, articulista da Folha de São Paulo, comentando o que chamou de "colapso do Estado" argentino após a aplicação das receitas do FMI, concluiu que era inviável a continuidade dos cortes nos gastos públicos e que a solução seria a entrada de dinheiro novo na Argentina, mas sem a exigência de mais cortes. Porém, terminou o artigo dizendo que esse era "exatamente o tipo de política econômica considerada populista e irresponsável pelo FMI". (Schwartz, 2002).

Mas além de solução para a *crise fiscal* do Estado, a redução de direitos sociais e trabalhistas é apresentada também como *saída* para um dos maiores - senão o maior - problema de nosso tempo: o desemprego. Busca-se acabar com o desemprego, cortando direitos dos trabalhadores e aumentando o grau de exploração dos que continuam empregados. A tese é que um menor "custo do trabalho" incentivaria as empresas a contratar mais trabalhadores.

No entanto, a realidade nega essa tese diariamente, pois o desemprego cresce em todo o mundo, apesar dos cortes de direitos. Avalia-se em aproximadamente um terço da população economicamente ativa o número de desempregados no mundo, o que corresponde à cerca de 820 milhões de pessoas. (Steffan, 1998). Nos países mais desenvolvidos do sistema (EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido), o desemprego aumentou nitidamente nas duas últimas décadas do século XX, justamente quando a política de cortes de direitos passou a ser implementada com mais vigor pelos governos. De uma taxa média de 1,9% no período 1960-73, o desemprego pulou para uma taxa de 7,1% no período 1980-97. (Gonçalves, 2002).

Como disse Mézáros (2002), as "soluções" apresentadas para o problema do desemprego vão desde a falsificação sistemática ou "melhoramento das estatísticas", passando pela pregação moral vazia até a defesa de políticas anti-trabalhistas de retirada de direitos. Conforme este editorial do jornal londrino *The Economist*:

Uma das causas principais - especialmente da tragédia crescente do desemprego de longo prazo - é o *auxílio desemprego*, que é *muito generoso e duradouro*, que representa um estímulo pequeno para que quem o recebe procure um emprego... Não há dúvida, por exemplo,

de que o desemprego anormalmente alto na França, especialmente entre os jovens, se deve em parte ao *salário mínimo nacional* – de cerca de 50 por cento do salário médio (que inclui cerca de 12 por cento da força de trabalho), um valor muito alto pelos padrões internacionais, que deve afastar muitos jovens do mercado de trabalho. Os governos devem evitar também de outras formas o aumento do custo da contratação de mão-de-obra, que hoje desestimulam o recrutamento, por oferecerem *excessiva proteção do emprego para os empregados que são contratados* (apud Mészáros, 2002, p. 325).

Entretanto, como completou Mészáros, esse tipo de argumentação não se apóia em base alguma, pois o desemprego tem aumentado independentemente de todas as reduções salariais e de direitos. Assim, continua um completo mistério a forma de aumentar empregos diminuindo direitos trabalhistas, apesar da difusão diária desta tese.

Dada a precarização das condições de vida e trabalho e o aumento do desemprego em todo o mundo, era de se esperar que crescessem também os índices de criminalidade e as manifestações de insatisfação popular. Mas, mais uma vez, as respostas dos governos para estes problemas não poderiam estar mais distantes de soluções reais.

Ao aumento da criminalidade, o governo responde com a "maquiagem das estatísticas" e com o fortalecimento do aparato repressivo do Estado. Conforme Mészáros (2002) na Inglaterra descobriu-se, através de relatórios da imprensa, que a diminuição das taxas de criminalidade anunciadas pelo governo devia-se ao não-registro por parte dos postos policiais de inúmeros casos de crime. A pressão do Ministério do Interior para "melhorar as estatísticas" levou os policiais a agir desta forma, utilizando-se, como disse Mészáros, do "método preferido pelo chefe de propaganda de Hitler".

Porém, quando o problema torna-se explosivo demais para continuar a ser assim "solucionado", os governos são obrigados a apresentar saídas mais realistas para responder à chamada opinião pública. Neste caso, a solução apresentada é o incremento do aparato policial-militar do Estado. Em nenhum momento as causas dos crimes são postas em discussão. Não é preciso dizer que esse tipo de "solução" tem uma eficácia muito pequena no combate ao crime.

Como disse Castel (1998), referindo-se a este e outros problemas sociais, o desafio maior, quando o que está em jogo é a manutenção da estabilidade⁷, não é combater a "exclusão" atual (que o autor chama de "desfiliação") e seus efeitos perversos, mas impedir esta de continuar aumentando, na medida em que não se estanca a verdadeira "hemorragia de desfiliação" que parte do próprio *núcleo* da sociedade.

Em relação às respostas dos governos às crescentes manifestações de descontentamento popular, verifica-se de forma evidente que, hoje, mais do que nunca, a força tem substituído o consenso e a coerção o consentimento na prática dos governos. A única alternativa considerada viável para defender a "ordem" passa a ser a contenção da insatisfação popular por meio da força. A força repressiva do Estado é chamada a intervir desde os menores até os maiores atos de contestação. Os exemplos a esse respeito são inúmeros, indo desde os lugares mais remotos até os grandes centros metropolitanos mundiais. É extremamente raro, para não dizer impossível, ocorrer uma manifestação (inclusive as mais pacíficas) sem a presença de ostensivo aparato policial-militar nas ruas⁸.

O uso freqüente da força repressiva do Estado para manter a "ordem", apesar de aparentar uma demonstração de força, é uma confissão de que todas as

⁷ Castel e Mészáros, entre outros, consideram que, na ordem atual, problemas sociais como o desemprego, a fome, a miséria e a própria criminalidade não preocupam por si mesmos, mas apenas na medida em que põem em xeque a *estabilidade social e política*. Para estes autores, o que está em jogo, ao buscar-se dar respostas a esse tipo de problemas, é a preocupação com a *legitimidade* do sistema, já que a *defesa da ordem* não pode deixar de ser o guia primordial da ação do Estado. Daí a preocupação de prevenir ou combater a consequência mais temível do aprofundamento dos problemas e contradições sociais: a explosão da insatisfação popular politicamente motivada. CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998. Conforme Mészáros, um artigo do *Sunday Times* anunciou que "nos círculos governamentais cresce a ansiedade de que o avanço incansável do desemprego em massa esteja criando o que um relatório policial descreveu como um 'espírito de insurreição'". Segundo o mesmo artigo, "os sindicatos de policiais já avisaram que seus membros não têm condições de controlar explosões politicamente motivadas". Op. cit., p. 323 e nota 152.

⁸ A esse respeito, foi simbólica a repressão à manifestação de Gênova, na Itália, por ocasião de uma reunião do G8 (grupo dos sete países mais ricos do mundo, mais a Rússia). Este ato tornou-se um símbolo da resistência global dos povos, por trazer à tona o novo patamar de enfrentamento que a "Nova Ordem Mundial" está disposta a enfrentar. Neste ato, a brutalidade da violência policial foi indescritível, fazendo a primeira vítima fatal de uma manifestação de rua internacional contra a "globalização": Carlo Giuliani, um estudante de 17 anos.

instituições sociais e políticas, incluindo o próprio Estado, estão cada vez mais frágeis. Basta pensar no absurdo que significa buscar resolver os problemas relativos à estabilidade social e legitimidade do Estado, recorrendo ao uso freqüente da força e ao autoritarismo político extremo.

Como disse Wallerstein (2002a),

(...) as classes dominantes do mundo perderam toda e qualquer possibilidade de controlar as classes trabalhadoras, não sendo pela força. O consentimento acabou, e acabou porque o suborno acabara. Mas pelo menos desde Maquiavel sabemos que a força não basta para as estruturas políticas sobreviverem muito tempo. (p. 245)

Ao refletir-se sobre estas "soluções" apresentadas para os principais problemas de nossa época poder-se-ia concluir que "os deuses estão loucos". Ao buscar-se dar solução aos problemas atuais isolando os *efeitos* de suas *causas*, como disse Mézáros (2002), o resultado não poderia ser outro a não ser o agravamento dos problemas e o domínio de uma *irracionalidade* crescente.

Deste modo, as contradições em torno da "aplicação do modelo neoliberal" indicam, entre outras coisas, que a crise em curso não pode ser interpretada simplesmente como uma "crise do Estado". Se assim fosse, a *modificação do papel do Estado* – conforme defendida e implementada pelos mais diversos governos – não teria levado ao agravamento dos problemas que se dizia pretender solucionar⁹.

3. A relação contraditória entre o Estado moderno e as estruturas sócio-econômicas do capital.

A idéia de que a crise dos anos 30 poderia ser classificada como uma "crise econômica" e a crise atual como uma "crise do Estado" é típica do dualismo do pensamento burguês, que julga possível separar a "política" da "economia". Na

⁹ É claro que há teóricos neoliberais que defendem que estes problemas só não foram solucionados porquê a sua teoria não foi implementada na íntegra. Mas, como disse Petras, nem poderia ter sido, uma vez esta teoria não tem nada a ver com a forma como o mundo real funciona, não passando realmente de um "modelo", que em toda sua abstração e "pureza" consegue manter uma distância magistral da realidade. PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: OURIQUES, Nildo; RAMPINELLI, Waldir José (orgs.). *No fio da navalha*. São Paulo: Xamã, 1997. Como falou Sánchez, os autores neoliberais possuem uma visão "mais apologética que científica do capitalismo", ao tentarem comprovar

verdade, como explicou Mézáros (2002), o Estado faz parte da "base material do sistema do capital"¹⁰.

O Estado moderno pertence à materialidade do sistema do capital e corporifica a necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente. É isto que caracteriza todas as formas conhecidas do Estado que se articulam na estrutura da ordem sociometabólica do capital. Precisamente porque as unidades econômicas reprodutivas do sistema têm um caráter incorrigivelmente centrífugo – caráter que, há longo tempo na história, tem sido parte integrante do incompatível dinamismo do capital, ainda que em certo estágio de desenvolvimento ele se torne extremamente problemático e potencialmente destrutivo – a dimensão coesiva de todo o sociometabolismo deve ser constituída como uma estrutura *separada* de comando político totalizador. (Mézáros, 2002, p.121)

que o sistema *seria* perfeito se funcionasse de modo diferente daquele que realmente funciona. SÁNCHEZ, Germán. Op. cit.

¹⁰ Sempre que nos referirmos ao termo "sistema do capital" neste texto, estaremos utilizando-o no sentido dado por Mézáros. Segundo Mézáros, o capital é um "*sistema orgânico* orientado para a *expansão* e movido pela *acumulação*". Para garantir a condição do capital como um conjunto orgânico, o Estado moderno tem um papel vital. Se não fosse pela *força coesiva* do Estado, as unidades particulares do sistema, devido à sua fragmentação e concorrência, jamais poderiam articular-se como um *conjunto* mais ou menos *administrável*. A conformação do capital como um *sistema* implica também que este é *incontrolável*, inclusive pelo *peçoal controlador*. Os capitalistas particulares não podem jamais controlar o *conjunto* do sistema, daí estarem também submetidos às determinações deste. Para compreender o que Mézáros chama de sistema do capital, é fundamental também entender a diferença que ele estabelece entre *capital* e *capitalismo*. Só assim se pode compreender porquê Mézáros considera os países em transição socialista ou *pós-capitalistas* como partes integrantes do sistema do capital. Para o autor, a crise do chamado *socialismo real* – ao contrário de ter confirmado a vitória definitiva do "sistema de mercado", como foi propalado pelos apologistas da ordem dominante – foi expressão da "crise estrutural do sistema do capital em seu conjunto". Mézáros assinala que os países pós-capitalistas – como o próprio nome sugere – superaram o capitalismo, mas não o capital, na medida em que os produtores diretos continuaram a não deter o *controle* sobre sua própria atividade e sobre os fins desta. Assim, o *trabalho* continuou submetido a um *controle exterior* e, portanto, permaneceu *alienado* dos próprios produtores. A permanência do capital nas sociedades pós-capitalistas foi assim sintetizada por Mézáros: "O capital mantém o seu domínio – longe de irrestrito – nas sociedades pós-revolucionárias principalmente por meio: 1) dos imperativos materiais que circunscrevem as possibilidades da totalidade do processo vital; 2) da divisão social do trabalho herdada, que, apesar das suas significativas modificações, contradiz o 'desenvolvimento das livres individualidades'; 3) da estrutura objetiva do aparato produtivo disponível (incluindo instalações e maquinaria) e da forma historicamente limitada ou desenvolvida do conhecimento científico, ambas condições da divisão social do trabalho; e 4) dos vínculos e interconexões das sociedades pós-revolucionárias com o sistema global do capitalismo, quer estes assumam a forma de 'competição pacífica' (intercâmbio comercial e cultural), quer assumam a forma de oposição potencialmente mortal (desde a corrida armamentista até maiores ou menores confrontações reais em áreas sujeitas a disputa)". Op. cit., p. 737.

Para Mészáros, as estruturas reprodutivas básicas do capital e o Estado moderno se relacionam na forma de uma reciprocidade dialética. Ou seja, sem o Estado seria inviável a transformação das unidades fragmentadas e concorrentes do capital em um *sistema orgânico* viável e, por conseguinte, a própria manutenção do sistema. E sem o capital, como função sociometabólica, seria impossível a existência do Estado. O Estado é, desta forma, imprescindível, sendo sua função a de retificar (dentro dos limites estabelecidos pelo próprio sistema do capital) a falta de unidade decorrente da tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação.

Em relação à *contradição entre produção e controle*¹¹, o Estado é uma exigência absoluta para o domínio das "personificações do capital"¹² sobre a força de trabalho ou para o exercício da "tirania nos locais de trabalho". Sem essa intervenção, os conflitos e desacordos seriam constantes e anulariam a possibilidade de qualquer eficiência econômica. O Estado garante ainda a posse privada dos meios de produção ou a "propriedade separada dos produtores" e intervém nos conflitos entre as unidades particulares do capital. Neste último caso, a ação do Estado modifica-se de acordo com a dinâmica variável da expansão e

¹¹ O sistema do capital – cuja razão de ser é a máxima extração do *trabalho excedente* ou mais-valia – é o sistema em que o controle se apresenta da forma mais *radicalmente separada* dos produtores diretos. Mesmo na ordem feudal, o servo, apesar de sua total sujeição política, continuava dono de seus instrumentos de trabalho. Já o assalariado moderno não é dono nem dos instrumentos de trabalho e nem dos produtos derivados do processo de trabalho. Por isso, o trabalho assalariado constitui-se como um sistema de *sujeição absoluta e perda total de controle* por parte dos produtores diretos das suas condições de vida e trabalho. Ibid.

¹² Mészáros extrai a expressão "personificações do capital" de Marx. Com esta expressão Marx pretendeu evidenciar a *ausência de controle* dos capitalistas individuais sobre o *conjunto do sistema*. Para Marx, ao entrar na circulação como capital, o dinheiro se torna um *fim em si*, cujo movimento deve ser sempre renovado. Neste sentido, a circulação não pode parar, pois o capital acumulado é *capital morto* se não entra novamente no processo de produção e circulação, em forma sempre expandida. Assim, o capitalista individual é *compelido* a reinvestir o seu capital, tornando-se um mero *representante* desse movimento incessante. "(...) apenas na medida em que a apropriação de mais e mais *riqueza abstrata* torna-se o único motivo de suas operações que ele funciona como capitalista, ou seja, como *capital personificado e dotado de consciência e de uma vontade*. Portanto, os valores de uso jamais devem ser vistos como a meta real do capitalista; nem o lucro por qualquer *transação única*. O seu fim é o *interminável e incansável processo da formação do lucro*". MARX apud MÉSZÁROS, István. Op. cit., nota p. 139-140.

acumulação do sistema, "facilitando a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes até a formação de corporações transnacionais gigantescas e monopólios industriais" (Mészáros, 2002, p. 108). Em outros termos, se na época do capitalismo competitivo ainda era possível ao Estado atuar na lógica do "laissez-faire", na época do capitalismo monopolista isso se torna impossível, uma vez que a proteção aos monopólios passa a fazer parte da lógica do avanço do sistema como um *todo*.

Em relação à segunda contradição – a *separação entre produção e consumo*¹³ (que permitiu ao capital expandir a produção de mercadorias, eliminando as principais restrições da economia auto-suficiente) - a *função totalizadora* do Estado é igualmente fundamental. Além de atuar no sentido de limitar os conflitos em termos das desigualdades na distribuição e no consumo, o Estado exerce a função de comprador/consumidor direto em escala sempre maior.

Nessa função, cabe a ele prover algumas necessidades reais do conjunto social (da educação à saúde e da habitação e manutenção da chamada "infra-estrutura" ao fornecimento de serviços de seguridade social) e também a satisfação de "apetites" em sua maioria artificiais (por exemplo, alimentar não apenas a vasta máquina burocrática de seu sistema administrativo e de imposição da lei, mas também o complexo militar-industrial, imensamente perdulário, ainda que diretamente benéfico para o capital) – atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo. (Mészáros, 2002, p. 110).

Com relação ao terceiro aspecto – a busca de alguma espécie de unidade entre *produção e circulação*¹⁴ – o papel do Estado torna-se ainda mais essencial. Porém, o

¹³ No capitalismo – fase plenamente desenvolvida do capital – a contradição entre controle (capital) e execução (trabalho) produz simultaneamente a *contradição entre produção e consumo*. Isso significa que a relação entre a produção e seu consumo não é direta, mas mediada pelo *mercado*, pelo domínio da *troca de mercadorias* em escala abrangente. Deste modo, sob o sistema do capital, nada é menos óbvio do que a "máxima perfeitamente óbvia" de Adam Smith de que "o consumo é o único fim e objetivo de toda a produção". Devido à separação, inerente ao sistema do capital, entre produção e consumo, é que o desperdício em escala monumental é produzido, enquanto milhares de pessoas morrem de fome ou sofrem de desnutrição crônica. MÉSZÁROS, István. Op. cit.

¹⁴ Da contradição entre a produção e seu controle, situada na *raiz* do sistema, deriva também a *contradição entre produção e circulação*. Ao necessitar "entrar na esfera da circulação como empreendimento global", o capital como *sistema* se impõe sobre suas unidades particulares. Entretanto, sem o Estado capitalista moderno seria impensável a existência de qualquer espécie de unidade entre a produção e a circulação do capital, uma

problema é que as suas funções nesse aspecto (como, por exemplo, o seu papel em relação ao consumo) são afetadas por insolúveis contradições. Por isso, Mészáros afirma que é preciso não esquecer que "o capital é seu próprio sistema de comando, de que é parte integrante a dimensão política, ainda que de modo algum parte subordinada". Desta forma, a articulação da *estrutura abrangente de comando político do capital* na forma do Estado moderno representa, ao mesmo tempo, "um ajuste adequado e um total *desajuste*" em relação às estruturas sócio-econômicas básicas do capital.

À sua própria maneira – totalizadora – o Estado expõe a mesma divisão do trabalho hierárquico/estrutural das unidades reprodutivas econômicas. Tornando sustentável (enquanto permanecer historicamente sustentável) a prática metabólica de atribuir ao "trabalho livre" o cumprimento de funções rigorosamente econômicas numa condição incontestavelmente subserviente, o Estado é o complemento perfeito das exigências internas desse sistema de controle sociometabólico antagonicamente estruturado. Como fiador geral do modo de reprodução insanavelmente autoritário do capital (sua "tirania nos locais de trabalho"), *o Estado reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquico/estrutural do trabalho, de que ele próprio é uma clara manifestação.* (Mészáros, 2002, p. 122, grifo nosso).

Assim, apesar do papel do Estado ser fundamental em relação à contradição entre produção e controle, não é uma garantia suficiente, já que

a alienação do controle e os antagonismos por ela gerados são da própria natureza do capital. Assim a recalitrância é reproduzida diariamente através das operações normais do sistema; nem os esforços mistificadores de estabelecimento de "relações industriais" ideais (...) nem a garantia dissuasória do Estado contra a potencial rebelião política podem eliminar completamente as aspirações emancipatórias (autocontrole) da força de trabalho. (Mészáros, 2002, p. 127).¹⁵

vez que as unidades particulares do sistema funcionam na base do "todos contra todos" hobbesiano e que o antagonismo fundamental entre o capital e o trabalho torna a dimensão do consumo vulnerável a insolúveis contradições. Ibid.

¹⁵ Mészáros assinalou o caráter inevitável dessa contradição nos seguintes termos: "Neste aspecto, não existe ação política remediadora concebível em relação à base socioeconômica do capital. As complicações e contradições incontroláveis do capital, devidas à própria socialização crescente da produção, afetam o núcleo mais central do capital como sistema reprodutor. Paradoxalmente, elas resultam do maior trunfo do sistema do capital: um processo de avanço produtivo dinâmico ao qual é impossível o capital renunciar sem enfraquecer sua própria força produtiva e a concomitante legitimidade. É por isso que a dissonância estrutural entre o Estado moderno e as estruturas reprodutivas sócio-

Em virtude destas limitações, a *ação corretiva* do Estado também não pode produzir uma verdadeira unidade entre produção e consumo. De acordo com Mézáros (2002), os processos reprodutivos materiais do capital e o Estado moderno sustentam-se reciprocamente apenas enquanto o desperdício inevitável inerente a esse relacionamento não se torne um empecilho à produtividade social. Em outros termos, os limites dessa ação corretiva estatal são determinados pela capacidade do Estado contribuir para o processo de expansão e acumulação do sistema, em vez de tornar-se "um peso materialmente insustentável" para o mesmo.

A *dissonância estrutural* entre o Estado moderno e as estruturas sócio-econômicas do capital pode ser identificada também na relação contraditória entre as exigências de que o Estado assegure o avanço do capital como um todo e a sua dificuldade em realizar tal exigência. Apesar do apoio privilegiado proporcionado por qualquer Estado a suas seções dominantes do capital ser parte da lógica de sustentação do avanço do *conjunto* dado (o que significa o *capital nacional* do Estado em questão), o fato é que esse "conjunto" não pode abranger a totalidade das unidades sócio-econômicas reprodutivas existentes. E isto constitui uma grande contradição.

Não é preciso dizer que a emergência e a consolidação dos *capitais nacionais* é um fato historicamente consumado. Da mesma forma, não pode haver dúvida quanto à realidade das – muitas vezes desastrosamente conflitantes – interações de Estados nacionais. No entanto, isso significa também que os capitais nacionais, em todas as suas formas conhecidas de articulação, estão inextricavelmente entrelaçados aos *Estados nacionais* e se baseiam no apoio destes, sejam eles dominantes e imperialistas, ou, ao contrário, estejam sujeitos à dominação de outros capitais nacionais e seus respectivos Estados. Em compensação, o "*capital global*" é *desprovido de sua necessária formação de Estado*, apesar do fato de o sistema do capital afirmar o seu poder – em forma altamente contraditória – como *sistema global*. É assim que "*o Estado do sistema do capital*" demonstra sua incapacidade de fechar a lógica objetiva da irrestringibilidade do capital. (Mézáros, 2002, p. 128).

Sendo assim, uma das contradições mais *inadministráveis* do sistema do capital é que sua estrutura de comando político na forma de Estados nacionais entra em contradição com o modo de reprodução e controle sociometabólico do capital, com seu imperativo de *circulação global*. A tentativa do Estado em resolver esta contradição, resultou historicamente no estabelecimento de um sistema de "duplo padrão": nos países "metropolitanos" ou imperialistas, um padrão de vida mais elevado e uma maior abertura à participação política das classes trabalhadoras e, nos países subdesenvolvidos ou periféricos, um governo altamente explorador e autoritário ou mesmo abertamente ditatorial, quando as circunstâncias exigem.

Assim, a "globalização" (tendência que emana da natureza do capital desde o seu início¹⁶), muito idealizada em nossos dias, na realidade significa: o desenvolvimento necessário de um *sistema internacional de dominação e subordinação*. No plano da política totalizadora, corresponde ao estabelecimento de uma *hierarquia de Estados nacionais* mais ou menos poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (mas de vez em quando, é inevitável, violentamente contestada) na ordem de poder do capital global (Mészáros, 2002, p. 111, grifos nossos).

O Estado como *agente totalizador da criação da circulação global* deve se comportar de modo diferente nas ações internacionais e na política interna. Nesta última, o objetivo central do Estado é manter "a força combinada do capital nacional". Por essa razão, nesse domínio, o Estado promove (de acordo com as exigências das condições internas e as possibilidades das condições gerais) a adoção de políticas autenticamente anti-monopolistas, na medida em que agir de outro modo possa significar a diminuição da força do capital nacional como um todo. Porém, quando os interesses do capital nacional total exigem, essas mesmas medidas são postas de lado.

¹⁶ Marx, em várias de suas obras, chamou a atenção para essa tendência do capital. Já no "Manifesto do Partido Comunista" de 1848, Marx louvava esta que seria uma das características mais *positivas* e *revolucionárias* do capital. Através de seu impulso auto-expansivo, o capital pôde romper com as limitações dos modos de produção anteriores, propiciando um desenvolvimento inédito das forças produtivas e afirmando-se como um modo de produção *universal*, já que uma das suas características mais essenciais é não reconhecer *limites* e nem aceitar *restrições* a seu impulso expansionista. "Pressionada pela necessidade de mercados sempre mais extensos para seus produtos, a burguesia conquista a terra inteira. Tem que imiscuir-se em toda parte, instalar-se em toda a parte, criar relações em toda a parte". MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 29.

Já no plano internacional, o Estado não tem nenhum interesse em restringir o impulso monopolista ilimitado de suas unidades econômicas dominantes. Muito pelo contrário, no domínio da competição internacional, quanto mais forte e menos sujeito a restrições for o empreendimento econômico apoiado política e, inclusive, militarmente pelo Estado, maior a probabilidade de derrotar seus adversários. Por isso, o Estado assume "descaradamente o papel de facilitador da expansão mais monopolista possível do capital no exterior" (Mészáros, 2002, p. 113).

Entretanto, apesar dos Estados nacionais dominantes ou imperialistas protegerem os seus capitais perante outros capitais nacionais, esta proteção não tem como eliminar, segundo Mészáros, os antagonismos do *capital social total*. Desta forma, toda harmonização possível sob o sistema do capital assume a forma de um "equilíbrio estritamente temporário, ao invés da esperada resolução do conflito", já que o proclamado *equilíbrio de forças*, tão caro à teoria social e política burguesa, resulta apenas na imposição/aceitação da relação vigente de forças e no estabelecimento de uma nova luta pela sua modificação.

Além do mais, o sistema do capital – como se dá com todas as formas concebíveis de controle sociometabólico global, inclusive a socialista – está sujeito à lei absoluta do *desenvolvimento desigual* que, sob a regra do capital, vigora numa forma em última análise destrutiva, por causa de seu princípio estruturador interno antagônico. Assim, para prever uma solução global, legítima e sustentável dos antagonismos do sistema do capital, seria necessário acreditar primeiro no conto de fadas da eliminação para todo o sempre da lei do desenvolvimento desigual das questões humanas. É por isso que a "Nova Ordem Mundial" é uma fantasia absurda ou uma camuflagem cínica planejada para projetar os interesses hegemônicos dos poderes capitalistas preponderantes como aspiração universalmente benéfica. Mesmo que fosse viável, um "Governo mundial" – e o correspondente sistema estatal – não seria uma solução. Nenhum sistema global deixa de ser explosivo e, em última análise, auto-destrutivo se for antagonicamente estruturado até o seu núcleo central. (Mészáros, 2002, p. 114-115).

Assim, sob o sistema do capital, os conflitos e contradições são inevitáveis e disputados em todos os níveis, com uma tendência a passar dos níveis mais baixos aos mais altos de conflito, quanto mais avança a integração da ordem do capital em um *sistema global* plenamente desenvolvido. Nas palavras de Mészáros (2002), "a lógica final desta disputa é: guerra sem limites, se falham os métodos 'normais' de

sujeição e dominação, como foi demonstrado com dolorosa clareza por duas guerras mundiais no século XX". (p. 116).

Apesar destas serem as exigências do sistema do capital, o Estado não pode ser verdadeiramente abrangente nem totalizador e, portanto, é incapaz de livrar a ordem global de suas crescentes dificuldades e contradições. Ainda hoje, de acordo com Mészáros, não há nenhuma evidência da substituição dos Estados nacionais por um "sistema global do capital", capaz de eliminar com sucesso os antagonismos cada vez maiores da "ordem" mundial. Até mesmo o Estado capitalista mais poderoso – hoje, os Estados Unidos – afirma Mészáros, deve fracassar nas suas tentativas de impor-se como incontestável Estado dominante do sistema do capital global.

Estados *particulares* do sistema do capital – em suas variedades capitalistas e pós-capitalistas – afirmam (alguns com maior e outros com menor sucesso) os interesses de seus capitais nacionais. Em perfeita oposição, "o Estado do sistema do capital como tal" permanece até hoje apenas uma "idéia reguladora" kantiana, sem que se perceba, sequer como discreta tendência histórica, qualquer indício de sua realização futura. O que não surpreende. A realização desta "idéia reguladora" deveria pressupor o sucesso na superação de todos os grandes antagonismos internos dos constituintes conflitantes do capital global. (Mészáros, 2002, p. 130).

A ausência de um *princípio coesivo ordenador* das unidades fragmentadas do capital, levou até mesmo os maiores pensadores identificados com o ponto de vista do capital como Adam Smith e Hegel a apelarem para a misteriosa "mão invisível" ou para a "astúcia da Razão".

É assim que surge a mitologia do *mercado*, não apenas como *regulador suficiente*, mas até como *regulador global ideal* do processo sociometabólico. Mais tarde, essa visão é levada ao extremo, atingindo seu clímax nas teorias grotescamente explicativas do século XX, na forma da ideologia de "reduzir as fronteiras do Estado" quando as transformações que realmente ocorrem apontam na outra direção. No entanto, *o papel diversificado do mercado nas diferentes fases de desenvolvimento do sistema do capital, desde os intercâmbios limitados até o mercado mundial completamente realizado, é totalmente incompreensível sem relacioná-lo ao outro lado da mesma equação: a dinâmica igualmente variável do Estado como estrutura de comando político totalizadora.* (Mészáros, 2002, p. 120, grifo nosso).

É por isso que Mészáros afirma que a suposta capacidade de auto-regulação econômica do mercado sempre foi uma mitologia, pois a viabilidade do mercado

nunca deixou de estar sujeita a muitas contradições: desde as instabilidades derivadas dos interesses conflitantes da pluralidade de capitais até aquelas decorrentes da luta fundamental entre o capital e o trabalho. Atualmente, porém, a idéia de um "mercado livre auto-regulado" é ainda mais fictícia, dado o grau paroxístico atingido pelo monopolismo do capital.

Por essa razão, Mézáros qualifica de "grotescas" as explicações da chamada teoria neoliberal que busca convencer da importância de "reduzir as fronteiras do Estado" quando ocorre exatamente o contrário. Com tais explicações, os seguidores atuais de Adam Smith ficam muito aquém do fundador da economia política clássica, cuja teoria consistiu numa *racionalização* dos interesses do capitalismo concorrencial realmente existente na época. A teoria neoliberal, ao contrário, não passa de uma abstração completamente alheia ao real funcionamento do mundo.

4. A crise estrutural do capital e a necessidade do intervencionismo estatal crescente.

Segundo Mézáros (2002) e Mandel (1982), na época do imperialismo (no sentido dado por Lênin de fase final do capitalismo¹⁷), mais do que a *intervenção*, a verdadeira *simbiose* do Estado com o capital monopolista - e, portanto, a importância ainda maior do Estado para a manutenção do processo de valorização do capital como um todo - tornou-se um fato a partir do qual é impossível retroceder ou mudar de direção.

Mézáros (2002) assinalou que a prosperidade capitalista do pós-guerra foi possível graças ao desenvolvimento da economia de guerra e de seus desdobramentos posteriores. O próprio clima da "guerra fria" favoreceu esse desenvolvimento. Graças ao seu poderoso complexo militar-industrial, os EUA ocuparam uma posição dominante em relação aos demais países de capitalismo "avançado". Já ninguém ignora que a economia dos EUA foi sustentada, durante todo o período do pós-guerra, por orçamentos astronômicos (e déficits) de defesa.

Também os mais importantes, dentre os demais países capitalistas desenvolvidos (Grã-Bretanha, França, Itália, Alemanha e Japão), tiveram um

¹⁷ Essa compreensão acerca do imperialismo será melhor discutida no Capítulo 2.

desenvolvimento dependente do papel do complexo militar-industrial, devido à estreita conexão destes países com os EUA. As restrições ao rearmamento, impostas aos países derrotados na guerra, logo foram removidas e estes passaram a montar e expandir seus próprios complexos militares-industriais. Por outro lado, ao constituir um *complexo* - e não apenas a indústria responsável pela fabricação final do material bélico - a produção militarista permitiu o estabelecimento e/ou a modernização de ramos industriais inteiros (da óptica à eletrônica e da química à metalurgia), fundamentando os "milagres" econômicos de países como a Alemanha e o Japão.

Através desta reflexão, Mészáros (2002) evidencia como foi exagerado e deturpado, com fins apologéticos do sistema, o significado da "revolução keynesiana" para a suposta solução das crises capitalistas. Para o autor, esse otimismo foi prematuro. Formulada no final dos anos 20 e início dos anos 30, a teoria de Keynes - que apontava para a intervenção e financiamento maciços do Estado para fazer frente à recessão em curso nos países capitalistas ocidentais - foi ignorada até o fim da guerra e só veio a ser adotada após a *economia de guerra* ter transformado a intervenção estatal na economia num "fato da vida". Daí em diante, o processo de acumulação e expansão do capital tornar-se-ia impensável sem a intervenção contínua do Estado.

Essas condições extremamente problemáticas da recuperação econômica do pós-guerra é que estiveram na origem da propagação da "panacéia keynesiana" da suposta possibilidade de um "capitalismo de rosto humano" ou de "pleno emprego". O chamado Estado de Bem-Estar Social não fez parte da *lógica intrínseca* do "modelo de desenvolvimento" baseado na intervenção estatal na economia e nem foi produto da ideologia social-democrata, como foi amplamente divulgado. O avanço das conquistas sociais e econômicas dos trabalhadores no pós-guerra, foi possível graças ao contexto favorável da expansão econômica baseada no complexo militar-industrial e à internacionalização do socialismo.

La necesidad de contrarrestar la influencia en expansión de las ideas socialistas constituye el fundamento real de la célebre construcción ideológica - cuyo resquebrajamiento tanto lamenta en nuestros días la izquierda política de orientación reformista - conocida desde la segunda postguerra mundial con el nombre melifluido de "Estado de

Bienestar", mediante la cual las conquistas sociales de la clase obrera y de los movimientos por los derechos civiles son presentadas como bondades y beneficios ofrecidos voluntariamente por el capital o como atributos de un "capitalismo com rostro humano". (Martínez, 1998, p. 16).¹⁸

De acordo com Mézáros (2002), apesar do capital ter conseguido ultrapassar com sucesso a crise dos anos 30, dando lugar a um novo ciclo de crescimento expansivo, os custos materiais e humanos dessa ultrapassagem foram enormes, com a utilização de métodos cada vez mais "perdulários e destrutivos". A catástrofe da Segunda Guerra Mundial não deixou dúvidas a esse respeito. Deste modo, os discursos ideologicamente interessados acerca do sucesso da política keynesiana no pós-2ª guerra ocultaram o significado real da expansão econômica, umbilicalmente atada à sorte do complexo militar-industrial, na sua relação simbiótica com o Estado capitalista.

(...) a diferença entre a profunda estagnação dos anos 30 e a relativa prosperidade dos anos 50 é completamente explicada pelos enormes desembolsos militares dos anos 50. Por exemplo, em 1939, 17,2 por cento da força de trabalho estavam desempregados e acredita-se que cerca de 1,4 por cento do resto estava empregado na produção de bens e serviços para os militares. Ou seja, cerca de 18 por cento da força de trabalho ou estavam desempregados ou dependiam dos gastos militares para ter emprego. Em 1961 (assim como 1939, um ano de recuperação de uma recessão cíclica), os números comparáveis foram de 6,7 por cento de desempregados e 9,4 por cento de dependentes de gastos militares, um total de cerca de 16 por cento. Seria possível elaborar e refinar estes cálculos, mas não há razão para pensar que isto iria afetar a conclusão geral: o percentual da força de trabalho que estava desempregado ou que dependia dos gastos militares era muito semelhante em 1961 e 1939. Segue-se daí que, se o orçamento militar fosse reduzido às proporções de 1939, também o desemprego atingiria as proporções de 1939 (Baran; Sweezy apud Mézáros, 2002, p. 335-336).

Porém, o mais importante da análise de Mézáros acerca da importância do complexo militar-industrial para o desenvolvimento capitalista após a Segunda

¹⁸ Apesar dos inegáveis avanços obtidos, em termos de garantias econômicas e sociais aos trabalhadores, é importante considerar também - como fez Mézáros - que o cenário do pós-guerra foi bastante idealizado, como se o sistema capitalista mundial se resumisse à realidade dos países imperialistas. Pintou-se, assim, um quadro imaginário onde supostamente reinaria a paz, a estabilidade, o bem-estar coletivo, o progresso e a democracia. Em muitas análises sobre o período, simplesmente se ignorou a realidade dos países do "Terceiro Mundo", certamente porque a sua inclusão poderia colocar em xeque os

Guerra é que, para este autor, esse desenvolvimento representou uma *mudança qualitativa* no processo de produção e reprodução do capital. Ao orientar-se pela lógica da expansão em si, ou seja, pela lógica da auto-expansão ilimitada, o capital abriu espaço não só para o *relacionamento problemático* entre produção e consumo, mas para a *disjunção radical* entre a satisfação das necessidades humanas e os seus imperativos de auto-reprodução.

Para explicar essa mudança de qualidade do sistema do capital, Mészáros (2002) recorre ao conceito da "*taxa de utilização decrescente das mercadorias*". Como o que realmente importa para o capital é a *venda* e não o *consumo* das mercadorias, explica Mészáros, então a taxa de utilização destas pode variar de uma escala de 100 a 0. Em outras palavras, as mercadorias produzidas pelo sistema tanto podem ser plenamente utilizadas, como não serem usadas jamais. Por essa razão, a produção do desperdício é inerente ao capital desde o seu início, fazendo com que a tendência a economizar (razão de ser de toda economia genuína) seja subordinada às necessidades expansivas e de acumulação do sistema. Em outros termos, o capital poupa recursos, na mesma medida em que os desperdiça. Por exemplo, ao mesmo tempo em que a força de trabalho desempregada não é aproveitada produtivamente em todas as suas potencialidades, a força de trabalho que permanece empregada é "sugada" até quase o limite de suas forças.

Assim, a "produção de riqueza que domina a sociedade" sob o capital é muito diferente da "riqueza da produção" julgada em termos qualitativos. Como disse Marx, uma sociedade cuja razão de ser absoluta é produzir e acumular cada vez mais "riqueza abstrata na forma do dinheiro" não pode ser considerada uma sociedade *rica*.¹⁹

Entretanto, apesar da diminuição da taxa de uso das mercadorias ser uma tendência inerente ao capital desde o seu início, nem sempre ela foi uma tendência *negativa*. Até uma determinada fase do capitalismo, essa tendência representou

modelos teóricos lineares nos quais se pretendia encaixar a realidade. MÉSZÁROS, István. Op. cit.

¹⁹ Por isso, mesmo ao se falar em *utilização plena* dos recursos pelo capital, o sentido desse termo deve ser relativizado, pois a sua mensuração obedece a critérios quantitativos, que subordinam à sua lógica a avaliação qualitativamente relevante.

um incentivo *positivo* para a constante inovação técnica e incremento da produtividade do trabalho. Como disse Mészáros (2002), o aumento da produtividade do trabalho que permite a um trabalhador ter dois pares de sapatos ao invés de um, só pode ser considerado *positivo* e *produtivo* no sentido pleno da palavra. No entanto, não é possível, evidentemente, avaliar da mesma maneira a produção do complexo militar-industrial. Neste último caso, a tendência à redução da taxa de utilização das mercadorias se manifesta numa forma essencialmente *negativa* e *destrutiva*.

A vantagem do complexo militar-industrial para o processo de produção e reprodução do capital é a possibilidade de manipulação da "demanda", o que permite o deslocamento temporário da contradição entre produção e consumo. Essa tendência à manipulação da demanda apresenta-se também através do método da chamada "obsolescência planejada", ou seja, a invenção deliberada de mercadorias cada vez mais descartáveis ou mesmo completamente inúteis. Através desta forma de manipulação, o capital pode ampliar o "círculo dado de consumo", sem ter de recorrer à ampliação da "periferia da circulação". Assim, o capital pode ignorar vastos segmentos da população e intensificar a extorsão da mais-valia absoluta sem maiores preocupações com as conseqüências sobre a "demanda".

Entretanto, para Mészáros (2002), comparada à destrutividade do complexo militar-industrial, o método da obsolescência planejada pode até ser considerado civilizatório. O complexo militar-industrial não apenas incentiva a ampliação do "círculo dado de consumo", mas põe a produção e seu consumo em *oposição frontal*. Assim, a demanda pode ser deturpada a ponto de tornar-se não apenas superficial, mas completamente fictícia, apesar de justificada em nome dos "interesses da Nação". O complexo militar-industrial tem ainda a vantagem de possibilitar a destruição continuada de recursos em escala maciça. Rosa Luxemburgo (em 1913, antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial), assim caracterizou as vantagens da produção militarista para a expansão e acumulação capitalistas:

Na forma de contratos governamentais para suprimentos militares, o poder de compra disperso dos consumidores é concentrado em grandes quantidades e, livre das *extravagâncias* e *flutuações subjetivas do consumo pessoal*, ele adquire quase *regularidade*

automática e crescimento rítmico. O próprio capital basicamente controla este movimento rítmico e automático da produção militar por meio do legislativo e da imprensa, cuja função é moldar a assim chamada "opinião pública". É por isso que, de início, esta área particular da acumulação capitalista parece capaz de *expansão infinita*. Todos os outros esforços para expandir o mercado e estabelecer bases operacionais do capital dependem largamente de fatores históricos, sociais e políticos, que estão além do controle do capital, ao passo que a produção para o militarismo representa um campo cuja *expansão progressiva e regular* parece primariamente determinada pelo *próprio capital*. (Luxemburgo apud Mészáros, 2002, p. 679).

Entretanto, o surgimento e a consolidação do *complexo* militar-industrial é um fenômeno qualitativamente diferente em seu relacionamento com o Estado deste indicado por Rosa Luxemburgo, apesar das determinações materiais básicas permanecerem as mesmas. A centralidade ocupada pelo complexo militar-industrial na economia do pós-guerra trouxe consigo a novidade de converter a *produção destrutiva* em tendência determinante do processo de produção e reprodução do capital. Se durante um determinado período histórico foi possível ao capital, apesar de suas contradições inerentes, conciliar as necessidades da sua auto-reprodução com um processo de avanço produtivo genuíno, agora esta possibilidade está encerrada. Ao depender da produção destrutiva, a auto-expansão do sistema como um todo se coloca em posição *diametralmente oposta* à produção genuína.

Segundo essa análise de Mészáros, o drama de nossa época pode ser resumido nas seguintes alternativas: capital x humanidade. O capital tem conseguido sobreviver à ativação da contradição – considerada por Marx um *limite* para qualquer sistema historicamente constituído – entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção. A gravidade da situação atual é que o capital tem conseguido tal façanha às custas da destruição das *condições absolutas da reprodução sociometabólica*, ao destruir os recursos naturais renováveis e não-renováveis do planeta e ao produzir recursos bélicos com capacidade para destruir a humanidade.

É assim que as mais profundas determinações causais do capital confinam as ações viáveis de correção do sistema aos efeitos e conseqüências estruturalmente assimiláveis, segundo a natureza do capital como inalterável *causa sui*. Com isso, elas também projetam a sombra da total incontrollabilidade quando a perversa derrubada do

relacionamento entre relativo e absoluto já não pode mais ser mantida – tratar o *relativo* historicamente produzido e limitado (ou seja, a ordem estrutural do capital) como *absoluto intranscendível*, e as condições absolutas da reprodução sociometabólica e a sobrevivência do ser humano como *relativo prontamente manipulável*. (Mészáros, 2002, p. 179).

Por mais que os apologistas da ordem atual insistam em afirmar o contrário, o sistema do capital, segundo Mészáros (2002), possui seus próprios *limites absolutos* ou *intrínsecos* para além dos quais não pode avançar sem pôr em risco suas próprias bases reprodutivas materiais. Da contradição fundamental entre produção e controle situada no próprio *núcleo* do sistema é que nascem as "disfunções" que, no limite, tornam inviável a reprodução do sociometabolismo em seu conjunto. Por conseguinte, as barreiras para a auto-expansão do capital são erguidas pelo próprio sistema e não por qualquer circunstância exógena a seu modo de funcionamento. Os *limites absolutos* do capital são ativados quando as contradições decorrentes da sua própria natureza dual tornam inviável a continuidade da acumulação e expansão do sistema como um todo. Com isso Mészáros não pretendeu sugerir, obviamente, o automatismo do fim do sistema, mas que, contraditoriamente, quanto mais este avança em seu processo auto-expansivo (tanto extensa como intensivamente) mais se expõe a *crises recorrentes* e mais *incontrolável* e *irracional* se torna.

Positivamente, o sistema do capital pode continuar avançando enquanto suas estruturas produtivas internamente incontroláveis encontrarem recursos e saídas para a expansão e acumulação. E, negativamente, instala-se uma crise quando a ordem estabelecida de reprodução socioeconômica colide com obstáculos criados por sua própria articulação dualista, de modo que a tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação já não pode mais ser conciliada, muito menos usada como maquinário poderoso do processo vital de expansão e acumulação. (Mészáros, 2002, p. 122).

Assim, para Mészáros (2002), a crise que veio à tona em meados da década de 1970 não pode, de forma alguma, ser considerada apenas uma "crise do petróleo" ou uma "crise do Estado", tendo o significado de uma *crise estrutural do sistema do capital em seu conjunto*. A crise iniciada nos anos 70 esteve diretamente ligada ao desenvolvimento do pós-guerra marcado pela expansão sem precedentes do

sistema do capital. O dinamismo econômico do período, ao permitir uma escala inédita de mundialização do capital (Katz e Coggiola, 1995; Mészáros, 2002; Wallerstein, 2002b; Chesnais, 1998), tornou as bases para a valorização do mesmo, simultaneamente, mais amplas e mais estreitas. Em outras palavras, ao expandir-se para todos os cantos do mundo, o capital conseguiu valorizar-se como nunca, mas, ao mesmo tempo, dificultou a passagem para uma expansão seguinte em patamar mais elevado. E como assinalou Marx, o capital não pode existir sem pôr em movimento um processo incessante de produção e reprodução do valor.

se o capital aumenta de 100 para 1.000, então 1.000 é agora o ponto de partida, do qual o aumento tem de começar; sua decuplicação para 1.000 não significou nada; o lucro e a renda eles próprios se tornam capital por sua vez. O que apareceu como mais-valia agora aparece como uma simples pressuposição etc. como incluída na sua simples composição. (Marx apud Mészáros, 2002, p. 662).

Para Wallerstein (2002b), a crise atual apresenta todos os *sintomas* de uma crise capitalista "normal" ou de uma fase B dos ciclos de Kondratieff²⁰: desaceleração do crescimento da produção e declínio da produção mundial per capita; crescimento da taxa de desemprego; deslocamento relativo dos lucros da atividade produtiva para ganhos derivados das manipulações financeiras; aumento do endividamento do Estado; transferência de indústrias "velhas" para regiões de salários mais baixos; aumento dos gastos militares, com uma justificativa que não é de natureza militar, mas de criação de uma demanda anti-cíclica; queda do salário real na economia formal; expansão da economia informal; declínio da produção de alimentos de baixo custo; crescente "ilegalização" da migração interzonal.

Mas Wallerstein (2002b) assinala também que além dos ciclos rítmicos, os *sistemas históricos* têm tendências seculares que exacerbam as suas contradições

²⁰ A interrupção da expansão econômica capitalista, com a emergência de períodos de crise, foi um fato tratado por diversas correntes da teoria econômica. Marx, ao estudar o movimento de acumulação do capital, concluiu pela existência de períodos intercalados de expansão e crise econômica. Segundo o seu esquema, os ciclos de crise apareceriam num período aproximado de 10 em 10 anos. Mais tarde o economista russo Kondratieff, buscando aprofundar o estudo dos ciclos capitalistas, concluiu que, além dos ciclos curtos evidenciados por Marx, haveria *ciclos longos* de crise e recuperação econômica com duração aproximada de 50 anos.

internas. Em determinado momento, as contradições se tornam tão agudas que provocam flutuações cada vez maiores. Segundo o autor, isto implica o princípio do "caos", que resulta em bifurcações de ocorrência certa, levando ao surgimento de uma *nova ordem sistêmica*. Mas, para Wallerstein, a questão é saber se o sistema histórico atual, a *economia internacional capitalista*, já ingressou ou está ingressando numa época de caos.

Além dos fenômenos sintomáticos de uma fase B dos ciclos de Kondratieff ou, na linguagem de Mandel (1982), de uma *onda longa com tonalidade de estagnação*, Wallerstein (2002b) afirma que a crise iniciada nos anos 70 também apresenta sintomas de uma *crise de hegemonia*. Os *ciclos hegemônicos*, para Wallerstein, correspondem a períodos mais prolongados que envolvem, de um lado, a vigência de um relativo equilíbrio com base na hegemonia de uma potência e, de outro lado, o acirramento da disputa entre países importantes pelo estabelecimento de uma nova hegemonia. Atualmente, estaríamos diante de um declínio da hegemonia norte-americana, visível nos seguintes sintomas:

maior força econômica de grandes potências "aliadas"; instabilidade monetária; perda de autoridade nos mercados financeiros internacionais com a ascensão de novos centros de decisão; crises fiscais do país hegemônico; enfraquecimento da polarização e da tensão política mundial, que eram fontes de organização e estabilidade (neste caso, a Guerra Fria); menor vontade popular de sacrificar vidas pela manutenção do poder hegemônico. (Wallerstein, 2002b, p. 37-38).

Apesar destes elementos, Wallerstein (2002b) considera que o sistema mundial ainda não se encontra numa situação "caótica", mas num "momento culminante" da fase B de Kondratieff.

As taxas de desemprego estão altas no mundo inteiro, as taxas de lucro são baixas. Há grande instabilidade financeira, refletindo acentuado e justificado nervosismo no mercado financeiro em razão das flutuações de curto prazo. A maior inquietação social reflete a incapacidade política dos governos de oferecerem soluções aceitáveis no curto prazo e, portanto, a incapacidade de recriarem uma sensação de segurança. A busca de bodes expiatórios internos e a mendicância entre países tornam-se politicamente mais atraentes quando as habituais medidas de ajuste parecem trazer pouco alívio imediato. (Wallerstein, 2002b, p. 38-39).

De qualquer forma, para Wallerstein (2002b), mesmo que ocorra uma renovada expansão da economia mundial a caminho de uma nova era de "prosperidade" (de acordo com os padrões "normais" das crises anteriores) e o estabelecimento de uma nova hegemonia (que teria de ser exercida necessariamente pelo Japão ou pela Comunidade Européia), não se pode esperar uma repetição do período 1945-1967/73, de relativa paz, prosperidade e legitimidade.

Wallerstein (2002b) afirma que as tendências indicam que haverá diferenças marcantes entre o período do pós-guerra e o que está pela frente, o que não permite uma avaliação muito otimista em relação ao futuro, mesmo na hipótese de surgimento de uma nova fase A (expansionista) dos ciclos de Kondratieff. A primeira diferença seria a substituição de um mundo *unipolar* por um mundo *bipolar*²¹. Wallerstein trabalha com a hipótese de que o Japão pode ultrapassar os EUA como potência mundial. A partir daí formar-se-iam dois *blocos rivais*: um formado pelo consórcio Japão-EUA (como sócio minoritário), agregando a China e outro formado pela União Européia, que deixaria de lado seus desacordos menores e agregaria a Rússia. Nesse cenário, o poder econômico e geopolítico destes países estaria muito equilibrado, resultando em conflitos mais acirrados e viscerais, uma vez que não teriam por base diferenças ideológicas, mas exclusivamente o interesse material de cada um.

A segunda diferença importante é que a concentração dos investimentos internacionais na China e Rússia, além da Europa Ocidental, Japão e EUA e de alguns outros países, como Coréia e Canadá, certamente faria com que a quantia destinada ao resto do mundo diminuísse significativamente em relação a 1945-1967/73.

²¹ Wallerstein contesta a tese de que o mundo do pós-guerra era *bipolar* devido à "guerra fria" entre URSS e EUA. Em seus próprios termos: "(...) dado que essa guerra fria baseava-se num acordo, feito com anuência dos dois antagonistas, que visava a congelar o equilíbrio geopolítico, e dado que esse congelamento geopolítico (apesar de todas as declarações públicas de conflito) nunca foi realmente violado por nenhum dos antagonistas, inclino-me a considerá-lo um conflito teatralizado (e portanto sumamente limitado). Na verdade, quem cantava de galo eram os que exerciam o poder de decisão nos EUA, e seus similares soviéticos devem ter sentido muitas vezes o peso dessa realidade". WALLERSTEIN,

Isto, por sua vez, resultará numa situação muito diferente para os países do "Sul" (como quer que sejam definidos). Ao passo que, em 1945-1967-73, o Sul beneficiou-se da expansão da economia internacional, ou ao menos de suas migalhas, em 2000-2025 pode não sobrar nem isso para ele. Com efeito, é provável que o atual processo de desinvestimento (da fase Kondratieff "B") continue em vez de inverter seu sentido na próxima fase A. Porém as demandas econômicas do Sul, longe de diminuir, serão maiores. Em primeiro lugar, porque hoje existe muito mais consciência sobre a prosperidade das regiões centrais e a dimensão da brecha Norte-Sul do que cinquenta anos atrás. (Wallerstein, 2002b, p. 42).

A terceira diferença diz respeito à brecha demográfica, equiparável à brecha econômica ou talvez até superior, entre o Norte e o Sul. Se em 1945-1967/73 a população do Sul já era maior que a do Norte, no período 2000-2025 essa disparidade se acentuaria ainda mais. A consequência previsível seria o aumento da pressão migratória do Sul para o Norte, não apenas da força de trabalho de baixa remuneração, mas inclusive de contingentes de força de trabalho qualificada. Esse impulso migratório seria maior também porque a divisão bipolar em zonas centrais exerceria constante pressão sobre os salários, levando ao rebaixamento dos mesmos. Por outro lado, a forte reação social do Norte a esta migração – exigindo leis mais repressivas para limitar a imigração e os direitos sociais e políticos dos imigrantes – poderia levar à "pior das soluções": o estabelecimento de um *status* político de segunda classe a aproximadamente 25 a 50% da população, uma vez que seria impossível impedir eficazmente a entrada de migrantes.

Como muitas (talvez a maioria) dessas pessoas não terão direito de voto (e talvez, no melhor dos casos, acesso limitado aos serviços de bem-estar social), uma elevada proporção delas ocupará os empregos urbanos com mais baixa remuneração (e até então a urbanização terá atingido novo ápice) e não contará com direitos políticos e sociais. Foi uma situação desse tipo que, na primeira metade do século XIX, gerou na Grã-Bretanha e na França temores justificados de que as classes ditas perigosas botassem a casa abaixo. (Wallerstein, 2002b, p. 43-44).

A quarta diferença entre a prosperidade de 1945 a 1967/73 e a esperada para as próximas décadas seria a diminuição da classe média e a consequente perda de uma importante "coluna de sustentação" dos sistemas políticos. Isto porque a atual

preocupação com a "competitividade" e as responsabilidades fiscais do Estado não diminuiriam numa possível retomada da expansão, devido à acirrada competição entre os dois pólos de crescimento. Deste modo, continuaria o esforço para reduzir em termos absolutos e relativos os números dos estratos médios nos processos produtivos, inclusive no setor de serviços. Também prosseguiria o atual empenho pela redução dos orçamentos públicos, o que ameaçaria principalmente os estratos médios. De qualquer modo, a economia capitalista internacional se veria diante do dilema de ter de escolher entre limitar a acumulação de capital ou sofrer a revolta das antigas classes médias, o que seria "uma escolha amarga".

A quinta diferença marcante ficaria por conta das *restrições ecológicas*, um problema de grande importância. Segundo Wallerstein (2002b),

(...) a expansão de 2000-2025 não contará com a necessária base ecológica. Isto pode acarretar um destes três resultados: a expansão será frustrada, com o conseqüente colapso político do sistema internacional; a base ecológica será exaurida para além do que a terra pode fisicamente suportar, o que provocaria catástrofes como o aquecimento global; ou os custos sociais da despoluição, da limitação ao uso e da regeneração serão sensatamente aceitos. (p. 45).

Em todo caso, mesmo que o rumo escolhido fosse o último, haveria uma pressão sobre o funcionamento do sistema mundial. Ou a correção seria feita às custas do Sul, tornando ainda mais acentuada a disparidade Norte-Sul, ou os custos seriam divididos em diferentes proporções pelo Norte. Nesse último caso, dada a acirrada competição entre as potências do Norte, seria de esperar bastante ineficácia no processo de regeneração.

A sexta diferença estaria no problema fundamental do esgotamento dos espaços geográficos destinados à expansão da economia mundial capitalista.

A capacidade de estender-se ocupando novas regiões sempre tem sido, para a economia mundial capitalista, essencial à manutenção de sua taxa de lucro e, portanto, da acumulação de capital. Ela tem sido a principal arma contra o paulatino aumento do custo da mão-de-obra gerado pelo crescimento do poder político e sindical das classes trabalhadoras. Não havendo já estratos trabalhadores que não tenham alcançado o poder político ou sindical necessário para aumentar a parte do excedente de que conseguem apropriar-se, o resultado será um aperto na acumulação de capital similar ao que o esgotamento ecológico está causando. Uma vez atingidos os limites geográficos, e desruralizadas as populações, o processo político de redução de custos acarreta dificuldades tão grandes que se torna

realmente impossível economizar. Os custos de produção devem elevar-se globalmente e, portanto, os lucros devem diminuir". (Wallerstein, 2002b, p. 46).

A sétima diferença seria a dificuldade de manter a situação econômica anterior das classes médias dos países do Sul, levando à perda do otimismo destas classes em relação a um futuro melhor para seus descendentes e, conseqüentemente, crescente insatisfação. A saída através da emigração para o Norte, além de acarretar os problemas mencionados anteriormente, contribuiria ainda para tornar mais penosa a situação dos que ficarem.

Por fim, a oitava e mais relevante diferença entre a última fase A de Kondratieff e a seguinte, segundo Wallerstein (2002b), é exclusivamente política: o avanço da democratização e a decadência do liberalismo. Para Wallerstein, o objetivo fundamental do Estado liberal nacional e do sistema internacional no mundo inteiro, foi o *reformismo racional* viabilizado por meio do Estado. Nos países centrais do sistema, a fórmula do Estado liberal foi o sufrágio universal combinado com o Estado de Bem-Estar Social. Já no sistema internacional, aplicou-se uma fórmula semelhante no século XX, propiciando a auto-determinação dos povos e o desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos.

Assim, para Wallerstein, o apogeu do reformismo liberal em nível global permitiu a descolonização, o desenvolvimento econômico e o otimismo sobre o futuro em toda parte. Entretanto, com a entrada em uma nova fase B de Kondratieff, o esperado desenvolvimento econômico tornou-se uma mera lembrança na maioria das regiões, desfazendo o otimismo anterior. Mais do que isso, "o otimismo recebeu um golpe mortal", já que o desenvolvimento não teria como voltar para o primeiro plano no Sul mesmo na próxima fase de recuperação. Ao mesmo tempo, a pressão pela democratização continuaria crescendo sem cessar. Para Wallerstein, o maior empecilho a este impulso democrático (exigência de igual poder de decisão no processo político e participação eqüitativa no sistema de retribuição socioeconômica) foi o liberalismo, com suas promessas de melhorias contínuas pela via da reforma racional. Com isto, a exigência da igualdade imediata foi substituída por "esperanças proteladas".

O alicerce básico do liberalismo era a esperança que ele oferecia. À medida que esse sonho murcha (como "uva passa ao sol"), o liberalismo desaba como ideologia e as classes que antes eram perigosas voltam a sê-lo. É para isto que estamos rumando, ao que parece, na próxima fase A, entre 2000 e 2025. Embora o período pareça espetacularmente expansivo em certo sentido, em outros será muito amargo. É isto o que me leva a prever pouca paz, pouca estabilidade e pouca legitimidade. O resultado será o desencadeamento do "caos", que nada mais é senão a ampliação das flutuações normais do sistema, com efeito cumulativo. Eu acredito que acontecerá uma série de coisas, mas nenhuma será um fenômeno novo. *A diferença talvez resida na incapacidade de limitar essas investidas e restabelecer algum tipo de equilíbrio no sistema.* (Wallerstein, 2002b, p. 49, grifo nosso).

A perda de equilíbrio do sistema ou o "desencadeamento do caos" provavelmente implicará, de acordo com Wallerstein (2002b), uma menor capacidade dos Estados de manter a ordem interna. Por mais que se considere o "desmoronamento do predomínio do Estado" nos países periféricos previsível ou insignificante em termos geopolíticos, a verdade, afirma Wallerstein, é que ele "contraria a tendência secular, e a ruptura da ordem em tantos países provoca graves tensões no funcionamento do sistema internacional". Mas não há dúvida, para o autor, que a ameaça mais grave é o enfraquecimento do Estado nas regiões centrais. E isto já estaria ocorrendo com a quebra do acordo institucional liberal, fazendo o Estado perder as condições políticas de tomar medidas visando a segurança e o bem-estar social. *"Resultado: a segurança e o bem-estar social vão sendo privatizados, o que nos faz avançar em direção oposta àquela que seguíamos há quinhentos anos".* (Wallerstein, 2002b, p. 50).

O enfraquecimento do Estado e o fim do otimismo reformista estariam também abalando um sistema internacional de alicerces relativamente frágeis. Neste aspecto, a proliferação nuclear seria a ameaça mais grave. *"(...) conforme o predomínio do Estado diminui e a tecnologia progride, pode ficar difícil controlar a progressiva escalada de conflitos nucleares táticos localizados", afirma Wallerstein.*

Quando a ideologia deixa de ser a explicação para conflitos entre países, a "neutralidade" de uma Organização das Nações Unidas fraca e acumpliciada fica cada vez mais suspeita. A capacidade da Onu de "manter a paz", já por demais limitada, pode vir a diminuir em vez de aumentar numa atmosfera desse tipo. O apelo para a "interferência humanitária" talvez acabe sendo interpretado como a versão século

XXI do imperialismo ocidental do século XIX, que também se cobria de justificativas civilizatórias. (Wallerstein, 2002b, p. 50).

Num cenário como este seria de esperar também a disseminação de guerras Sul-Sul e de conflitos entre minorias no Norte, além do já mencionado acirramento da competição Norte-Norte. Um outro fator de caos que não deve ser subestimado, segundo Wallerstein (2002b), é a eminência de uma nova "Peste Negra", da qual a Aids é um exemplo. Porém, não se pode negligenciar, para o autor, a possibilidade de disseminação de novas epidemias.

Enfim, Wallerstein (2002b) assinala que o atual *sistema histórico*, o *sistema capitalista internacional*, está entrando numa fase de esgotamento. Mesmo numa previsão otimista, que considere a possibilidade de uma nova fase de recuperação e expansão econômica na primeira metade do século XXI, não seria realista imaginar a emergência de um período de paz, prosperidade e legitimidade²². "*Quanto ao futuro após a bifurcação, isto é, depois de 2050 ou 2075, só podemos ter certeza de algumas coisas. Já não estaremos numa economia internacional capitalista. Estaremos vivendo em alguma nova ordem...*", conclui Wallerstein (2002b, p. 54).

Gonçalves (2002) também sustenta que o *capitalismo global* está numa situação de encruzilhada, de tal forma que as trajetórias no século XXI deverão ser, na melhor das hipóteses, difíceis. A economia norte-americana, que surgiu no final do século XX como um trem de grande velocidade, estaria entrando no século XXI como uma "locomotiva enferrujada". Segundo Gonçalves, as saídas para a crise do capitalismo são limitadas. A financeirização aumenta a *instabilidade sistêmica*. A expansão dos gastos públicos e o progresso técnico têm se mostrado pouco eficazes para criar trajetórias sustentáveis de longo prazo e reduzir a exclusão social. Os

²² Esta argumentação de Wallerstein, no entanto, é bastante contraditória, justamente por pressupor que a emergência de uma nova fase expansiva do capital não eliminaria certos fenômenos "caóticos" presentes na atual situação de crise. Ao menos do ponto de vista de uma explicação marxista das crises do capital, esse tipo de explicação é totalmente incongruente. Uma nova expansão capitalista, necessariamente, teria que vir acompanhada do aumento dos níveis de emprego e, portanto, da redução das desigualdades e do nível de explosividade dos conflitos sociais. Mas, como disse Mészáros, o problema do capital é justamente conseguir passar para uma nova fase expansiva, dados os riscos inerentes à eclosão de uma nova *guerra total* ou *mundial*, capaz de provocar um nível suficiente de devastação das forças produtivas, ainda maior do que aquele provocado pela Segunda Guerra Mundial. MÉSZÁROS, István. Op. cit.

bombardeios de Nova York e Washington em setembro de 2001 debilitaram, ainda mais, as bases do capitalismo global. Assim, "o velho remédio usado pelo capitalismo – a guerra – poderá ter suas dosagens aumentadas no futuro para restaurar senão o capitalismo global, pelo menos alguns poderosos capitalismo nacionais". (Gonçalves, 2002, p. 22).

Segundo Gonçalves (2002), o *New Deal* terminou sem reverter a crise econômica que eclodiu em 1929. No final dos anos 30, a Segunda Guerra Mundial consistiu num poderoso mecanismo de resgate do sistema econômico dos EUA. A "guerra fria" também foi, para o autor, "um importante combustível para a máquina de acumulação capitalista". Da mesma forma, o programa bélico "guerra nas estrelas" foi o responsável pelo ciclo de expansão dos anos 80 (1983-89).

A guerra, generalizada ou localizada, aberta ou "fria", é um recurso tão eficaz (para a expansão da demanda agregada) quanto terrificante. Não é por outra razão que o século XX foi o mais sangrento de toda a história da humanidade. (Gonçalves, 2002, p.73).

No início do século XXI, as dificuldades do sistema capitalista se expressariam na difícil situação das principais "locomotivas" do sistema: os países de maior desenvolvimento capitalista (EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido). Gonçalves fornece alguns dados que comprovam essa situação, evidenciando uma convergência das principais economias mundiais para um nível de apenas 2% de crescimento anual do PIB, nas últimas décadas do século XX.

**Taxa de Crescimento do PIB Real: principais economias capitalistas
Séculos XIX e XX**

Período/ País	1820- 1870	1870- 1913	1913- 1950	1950- 1973	1973- 2000	1820- 2000
EUA	4,2	3,9	2,8	3,9	2,6	3,6
Grã-Bretanha	2,0	1,9	1,3	3,0	1,9	2,0
Japão	0,3	2,3	2,2	9,2	2,8	2,7
França	1,3	1,6	1,1	5,0	2,2	1,9
Alemanha	2,0	2,8	1,1	6,0	2,1	2,5
Média Aritmética	2,0	2,5	1,7	4,4	2,3	2,5

Fontes: Maddison, 1991 e FMI-WEO, 2000.

Apud: Gonçalves, 2002, Tabela 2.1, p. 50.

Conforme evidencia a tabela acima, no período 1973-2000, as taxas de crescimento médio anual do PIB foram inferiores às taxas dos períodos 1870-1913 e 1950-1973. O menor dinamismo foi apresentado pelos EUA – principal locomotiva do sistema - cuja taxa média anual de crescimento do PIB evidencia uma tendência de redução secular: de 3,9% em 1870-1913 e 1950-1973 reduziu-se para 2,6% em 1973-2000. O Japão, do mesmo modo, apresentou uma redução drástica de 9,3% em 1950-1973 para 2,8% em 1973-2000.

Chesnais (1998) confirma estes dados, chamando a atenção para a queda do crescimento da economia mundial após a década de 1970. Segundo o autor, entre 1984 e 1994, a taxa de crescimento da produção mundial permaneceu inferior ao seu nível já baixo de 1974-1984. Entre 1984-1994, o comércio mundial cresceu 5% ao ano, mas a taxa de crescimento da produção não passou dos 2%. Nas palavras de Chesnais, desde 1974, a acumulação capitalista tornou-se uma "acumulação com a mola quebrada". Ou seja, mesmo com curtos períodos de recuperação, a situação seria de uma recessão prolongada, com tendência à depressão.

A queda nos índices de crescimento das economias capitalistas centrais veio também acompanhada do aumento significativo do desemprego nesses países, conforme mostra a tabela abaixo.

**Desemprego nos Países Desenvolvidos: 1960-97,
Taxa Média Anual (%)**

Países selecionados	1960-73	1974-79	1980-97	B/A
	A		B	
Estados Unidos	4,0	6,7	6,8	1,4
Japão	1,3	1,9	2,6	2,0
Alemanha	0,8	3,4	7,6	9,5
França	1,5	4,5	10,0	6,7
Reino Unido	1,9	4,2	8,3	4,4
Média aritmética	1,9	4,1	7,1	4,8

Fonte: FMI-WEO (diversos anos)
Apud: Gonçalves, 2002, Tabela 3.1, p. 87.

A taxa média anual de desemprego nos países desenvolvidos aumentou de 1,9% em 1960-73 para 4,1% em 1974-79 e para 7,1% em 1980-97. A elevação do

desemprego é observada em todos estes países, sendo particularmente alta nos países europeus com forte tradição de proteção estatal ao emprego.

Assim, para Gonçalves (2002), a situação é particularmente grave, na medida em que as taxas de crescimento não têm sido elevadas o bastante para reduzir significativamente a taxa de desemprego, mesmo nos países que formam o "núcleo duro" da economia mundial.

As locomotivas do sistema econômico mundial – o núcleo duro dos países avançados – perderam força no capitalismo global, repleto de desafios, inclusive o do desemprego. Estes desafios parecem mostrar que essas locomotivas têm pela frente não uma reta, e sim um plano inclinado (...). Talvez não seja nem mesmo um plano e sim um terreno acidentado. (Gonçalves, 2002, p. 100-101).

Mészáros (2002) concorda com esta avaliação de Gonçalves, afirmando que o problema do desemprego é grave e explosivo, justamente por atingir o coração ou o núcleo duro do sistema capitalista mundial. Assim, não se trata mais de um problema relativo aos países *subdesenvolvidos* que poderia ser solucionado, em tese, traçando-se um "caminho seguro para o desenvolvimento". O crescente desemprego no centro do sistema mundial evidencia, para Mészáros, que nem mesmo o *máximo desenvolvimento* é capaz de impedir a expulsão em massa das pessoas do mercado de trabalho. Inclusive os setores e empresas mais dinâmicas e poderosas estão reduzindo o número de trabalhadores.

Na verdade o futuro parece negro. Todas as grandes empresas estão demitindo: 13.000 na Siemens, 20.000 na Thyssen, 43.000 na Mercedes. Até mesmo as ferrovias e os Correios pretendem demitir 100.000 trabalhadores. Numa pesquisa do Instituto Alemão de Economia, 35 de cada 41 companhias afirmaram estar planejando cortar empregos em 1994 (apud Mészáros, 2002, p. 324).

Também não se trata mais de uma situação provocada pela perda de capacidade competitiva das empresas de baixa inovação tecnológica, o que poderia ser compensado supostamente pela expansão de indústrias mais modernas e investimentos em novos setores. O desemprego atinge, inclusive, os setores de ponta da economia.

No interior da Comunidade Econômica Européia o nível de desemprego se aproxima da média de 12 por cento, e quase o dobro deste número, no caso, por exemplo, da Espanha. (...) Já por muitos anos os ciclos de progresso não provocam uma recuperação clara do nível de emprego, apenas reduzem momentaneamente o aumento

incansável das filas de desempregados. (...) No início do ano, o número oficial de desempregados na Alemanha estava em 3,7 milhões, apesar de se acreditar que o número real seja bem maior. (apud Mészáros, 2002, p. 323).

Mesmo com números tão alarmantes, ainda avalia-se que os dados oficiais são subestimados, conforme sugere a citação acima.

Sendo esta a situação dos países desenvolvidos, não se pode esperar que os países dependentes ou "em desenvolvimento" consigam apresentar uma situação mais favorável. A tendência é o contrário, já que nestes países a situação do mercado de trabalho sempre foi mais crítica, mesmo no período de crescimento econômico do pós-guerra. Segundo Mészáros (2002), dado o maior inter-relacionamento das economias de todo o mundo, é por demais ingênuo imaginar que algum país (principalmente do "Terceiro Mundo") pode ficar imune à recessão que atinge, inclusive, os países mais desenvolvidos.

Os chamados "tigres asiáticos" (Coréia do Sul, Hong-Kong, Taiwan e Cingapura), saudados durante bastante tempo como "o modelo que deu certo", afirma Mészáros, já sofreram um forte abalo. Agora a bola da vez é a China. O crescimento econômico significativo deste país (se comparado aos demais) tem servido para louvar o "socialismo de mercado" chinês. No entanto, ninguém pergunta: até quando? Ou antes, sob que condições? O desempenho econômico chinês ocorre sobre uma base de grande exploração da força de trabalho local, imposta pelas "personificações pós-capitalistas do capital"²³. Apesar disso, o

²³ A revolução de caráter socialista na China, assim como nos demais países do campo socialista, conforme explicou Mészáros, não implicou uma superação do capital como sistema alienado de controle social. As condições do "socialismo real" não propiciaram o que seria essencial à superação do capital: o auto-controle pelos produtores associados sobre suas condições de vida e trabalho. Ao contrário disso, a força de trabalho permaneceu submetida a um sistema hierárquico de divisão do trabalho e, portanto, continuou a ser controlada do exterior, pelas "personificações pós-capitalistas do capital". Entretanto, tal constatação objetiva não impediu Mészáros de reconhecer os avanços propiciados pela ruptura com o capitalismo e a construção de uma sociedade de tipo "pós-revolucionário". Neste sentido, o próprio desenvolvimento econômico da China precisa ser avaliado em consonância com as particularidades inerentes ao fato da China ter passado por um processo de revolução social e iniciado (mesmo com todas as contradições) a sua *via de transição* ao socialismo. Este fato em si faz da situação chinesa uma situação bastante peculiar e, portanto, dificilmente comparável à situação dos países capitalistas "em desenvolvimento". Todavia, com o fim da URSS e do bloco socialista e a adesão da China a um processo interno de crescente "mercadização" – e, sobretudo, devido à crise estrutural

"milagre" da China, mesmo em seus próprios termos de referência, não está imune à crise. Pelo contrário, diz Mészáros, "uma das manchetes mais assustadoras acerca do desemprego nos últimos anos veio da China". Esta manchete anunciava o seguinte:

O relatório do Ministério do Trabalho chinês, publicado na semana passada, foi nada menos que impressionante. De acordo com ele, pelo ano 2000 haveria 268 milhões de pessoas desempregadas na China – número 60 vezes maior que o atual... [O relatório] também trazia um aviso com relação aos riscos de agitação à medida que aumenta o desemprego nas cidades nos próximos anos... muitos trabalhadores já foram demitidos, apesar de ainda não figurarem nas estatísticas oficiais. Um relatório classificado chinês citou mais de 1000 casos de agitação no ano passado, muitos dos quais detonados por demissões e desemprego (apud Mészáros, 2002, p. 331).

Apesar do governo chinês (diferentemente do que ocorre nos países capitalistas) tentar manter os trabalhadores na folha de pagamentos, oferecendo seguro desemprego e mantendo as condições anteriores de moradia e assistência médica, as perguntas relevantes, de acordo com Mészáros (2002), são: por quanto tempo o governo chinês terá condições de manter esses benefícios, se o número de desempregados não parar de crescer? e ainda, por quanto tempo os milhões de trabalhadores marginalizados continuarão a aceitar sua condição? Além do mais, não se pode esquecer, salienta Mészáros, que as "reformas de mercado" na URSS e países da Europa Oriental foram saudadas com o mesmo entusiasmo, apesar da "terapia de choque" exigida à sua implementação.

O crescimento do desemprego na Europa Oriental, na antiga União Soviética e na China é significativo e extremamente desconcertante para os apologistas do capital precisamente por isto. Pois a adoção dos ideais da "prosperidade de mercado" não trouxe para a população desses países a "nova prosperidade" prometida. Ao contrário, ela os expôs aos perigos do capitalismo selvagem e do desemprego em massa, generalizando assim *por todo o mundo* a condição do *desemprego crônico* como a tendência mais explosiva do sistema do capital (Mészáros, 2002, p. 336, grifos nossos).

Assim, o desemprego é *mundial* e *crônico*, justamente por ter como causa fundamental a *crise estrutural* do sistema do capital. O crescimento do desemprego,

do sistema do capital – não se pode esperar, segundo Mészáros, que o "milagre" chinês dure por muito tempo. MÉSZÁROS, István. Op. cit.

a estagnação econômica e os demais elementos citados por Wallerstein (2002b) - considerados inerentes ou "normais" a qualquer crise cíclica capitalista - assumem uma dimensão nova no cenário atual. O desemprego, a fome, a miséria, o militarismo, as guerras, a destruição dos recursos naturais renováveis e não-renováveis do planeta, as epidemias, a criminalidade, os preconceitos raciais e de gênero - todos problemas mais ou menos presentes em todas as fases do capitalismo (embora mais intensos nos seus ciclos de recessão) - apresentam um grau de explosividade inédito, na medida em que a sua solução depende, mais do que nunca, do questionamento do sistema em seu *conjunto*. Assim, o questionamento das *causas* e não apenas dos *efeitos* dos problemas centrais de nossa época deve levar à conclusão que a causa fundamental é o próprio *sistema*.

Entretanto, a historicidade das crises capitalistas e sua análise em termos marxistas (Marx, 1988; Mandel, 1990; Gorender, 1985) sugere que os problemas acima citados são, simultaneamente, um problema e uma solução para a crise capitalista. Nos termos de Gorender (1985),

As crises cíclicas cumprem a função precípua de recuperação passageira do equilíbrio do sistema capitalista, justamente por haver sua tendência ao desequilíbrio atingido um grau paroxístico. Mas este equilíbrio momentâneo só se efetiva mediante tremenda devastação das forças produtivas até então acumuladas. Devastação manifestada na depreciação das mercadorias ou simplesmente na destruição dos estoques invendáveis, no surgimento de alto grau de capacidade ociosa nas empresas, na falência de muitas delas e sua absorção por outras a preço vil, na desvalorização geral do capital e, por fim, no desemprego maciço, que inutiliza grande parte da força produtiva humana e reconstitui em proporções maiores, o exército industrial de reserva (p. LXI).²⁴

No entanto, segundo Mézáros (2002), a gravidade da crise atual é que as "medidas de racionalização" implementadas nas crises anteriores são cada vez mais ineficazes, levando mesmo ao agravamento dos problemas. Ao não poder utilizar-se do recurso a uma guerra *total* ou *mundial* (dado que isto poderia levar à destruição

²⁴ Gorender chama a atenção, porém, para a importância de não se tomar esta síntese como modelo uniforme para todas as crises (uma vez que Marx havia observado que cada crise apresenta *peculiaridades*). No entanto, Gorender afirma também que os fatores enumerados tiveram *atuação generalizada*, estando presentes em todas as crises capitalistas. GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital*. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

de toda a humanidade, se a tecnologia de guerra hoje disponível fosse utilizada), o capital foi "decapitado" do principal método de saneamento de suas crises de superprodução.

Neste contexto, a tendência é a substituição das crises cíclicas por um padrão linear de movimento, por uma "crise endêmica, permanente e crônica". Em outras palavras, por uma "crise *estrutural* cada vez mais profunda". Ao invés dos momentos de verdadeiras "tempestades" anteriores, afirma Mézáros (2002), a humanidade pode ser submetida a conviver diariamente com a crise, já que esta seria a "normalidade" do sistema, o seu "procedimento corrente".

Desta forma, as "medidas de racionalização" atualmente empregadas também passam a fazer parte da "normalidade" do sistema: o desemprego em massa, a extorsão da mais-valia absoluta e a superexploração da força de trabalho alastrando-se por todo o mundo e intensificando-se no caso da "periferia subdesenvolvida"; a retirada dos direitos sociais e trabalhistas; a substituição da "guerra total" por guerras de menor intensidade, mas cada vez mais frequentes e a expansão exterior sem precedentes dos monopólios dos países imperialistas, com sua prática extorsiva e exploratória dos recursos naturais e da força de trabalho do "Terceiro Mundo".

Para a implementação efetiva de todas essas medidas, a intervenção do Estado tornou-se mais importante do que nunca. Como disse Mézáros (2002), a *retirada do Estado da economia* não passa de uma lenda, pois na situação atual o capital não está em condições de dispensar a poderosa ajuda do Estado capitalista. Pelo contrário, atualmente a própria continuidade do processo de produção e reprodução do capital depende da intervenção do Estado não apenas na "economia", mas em "todas as esferas do metabolismo social". O Estado desempenha um papel central que consiste em cortar recursos da "área da reprodução social" e investir bilhões na *produção destrutiva*. Os exemplos a esse respeito são inúmeros. Só para citar um: o Estado norte-americano, ao mesmo tempo em que promoveu cortes nos gastos sociais, aumentou em 20% o orçamento militar no período 2002/2003 e reduziu os impostos para os capitais dirigidos ao exterior. (Petras, 2002a). "Apesar de todos os

protestos em contrário, combinados com fantasias neoliberais relativas ao 'reco das fronteiras do Estado', o sistema do capital não sobreviveria uma única semana sem o forte apoio que recebe do Estado". (Mészáros, 2003, p. 29).

Apesar de decapitado da possibilidade de utilizar-se de uma nova guerra mundial para promover o nível necessário de destruição das forças produtivas - de modo a retomar a "expansão sã", como aconteceu no pós-guerra - Mészáros (2002) afirma que o capital não terá com o que se preocupar enquanto o Estado capitalista obter sucesso em impor à sociedade as necessidades da produção destrutiva, mesmo que isso implique a destruição das condições absolutas de reprodução da espécie.

Diante do fato de que a mais problemática das contradições gerais do sistema do capital é a existente entre a impossibilidade de impor restrições internas a seus constituintes econômicos e a necessidade atualmente inevitável de introduzir grandes restrições, qualquer esperança de encontrar uma saída desse círculo vicioso, nas circunstâncias marcadas pela ativação dos limites absolutos do capital, deve ser investida na *dimensão política* do sistema. Com as recentes medidas legislativas que já apontam nessa direção, não pode haver dúvida de que *o pleno poder do Estado será ativado* para atender à meta de encerrar esse círculo vicioso do capital, ainda que isto signifique sujeitar quaisquer dissensões potenciais a restrições autoritárias extremas. (Mészáros, 2002, p. 220, grifos nossos).

Porém, tal alternativa para o capital, ao chocar-se frontalmente com as necessidades humanas mais elementares, ativa contradições cada vez maiores e mais insustentáveis, levando a uma crescente dificuldade de legitimação da ordem. A recorrência crescente à força repressiva do Estado não pode ser considerada uma solução adequada e racional ao problema da legitimidade, conforme discutiu-se anteriormente. Entretanto, isto não significa que ela deixará de ser utilizada. Para responder à sua crise estrutural, o capital necessita lançar mão de métodos cada vez mais irracionais, porém adequados à sua *racionalidade destrutiva*. Somente assim torna-se possível compreender porquê as chamadas políticas neoliberais - na verdade ultra-conservadoras - seguem sendo aplicadas apesar de seu efeito destrutivo do ponto de vista humano.

A maior contradição que o capital está obrigado a enfrentar atualmente, portanto, é que as suas "medidas de ajuste" são, ao mesmo tempo, "um ajuste adequado e um total *desajuste*" para a continuidade da acumulação e expansão do

sistema. É por isso que o Estado capitalista, ao mesmo tempo em que é cada vez mais indispensável ao capital, torna-se também "um peso materialmente insustentável" para o mesmo. Daí a crise estrutural do capital, manifestar-se também como uma *crise do Estado*.

(...) A questão remete ao reaparecimento maciço no século XX daquilo que Marx denominou de "ajuda externa", (...), desde as "políticas agrícolas comuns" e garantias de exportação até os imensos fundos de pesquisa financiados pelo Estado e o apetite insaciável do complexo industrial-militar. (...) O capital, na fase atual de desenvolvimento histórico, tornou-se completamente dependente da oferta sempre crescente de "ajuda externa". Contudo, também sob esse aspecto, estamos nos aproximando de um limite sistêmico, pois somos obrigados a enfrentar a *insuficiência crônica de ajuda externa* referente àquilo que o Estado tem condições de oferecer. Na verdade, a crise estrutural do capital é inseparável da insuficiência crônica dessa ajuda externa, sob condições em que os defeitos e as falhas desse sistema antagonístico de reprodução social exigem uma oferta ilimitada dela. (Mészáros, 2003, p. 29-31).

Assim, a *crise do Estado* realmente existente não pode ser interpretada no sentido dado pela ideologia do "fim do Estado" ou do "Estado mínimo", mas no sentido de uma dificuldade do Estado dar respostas às necessidades de expansão e acumulação do sistema, mesmo que elimine todos os recursos da "área da reprodução social".

Como tentativa de tomar o controle da incontrolabilidade do sistema, estamos sujeitos a uma tendência de determinações *crescentemente políticas* nos desenvolvimentos econômicos do século XX. Isso significa uma reversão do longo período de ascensão histórica do capital em que as determinações econômicas predominavam no processo de reprodução sociometabólica. As transformações pós-capitalistas do sistema do capital que conhecemos foram parte integrante desta reversão da tendência anterior. Mas não foram, de modo algum, as únicas formas de intervenção do Estado a mostrar pouco ou nenhum sucesso. O New Deal de Roosevelt esteve longe de resolver o problema do desemprego nos Estados Unidos (...) e as estratégias keynesianas de intervenção estatal em larga escala na economia durante o pós-guerra chegaram todas a um final melancólico. Além disso, a *tentativa contraditória da direita radical de "reduzir as fronteiras do Estado" por meio de aumento da atividade do Estado na regulação do desenvolvimento econômico* (mesmo não sendo de tipo keynesiano) – ainda elogiada em jornais econômicos – não produziram melhor resultado. Entretanto, mesmo se a perspectiva de sucesso for muito precária, com base em toda a evidência histórica, a tendência de interferência importante do Estado no controle de processos socioeconômicos provavelmente há de continuar, e até mesmo intensificar-se (...). De fato, o que torna essa

tendência de envolvimento político direto particularmente clara é o fato de que ela tem de ser mantida e ampliada apesar de seus resultados pouco tranquilizadores. (Mészáros, 2002, p. 344, grifo nosso).

Nos países do "Terceiro Mundo", a crise estrutural do capital apresenta-se de forma ainda mais destrutiva, daí o Estado periférico ser considerado, ainda mais, "um peso materialmente insustentável" para o capital. Esta realidade será discutida no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

O RECRUDESCIMENTO DO IMPERIALISMO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A AMÉRICA LATINA.

1. Globalização x imperialismo.

Vários autores têm interpretado a atual "ordem" mundial e o que seria um "novo marco histórico" a partir do conceito de *globalização*. Para Gonçalves (2002), a globalização implica

a ocorrência simultânea de três processos, a saber, a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados mundiais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais. (p. 129, quadro 5.1).

Esta definição é, em geral, aceita como explicativa da "dimensão econômica" do processo. No entanto, o termo globalização é utilizado também para caracterizar as mudanças culturais, políticas e ideológicas que estariam ocorrendo no mundo.

Em termos políticos, muitos autores têm argumentado que o fenômeno da globalização implica uma "dispersão" dos centros decisórios de poder. Ianni (1992), entre outros, considera que, no contexto da globalização, os Estados nacionais deixaram de ser os únicos até mesmo os principais *atores*, com a entrada em cena de novos atores - tanto em níveis inferiores como superiores aos Estados nacionais - entre os quais os organismos multilaterais, as empresas transnacionais, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), etc.

Steffan (1995), também avalia que frente à globalização da economia, os Estados nacionais estão ameaçados, em decorrência da pressão internacionalizadora das empresas transnacionais, da conformação de espaços econômicos regionais com suas correspondentes estruturas de poder e do predomínio dos organismos multilaterais como embriões de um possível "Estado mundial".

Sampaio Jr. (1999), por sua vez, considera que:

A extrema mobilidade do capital internacional comprometeu o controle das sociedades nacionais sobre as empresas transnacionais. Os aumentos nas escalas mínimas de produção fizeram com que os novos processos produtivos exigissem um espaço econômico de referência mais amplo, que tendia a ultrapassar os limites das fronteiras dos Estados nacionais. (p.18).

Apesar de alguns autores destacarem o que chamam de "aspectos contraditórios do processo globalizador" como o aumento da miséria e do desemprego a nível mundial; as barreiras impostas ao livre movimento da força de trabalho; o crescente abismo Norte/Sul; o surgimento de um novo protecionismo e de uma nova rivalidade interimperialista com a conformação dos blocos regionais; em geral, avaliam que os movimentos de globalização se sobrepõem e predominam sobre os "aspectos desintegradores" da nova realidade mundial. Daí a realidade atual ser considerada *essencialmente* nova, inteligível a partir do conceito de *globalização* e não do "antigo" conceito de *imperialismo*²⁵. Assim, já não faria sentido falar de *concentração e centralização do poder* e de domínio e *opressão* de um Estado por outro²⁶.

Entretanto, como disse Petras (2002a), nada mais distante da estrutura real de poder que prevalece no mundo do que a noção de uma "dispersão" ou "desterritorialização" dos centros decisórios. Ao contrário do que sugere a idéia da globalização, em seu uso mais comum, os organismos multilaterais não são estruturas de poder amorfas, desligadas de qualquer relação com os Estados

²⁵ A negação da vigência atual do imperialismo muitas vezes ocorre devido a diferentes interpretações acerca do significado desse conceito. Neste trabalho, estamos utilizando o termo no sentido dado por Lênin. Lênin rejeitou a tese do imperialismo como um fenômeno meramente *cultural* ou como uma *política* determinada, "preferida" pelo capital financeiro. Como se pode imaginar que alguém "prefira" especular ao invés de produzir; submeter os povos coloniais, monopolizar a economia, ao invés de incentivar a livre-concorrência?, perguntou. O domínio de uma nação sobre outra, a tendência para a *anexação* e a política colonial seriam expressão de transformações objetivas no processo de produção e reprodução do capital. Assim, Lênin se esforçou para mostrar a *base econômica* ou o *caráter necessário* do imperialismo a partir de determinado nível de desenvolvimento do capitalismo. Para Lênin, o imperialismo é o próprio *capitalismo contemporâneo*, quando a monopolização da economia passa a dominar a livre-concorrência. Por essa razão, ele concluiu que o imperialismo era a "fase final" ou de "decomposição" do capitalismo, ou seja, entre a fase imperialista do capitalismo e o socialismo não poderia haver nenhuma etapa intermediária. LÊNIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 6ª edição, São Paulo: Global, 1991.

²⁶ Embora alguns autores tentem mesclar os dois conceitos, afirmando que o mundo tende para a globalização da economia e que esta acirra os antagonismos e desigualdades entre países e regiões, a verdade é que o conceito de imperialismo diz respeito a algo completamente distinto do conceito de globalização, mais comumente utilizado. Em nossa avaliação, a tentativa de fundir os dois conceitos constitui apenas uma fuga do cerne da discussão, prestando-se mais à confusão do que ao esclarecimento das reais relações de poder que prevalecem no mundo.

nacionais. O poder destes organismos seria nulo se por trás deles não existissem os Estados nacionais – verdadeiros detentores do poder econômico, político e militar. No seio das instituições multilaterais o poder se distribui de acordo com a correlação de forças entre os diferentes Estados nacionais.

Aunque es cierto que las IFIs [instituições financeiras internacionais] toman importantes decisiones en gran número de puntos geográficos afectando de forma importante distintos sectores económicos y sociales, estas decisiones y quienes las toman están íntimamente relacionados con los estados imperialistas y las EMNs [empresas multinacionais] que los influncian. Los altos cargos de las IFIs han sido nombrados por sus gobiernos nacional/imperialistas. Todas las políticas que dictan las condiciones para la concesión de créditos son establecidas por los ministros del tesoro, finanzas y economía de los estados imperialistas. La inmensa mayoría de la financiación de las IFIs proviene de los estados imperialistas. La representación en el consejo ejecutivo de las IFIs es proporcional a la financiación otorgada por los distintos estados imperialistas. El FMI y el BM han sido siempre dirigidos desde USA o la Unión Europea. (Petras, 2001).

Assim, o "Estado mundial do capital", como disse Mézáros (2002), segue sendo apenas uma "idéia reguladora kantiana". O que existe, de fato, é o Estado norte-americano, alemão, japonês, inglês, francês, etc.

Nas empresas *transnacionais* também se conserva a hegemonia de determinado capital nacional. No interior dos países imperialistas, ao contrário do que ocorre nos países dependentes, não existe hegemonia do capital estrangeiro.

Os países capitalistas dominantes sempre defenderam (e continuam a defender) seus interesses econômicos vitais como combativas entidades nacionais, apesar de toda a retórica e mistificação em contrário. Suas companhias mais poderosas estabeleceram-se e continuam a funcionar pelo mundo afora; são "multinacionais" apenas no nome. Na verdade, são corporações *transnacionais* que não se sustentariam por si mesmas. Harry Magdoff convincentemente enfatizou: "É importante ter em mente que praticamente todas as multinacionais são de fato organizações nacionais que funcionam em escala global. Não estamos negando que o capitalismo seja, e sempre foi, desde o seu início, um sistema mundial, nem que tal sistema tenha se tornado mais integrado por ação das multinacionais. Contudo, assim como é essencial compreender e analisar o capitalismo como sistema mundial, é igualmente necessário admitir que cada empresa capitalista se relaciona ao sistema mundial por intermédio do Estado-nação e, em última análise, dele depende." (Mézáros, 2002, p. 229).

A conformação dos blocos econômicos regionais, por sua vez, não altera a essência desta questão, uma vez que prevalece no interior destes blocos o poder dos capitais e respectivos Estados nacionais mais fortes. (Katz e Coggiola, 1995; Martínez, 1998).

Também existem graves antagonismos entre as potências capitalistas dominantes, que tendem a se intensificar no futuro próximo. Isto acontece não apenas porque o imaginado "nacionalismo econômico positivo" dos Estados Unidos já esteja gerando respostas nada positivas na Europa ocidental, no Japão e no Canadá, mas também porque grandes diferenças de interesse produzem conflitos cada vez mais incontroláveis até entre os membros da Comunidade Européia (hoje chamada otimistamente de "União Européia") há muito estabelecida. (Mészáros, 2002, p. 232).

Assim, ao contrário do que sugerem as teorias da "dispersão" dos centros decisórios, o poder mundial está mais *centralizado* e *concentrado* do que nunca. Como disse Petras (2002a), os dados divulgados em suplemento de 10 de maio de 2002 do *Financial Times* sobre as 500 maiores companhias do mundo baseadas em valor, país e setor, "põem fim ao debate entre globalização e imperialismo". Segundo esses dados, quase 48% das maiores companhias e bancos do mundo são dos Estados Unidos, 30% da União Européia e 10% do Japão.

En otras palabras, casi 90% de las mayores corporaciones que dominan la industria, la banca, y los negocios son estadounidenses, europeas o japonesas. El poder económico esta en esas 3 unidades geográfico-económicas, no en conceptos sin sentido como "imperio" sin imperialismo o corporaciones multinacionales "desterritorializadas". (Petras, 2002a).

Os dados mostram também que o poder econômico dos EUA ainda é dominante no interior do sistema mundial. Examinando-se os setores econômicos fundamentais, isso se torna evidente. Cinco dos 10 principais bancos, seis das 10 principais companhias farmacêuticas e/ou biotecnológicas, quatro das 10 principais companhias de telecomunicações, sete das principais companhias de tecnologias da informação, quatro das principais companhias de petróleo e gás, nove das principais companhias de software, quatro das 10 principais companhias de seguros e nove das 10 principais companhias de comércio varejista são estadunidenses. Somente no setor das seguradoras, a União Européia tem uma proporção maior entre os 10 primeiros lugares que os EUA (uma margem de 5 a 4).

O poder dos Estados Unidos está distribuído em vários setores econômicos, mas é particularmente forte nas finanças, na farmacêutica e na biotecnologia, nas tecnologias da informação e software e no comércio varejista. Em outros termos, as gigantescas companhias dos EUA têm uma poderosa rede de controle sobre os setores mais importantes da "nova tecnologia", das finanças e do comércio. A concentração do poder econômico dos EUA é ainda mais evidente observando-se as 10 principais companhias do mundo: 90% são propriedade estadunidense; das principais 25, 72% são propriedades dos EUA; das principais 50, 70% são estadunidenses e das principais 100, 57% são dos EUA. A África e a América Latina estão ausentes da lista. E os chamados Tigres Asiáticos tem apenas três companhias entre as principais 500, menos de 1%.

La concentración del poder económico mundial en las compañías y bancos de los Estados Unidos y en menor medida, de la Unión Europea significa que los mercados mundiales no son competitivos, sino que en gran medida están formados por los monopolios de los EE.UU. y Europa que los dominan. Los flujos de los sectores financiero, farmacéutico, de software y de seguros están formados por las diez principales compañías estadounidenses y europeas. Los mercados mundiales están divididos entre las principales 238 compañías y bancos de los EE.UU. y las 153 de la Unión Europea - *esta concentración de poder es lo que define la naturaleza imperial de la economía mundial*, junto con los mercados que controlan, las materias primas que saquean (80% de las principales compañías de petróleo y gas son propiedades estadounidenses o europeas) y de la fuerza de trabajo que explotan. (Petras, 2002a, grifo nosso).

Entretanto, como assinalaram Petras e Veltmeyer (2002),

Se ha construido un nuevo lenguaje político y discurso teórico para cegar la actuación del imperialismo en la región [latino-americana] y en cualquier otro lugar. Los bancos y corporaciones trans o multinacionales en sus operaciones (toma de empresas productivas, apropiación de activos, dominación de mercados y extracción de ganancias sobre la base del trabajo barato) ya no son entendidos como unidades y agentes del sistema imperialista; ahora son vistas allanando la globalización y la creciente integración e interdependencia de la economía mundial.

Assim, enquanto cresce o protecionismo e o fortalecimento do poder do Estado nos países centrais, o nacionalismo é visto como um problema no "Terceiro Mundo".

Ele [Friedrich von Hayek] reprova igualmente todos aqueles que temerariamente levantam suas vozes em favor dos oprimidos do "Terceiro Mundo", pintando o espectro de que "... a teologia da

libertação' pode se fundir ao nacionalismo para produzir uma nova e poderosa religião, com desastrosas conseqüências para as pessoas que já estão em péssima situação econômica." (Mészáros, 2002, p. 228).

Por essa razão, mais do que uma palavra neutra e inocente, o conceito de globalização está carregado de ideologia, sendo funcional à manutenção de um *sistema hierárquico de poder internacional*, destinado a manter os povos do chamado Terceiro Mundo conformados com a situação atual.

Se existe uma *mudança de qualidade* no sistema imperialista, ela não ocorre no sentido indicado pelas teorias da globalização, mas exprime a *crise estrutural* do sistema do capital (no sentido dado por Mészáros e discutido no Capítulo 1).

Diante desta crise que é do sistema em seu *conjunto* e não de determinadas políticas ou "modelos de desenvolvimento" implementados pelos governos – seja do "modelo estatista" conforme argumentam os neoliberais ou do "modelo neoliberal" conforme argumentam os críticos do neoliberalismo – tende a haver um recrudescimento das características *senis* do capitalismo e, portanto, da tendência para "a anexação, a violência e a reação", consideradas por Lênin intrínsecas à fase imperialista do capitalismo²⁷. A mudança em relação à fase anterior do capitalismo não é apenas quantitativa, mas qualitativa, na medida em que expressa um momento do capital em que a *produção destrutiva* passa a dominar a *produção genuína*, colocando o sistema do capital em *oposição frontal* às condições de sobrevivência da humanidade.

²⁷ Segundo Lênin a luta cada vez mais acirrada entre os grandes monopólios capitalistas por mercados, fontes de matérias-primas e força de trabalho barata, conduz à rivalidade entre as potências imperialistas. Os investimentos e lucros de monopólio, ao exigirem a posse de territórios cada vez mais vastos, levam ao recrudescimento da *política colonial* e das relações de dependência entre os países. Nas suas polêmicas com Kautsky (considerado até então uma das maiores referências do marxismo internacional), Lênin afirmou que o "reformista confesso", Hobson, tinha ido além de Kautsky ao apontar como características intrínsecas do imperialismo: "1) a concorrência entre vários imperialismos; e 2) a supremacia do financista sobre o comerciante". LÊNIN, Vladimir Ilich. Op cit., p. 91. A conquista e a anexação de territórios não apenas agrários (como defendia Kautsky), mas também industriais, pelas potências mundiais, teria como objetivo principal enfraquecer o adversário. Por isso, diferente da tendência para a pacificação defendida por Kautsky, Lênin afirmou com toda a ênfase que o capitalismo dos monopólios tendia para "a anexação, a violência e a reação em escala mundial". Ibid.

Neste contexto, todo *avanço* do capital implica, simultaneamente, um *retrocesso* nas condições de vida da população, mesmo nos países dominantes ou imperialistas. Problemas como o desemprego, a ausência de direitos de cidadania (civis, políticos e sociais), a pobreza, a superexploração do trabalho - tidos como provocados pela "tragédia do subdesenvolvimento" - atingem agora os países de "capitalismo avançado". É por isso que, apesar da ideologia do livre mercado, cresce o protecionismo nos países centrais e as dificuldades para a livre circulação da força de trabalho entre os países (especialmente entre o Norte desenvolvido e o Sul subdesenvolvido). Não é por acaso que a política migratória tem sido uma das questões sociais mais explosivas nos países do Norte, levando, em alguns casos, ao renascimento do chauvinismo nacionalista. Especialmente na Europa, partidos de extrema direita (identificados com uma política chauvinista) têm aumentado seus votos nas eleições, chegando ao governo em alguns países, como na Itália de Berlusconi.

2. A disputa inter-imperialista e a necessidade de um "novo imperialismo".

Se a crise é a realidade dos países imperialistas, a situação dos países periféricos é ainda mais dramática. Em meio a uma dificuldade crescente de valorização do capital como um *todo*, os monopólios dos países imperialistas lançam-se a uma disputa ainda mais acirrada pelo domínio de mercados (principalmente financeiros), recursos naturais (renováveis e não-renováveis) e força de trabalho barata. Como explicou Lênin, no *Imperialismo: fase superior do capitalismo*, em tempos de crise capitalista, a lógica do "salve-se quem puder" impõe o acirramento da concorrência entre os monopólios, levando a uma concentração ainda maior do capital.

(...) as crises (de toda espécie, principalmente econômicas mas não exclusivamente) aumentam, em fortes proporções, a tendência para a concentração e para o monopólio. Eis algumas reflexões extremamente significativas de Juidels acerca da importância da crise de 1900, a qual, como se sabe, marcou uma viragem na história dos monopólios modernos: "No momento em que iniciou a crise de 1900, existiam ao lado de empresas de organização antiquada, segundo as atuais concepções, empresas 'simples' (isto é, não integradas) 'que a

vaga de progresso industrial tinha conduzido à prosperidade'. A queda dos preços e a diminuição da procura colocaram estas empresas 'simples' em apuros. Apuros em que de modo algum se colocaram as empresas gigantescas integradas ou que as afetaram apenas durante um período de tempo muito curto. Esta é a razão pela qual a crise de 1900 provocou uma concentração industrial infinitamente mais forte do que a que foi gerada pela crise de 1873; esta última operara também uma certa seleção entre as melhores empresas, mas, sendo dado o nível técnico da época, esta relação não pôde assegurar o monopólio às empresas que dela tinham saído vitoriosas".²⁸ (Lênin, 1991, p. 29).

O acirramento da concorrência no mercado mundial leva também a uma crescente disputa entre os Estados imperialistas. Apesar de ser verdade que o hegemonismo norte-americano está longe de ter chegado ao fim, permanecendo os

²⁸ O surgimento do monopólio capitalista, como explicou Lênin, foi um resultado da própria livre-concorrência. Na medida em que a concorrência obriga os capitalistas a reduzirem ao máximo o valor unitário de suas mercadorias, através do incremento da produtividade do trabalho, as unidades particulares do capital que saem na frente em termos de capacidade produtiva conseguem vender as suas mercadorias ao mesmo tempo acima do valor de produção e abaixo do preço médio de mercado obtendo, assim, um *superlucro*, decorrente da *transferência de valor* das empresas de menor produtividade para as mais produtivas e competitivas. Esse processo não pode parar, pois isto implicaria a parada da acumulação e expansão do capital e, conseqüentemente, o colapso do sistema. Daí a crescente monopolização da economia que, ao contrário de eliminar a concorrência, a coloca em patamar mais elevado, uma vez que as *práticas de monopólio* permitem a obtenção de superlucros ainda maiores, que não derivam apenas de uma maior produtividade do trabalho. Ibid. Entretanto, conforme analisou Marx, os superlucros assim obtidos pelas *unidades particulares* do capital não impedem a tendência à queda da taxa média de lucros, considerando o *conjunto* do sistema. O progresso técnico com vistas a poupar trabalho e, conseqüentemente, diminuir o valor unitário das mercadorias provoca, necessariamente, a elevação da composição orgânica do capital, ou seja, o aumento da parte constante (maquinarias, matérias primas e auxiliares) em relação à parte variável (força de trabalho). Como a taxa de lucro é a mais-valia calculada sobre o capital global, ou seja, é a relação entre a mais-valia e o capital adiantado na forma de investimentos em meios de produção e força de trabalho, a diminuição da força de trabalho em relação ao capital constante provoca a diminuição da mais-valia sobre o conjunto do capital adiantado. "(...) o progressivo decréscimo relativo do capital variável em relação ao capital constante, gera uma composição orgânica crescentemente superior do capital global, cuja conseqüência imediata é que a taxa de mais-valia, com grau constante e até mesmo crescente de exploração do trabalho, se expressa numa taxa geral de lucro em queda contínua. (...) A queda da taxa de lucro não nasce de uma diminuição absoluta, mas de uma diminuição relativa do componente variável do capital global, de sua diminuição comparada com o componente constante". MARX, Karl. Lei da queda tendencial da taxa de lucro. In: MARX, Karl. *O capital*. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p. 155-158. O problema está na insuficiência de mais-valia para valorizar o conjunto do capital global. Entretanto, tal problema não impede os capitais particulares mais fortes de manter ou aumentar seus lucros, mesmo num contexto de dificuldade de valorização do capital como um todo.

EUA não só como potência político-militar, mas como potência econômica mundial²⁹, também é verdade que nas últimas décadas houve um *declínio relativo* desta hegemonia.

Alguns fatos parecem comprovar essa hipótese. A formação de blocos econômicos regionais tem sido interpretada por vários autores como expressão do acirramento da concorrência entre as grandes potências capitalistas mundiais. Assim, a estratégia da regionalização estaria voltada a proteger os interesses dos países mais fortes no interior desses acordos, ao mesmo tempo em que garantiria o afastamento dos países concorrentes. Por essa razão, para Sampaio Jr. (1999), os três blocos mundiais mais importantes estão centrados nas três grandes potências atuais: o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), liderado pelos Estados Unidos; a União ou Comunidade Européia (CE), organizada em torno da economia alemã; e a Bacia Asiática, que tem o Japão como pólo aglutinador³⁰.

²⁹ Esta idéia é polêmica. Segundo Petras e Veltmeyer (2002), alguns autores, entre os quais Fred Bergsten & Randall Henning, chamam a atenção para a evidência do renascimento da rivalidade interimperialista, refletidas nas dissensões no seio do G-7. PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. El capitalismo al fin del milenio. *Rebellion*. 21 de março de 2002. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/petras/milenio-petras.htm/>>. Wallerstein, também elabora algumas conjecturas a respeito do futuro das relações de poder internacionais, com base na hipótese de um possível recrudescimento da disputa entre as grandes potências mundiais até o seu desfecho numa nova guerra inter-imperialista. Neste cenário, os EUA poderiam ser ultrapassados como potência hegemônica pelo Japão. A partir daí poderia se esperar a formação de uma nova ordem mundial bipolar centrada em duas zonas rivais: uma formada pelo Japão e EUA (este como sócio minoritário) e outra pela Comunidade Européia (CE), que deixaria de lado seus desacordos menores. Wallerstein, no entanto, afirma que apesar deste ser o "padrão normal" dos acontecimentos - ao menos de acordo com o que ocorreu nos "declínios de hegemonia" anteriores - ele não espera que isso aconteça ou, pelo menos, espera que esse processo seja interrompido ou desviado pela entrada em cena de novos fatores. WALLERSTEIN, Immanuel. Op. cit.

³⁰ Segundo Martínez, o "concerto das Nações" capitalistas dominantes no pós-guerra foi possível graças à expansão internacional do socialismo e à recuperação econômica capitalista. Enquanto durou a "guerra fria" e a expansão econômica, os países capitalistas avançados, sob a hegemonia norte-americana, teriam se preocupado principalmente com a expansão exterior de seus monopólios e com a disputa (inclusive militar) das zonas de influência do "Terceiro Mundo" com o bloco socialista. Porém, o Japão e os países da Europa derrotados na 2ª Guerra teriam continuado a buscar, mesmo dentro dos limites impostos pelas condições da derrota, a diminuição da distância que os separava dos Estados Unidos da América como potência hegemônica mundial. MARTÍNEZ, Rafael Cervantes et al. *Transnacionalización y desnacionalización*. Ciudad de La Habana, 1998. mimeo.

Além do avanço da Europa e do Japão, a posição dos EUA como potência hegemônica mundial, estaria potencialmente ameaçada também pelas próprias contradições internas do império estadunidense.

Petras (2002a, 2002b), entre outros, tem chamado a atenção para essas contradições, ao afirmar que o poder imperial norte-americano se assenta, cada vez mais, em "frágeis fundamentos" e numa "ordem global altamente polarizada". Os EUA estariam com sérios problemas para manter seu império, ao aumentar maciçamente o orçamento militar e os incentivos para os grandes investidores e reduzir, ao mesmo tempo, o orçamento destinado aos serviços sociais. Com tal procedimento, o império estaria arriscando sua estabilidade fiscal e política. O fundamental é que o poder e a concentração econômica das companhias e bancos dos EUA estariam baseados no investimento externo e, portanto, nos lucros e reexportações aos EUA por meio de subsidiárias. O resultado é que o crescente império econômico no exterior estaria salvando a balança de pagamentos dos EUA, cujo déficit da balança comercial atingiu o nível insustentável de aproximadamente meio trilhão de dólares no ano de 2002.

En otras palabras, a medida que crece el imperio, la "república" entra en crisis más profundas, privada de sus empresas competitivas e incapaz de limitar sus importaciones de artículos de consumo. Esta contradicción no puede ser fácilmente resuelta, porque la dirigencia política esta totalmente comprometida con la construcción imperial y la única concesión que puede hacer a la economía doméstica son mayores subsidios y más proteccionismo - los que a su vez aumentan las tensiones y los conflictos con sus competidores imperiales de Europa y los regímenes exportadores dependientes en el Tercer Mundo. (Petras, 2002a).

Embora mantendo sua posição de potência hegemônica mundial, os EUA também teriam sofrido um debilitamento relativo do seu poder político e econômico durante os anos 90 em áreas chave do mundo: na região do Oriente Médio e do Golfo, na América Latina, na Ásia e na Europa. Ao mesmo tempo, teria aumentado sua influência nos estados balcânicos menos importantes de Kosovo, Macedônia e Sérvia.

Desde o fim da 1ª guerra do Golfo até 07 de outubro de 2001 (data do ataque ao Afeganistão), os EUA teriam vencido em conflitos militares nos Bálcãs e na América Central (regiões periféricas) e sofrido uma séria perda de influência em

regiões estratégicas. De maneira similar, a economia dos EUA teria passado por um *mini-boom* especulativo entre 1995 e 1999 e logo sofrido uma crescente recessão ao entrar no novo milênio. A combinação de vitórias periféricas e a bolha especulativa teriam ocultado a crescente *debilidade estrutural*.

Outro sinal importante da diminuição do poder econômico dos EUA, segundo Petras (2002a) foi o massivo aumento dos superávits comerciais acumulados à custa dos EUA pela Ásia e União Européia. No ano 2000, os EUA chegaram a um déficit comercial de 450 bilhões de dólares, devido à importância que os 350 milhões de consumidores da Europa Ocidental passaram a dar ao comércio inter-europeu. Na América Latina, por outro lado, as companhias multinacionais européias, particularmente as espanholas, derrotaram seus competidores estadunidenses na aquisição de lucrativas empresas privatizadas. O 11 de setembro, seria outro sinal do debilitamento relativo do poder dos EUA, desta vez da incapacidade de Washington defender os centros de poder financeiro e militar dentro do próprio império.

Confrontado com essa situação, Washington teria decidido mudar sua estratégia, de modo a inverter seu debilitamento relativo. Se por um lado, o 11 de setembro continuaria a marcar a diminuição relativa da influência dos EUA, por outro lado, ter-se-ia convertido em um momento crucial para uma importante *contra-ofensiva* do império estadunidense. Daí a perspectiva de Washington de periodicizar uma "nova era histórica" a partir desta data.

Porém, em outro artigo, Petras (2002b) considera que da perspectiva do "Terceiro Mundo" (e talvez mais além), o 07 de outubro de 2001, data da massiva intervenção e bombardeio do Afeganistão, foi mais significativo do que o 11 de setembro, ao marcar uma importante ofensiva mundial dos EUA contra seus adversários, sob definições muito elásticas e amplas de "terrorismo", "refúgios de terroristas" e "simpatizantes de terroristas". Esta ação do poder imperial dos EUA teria marcado claramente uma *nova ofensiva militar* contra os seus opositores e competidores, incluindo a dissensão interior.

La disminución del control imperial "indirecto" de los estados empobrecidos y devastados del Tercer Mundo, requería un "nuevo

imperialismo" según el periodista del *Financial Times*, Martín Wolf (...) En pocas palabras, las bombas y los infantes de marina, complementaron a los funcionarios del FMI y de los programas de ajuste estructural en la "reestructuración" de las economías y asegurando la subordinación de los estados del Tercer Mundo. Como dice Wolf: "Para enfrentar el reto del estado fracasado [saqueado y consumido] lo que se precisa no son piadosas aspiraciones sino una fuerza coercitiva honesta y organizada". En otras palabras, guerras imperiales como en Afganistán, Yugoslavia, etc., deben ser acompañadas por nuevas conquistas imperialistas - *la recolonización es el "nuevo imperialismo"*, un proceso que ya está en camino en el espacio aéreo, terrestre y marítimo de América Latina. (Petras, 2002b, grifo nosso).

3. América Latina: a recolonização em marcha.

Segundo Petras e Veltmeyer (2002), apesar de ter se iniciado na década de sessenta e setenta, com as ditaduras militares que se espalharam por toda a região da América Latina³¹, o "novo imperialismo" se aprofundou nas últimas décadas do

³¹ De acordo com Petras e Veltmeyer, no período anterior às ditaduras militares, a América Latina viveu um "largo meio século de avanço social e político", decorrente senão da liquidação, ao menos da limitação do poder do imperialismo por vários regimes de caráter reformista (nacionalistas, populistas e socialistas democráticos). Porém, neste contexto e principalmente após a vitória da revolução cubana, se iniciou uma *reação política* por parte das forças conservadoras (latifundiários, banqueiros, grandes empresários), preocupadas com o avanço das conquistas dos trabalhadores. Estas forças resolveram, então, se voltar para as forças armadas e as corporações multinacionais em busca de apoio para romper a *aliança populista* anterior e assegurar uma maior participação nos mercados externos, financiamento de seus empreendimentos e acesso à nova tecnologia. Assim teria se formado a base social para as políticas de *contra-reforma* e a ascensão do imperialismo norte-americano na América Latina nas décadas seguintes. Portanto, afirmam os autores, ao contrário do apregoado pela ideologia atualmente dominante, o "livre mercado" não saiu vitorioso na América Latina devido ao fracasso do "estatismo" e às virtudes inerentes ao mercado, mas foi imposto justamente em reação *ao êxito das reformas anteriores* e através da intervenção política violenta. "Washington, en concierto con los militares de América latina, derribó a los gobiernos elegidos democráticamente en Chile, la Argentina, el Brasil y el Uruguay. Las nuevas dictaduras, apoyadas por las instituciones financieras internacionales, procedieron a dismantelar las barreras sociales y proteccionistas, a desnacionalizar los sectores industriales y bancarios y a privatizar los activos públicos. Las políticas de mercado libre fueron implementadas y puestas en vigor por regímenes draconianos que mataron a miles, encarcelaron y torturaron a decenas de miles y obligaron a muchos más a ir al exilio. Los vínculos políticos entre los bancos, las corporaciones multinacionales, los capitalistas transnacionales de América latina y el estado fueron reforzados y las aspiraciones de hegemonía de Estados Unidos se hicieron realidad". PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Op. cit.

século XX – frente ao contexto da crise mundial e do colapso do "socialismo real" – e agravou-se a partir do 11 de setembro. Para os autores, as conseqüências para a América Latina foram catastróficas, podendo ser sintetizadas na emergência de um processo de verdadeira *reversão neocolonial*.

(...) la retórica de la globalización y del ajuste estructural, y la previsión de un crecimiento renovado y prosperidad, están destinadas a encubrir el *proyecto imperial de recolonización*. El programa real que está detrás de la consolidación del nuevo orden imperial en América Latina es no sólo generar un renovado ciclo de acumulación capitalista, sino también crear en el proceso las condiciones que permitirán a las fuerzas del imperialismo norteamericano avanzar y expandirse en otras partes del mundo. (Petras e Veltmeyer, 2002).

Do mesmo modo, Casanova (2000), avalia que "a reconversão em curso na América Latina é em grande medida uma recolonização". Se os Estados dependentes do "Terceiro Mundo" nunca controlaram a acumulação local, atualmente estariam ainda mais debilitados, devido às condições do endividamento e do mercado mundial. Assim, para Casanova, a América Latina está vivenciando "uma forma de dominação colonial através do crédito".

Sampaio Jr. (1999), por sua vez, considera que "o novo marco histórico reduziu dramaticamente – e este é seu traço fundamental – o grau de liberdade das economias dependentes de origem colonial, para impulsionar o processo de consolidação de seus Estados nacionais". (p. 22).

Segundo o estudo de Petras e Veltmeyer (2002), o "novo imperialismo" construiu-se *economicamente* sobre quatro pilares: pagamentos de juros a longo prazo da dívida externa em grande escala; transferência massiva de lucros derivados dos investimentos diretos e de carteira; compras e aquisições de empresas públicas lucrativas e de empresas nacionais com problemas financeiros; cobrança de royalties e direitos de licença sobre uma ampla variedade de produtos, patentes, mercadorias culturais, etc.; balanços de conta corrente favoráveis baseados na dominação das corporações e bancos dos Estados Unidos na região, graças à "tradicional familiaridade com o mercado e aos laços históricos".

Em 1998, o total da dívida externa da América Latina chegou a 698 bilhões de dólares, um aumento de 64% em relação à dívida de 1987, considerado o ano auge da "crise da dívida". Mas o mais significativo desta dívida não é, para Petras e

Veltmeyer, seu tamanho (em torno de 45% do produto bruto regional), nem o peso que representa para a população da região, mas o volume dos pagamentos de juros destinados aos bancos dos Estados Unidos e a drenagem de uma imensa massa de capital potencial da América Latina. Só no ano de 1995, os bancos receberam 67 bilhões e 500 milhões de dólares desta fonte e no curso da década mais de 600 bilhões, um número equivalente a aproximadamente 30% do total dos recursos de exportação gerados no período.

Dívida e Pagamento da Dívida, América Latina, 1982-98 (em bilhões de dólares, médias anuais, a preços correntes)											
	'80	'87	'90	'91	'92	'93	'94	'95	'96	'97	'98
Estoque de dívida	257	474	476	491	450	526	547	588	627	650	698
% do PNB	36	66	45	45	42	37	35	36	35	33	36
Pagtos.	30	47	41	39	37	38	35	36	35	33	35
% de exportações	36	37	32	26	26	28	29	29			
Fontes: Banco Mundial - <i>World Debt Tables</i> 1994/95, 1994, World Development Report, vários anos; Cepal, 1998b. Apud: Petras e Veltmeyer, 2002, www.rebellion.org/petras/milenio-petras.htm											

Em relação ao fluxo de capital estrangeiro à região, Petras e Veltmeyer mostram que os primeiros anos da década de 1990 viram um *boom* dos investimentos de carteira, atraídos pelas altas taxas de juros e pelas oportunidades nos "mercados emergentes". Já nos anos seguintes houve uma considerável oscilação (sobe e desce, entrada e saída) no fluxo dos investimentos de carteira, na medida em que os investidores responderam aos "ajustes" dos governos e às manipulações das taxas de câmbio e de juros. Os autores observam ainda que países da América Latina (mais que em qualquer outro lugar, com exceção do Chile) tenderam a apoiar-se mais sobre o investimento estrangeiro de carteira do que no investimento estrangeiro direto (IDE). Até há pouco tempo e desde 1992 os fluxos de entrada de investimentos de carteira na região (bonos e títulos emitidos pelos governos, especialmente do Brasil e México) teriam excedido em muito os fluxos de entrada de IDE.

A preferência pelos "mercados emergentes" da América Latina e pelos ativos, segundo Petras e Veltmeyer (2002), deve-se às condições altamente favoráveis

apresentadas pelo amplo programa de privatização, pelo aprofundamento da liberalização, pela estabilidade macroeconômica, assim como pela política geral dos governos e pelo estoque de recursos naturais, mercados e força de trabalho da região. No curso da década, o fluxo de investimento direto cresceu 223% no mundo, porém, na América Latina, a taxa de aumento aproximou-se de 600%, a maior parte (62%) correspondeu ao Brasil, México e Argentina. A outra parte mais significativa (26%) coube ao Chile, Colômbia, Peru e Venezuela. A maior parte deste IDE foi usada para comprar ativos das empresas públicas privatizadas e de empresas "privadas" da região com problemas financeiros, com pouca formação de capital comprometida. Tais aquisições, juntas, representaram entre 68 e 75% de todo o IDE da região. As estatísticas sobre a explosão de fusões e aquisições trans-fronteiras, levando setores industriais chaves e corporações de primeira linha a caírem nas mãos de corporações dos Estados Unidos revelam, segundo Petras e Veltmeyer, a natureza improdutiva deste IDE. Até 1999, 33 das 100 corporações mais importantes da América Latina foram adquiridas por investidores estrangeiros, em sua maioria dos Estados Unidos.

O fluxo de IDE na região estaria gerando preocupação também pelo impacto negativo do IDE sobre a balança de pagamentos. No Brasil, por exemplo, o déficit da conta corrente aumentou de 1 bilhão e 200 milhões de dólares em 1994 para 33 bilhões em 1997, ao mesmo tempo, os fluxos de entrada subiram apenas de 3 a 17 bilhões. De acordo com Petras e Veltmeyer (2002), um estudo realizado por Varman-Schneider sugere que este problema atinge toda a região e está ligado com a questão da fuga de capital, que aparece como um resíduo nos dados das balanças de pagamentos.

Os recursos gerados pelos fluxos de entrada de IDE são consideráveis, constituindo uma fonte muito importante de lucros ao capital dos EUA, conforme demonstra o quadro abaixo. Porém, Petras e Veltmeyer salientam que a taxa real de retorno e de lucro é muito maior porquê não há informação sobre grande parte dela, porquê é dissimulada através de mecanismos de transferência através dos preços ou ainda porquê não inclui os lucros reinvestidos, sendo calculada após as deduções de impostos, obrigações das corporações matrizes, pagamentos de

seguros, direitos de licença, royalties e uma série de "ajustes" relacionados com as valorizações das moedas. De todo modo, mesmo baseando-se no registro oficial, a taxa e magnitude da repatriação de lucros é significativa.

Pagamentos de Ingressos sobre Investimentos em Valores e Taxas de Lucro. (em bilhões de dólares, médias anuais)					
	1993	1994	1995	1996	1997
Ingressos sobre ativos	27.5	34.0	41.6	40.0	59.0
IDE	14.3	16.6	16.7	17.8	19.9
Outros	12.6	18.1	25.7	22.2	20.1
Taxa de lucro sobre IDE					
(1)		14.2	12.3	12.1	11.6
(2)				27.2	34.3
(1): Segundo o Departamento de Comércio dos EUA. (2): Segundo a ECLAC Fontes: FMI, vários anos; UNCTAD, 1998; Departamento de Comércio - BEA Estados Unidos, 4 de março de 1999. Apud: Petras e Veltmeyer, 2002.					

Por outro lado, a batalha dos EUA para incluir as cláusulas de "propriedade intelectual" na Rodada do Uruguai do GATT, se baseou no fato de que royalties e pagamentos por licenças se tornaram cada vez mais importantes para o balanço de pagamentos dos EUA. Entre 1982 e 1992, os pagamentos de royalties e licenças totalizaram aproximadamente 1 bilhão e 300 milhões de dólares, porém nos anos 90, tais pagamentos ultrapassaram 1 bilhão por ano, representando uma obrigação crescente imposta anualmente pelas corporações matrizes dos Estados Unidos às operações de suas filiais na América Latina. Estes pagamentos não apenas constituem uma forma de renda que pode ser cobrada sem agregar valor à produção, como também permitem às empresas matrizes baixar suas taxas de lucro declaradas no país receptor. Os pagamentos de royalties e direitos de licença também aumentaram nos últimos anos, crescendo 14% em 1996 e outros 20% em 1997.

Pagamentos por Royalties e Direitos de Licença aos EUA pela América Latina. (em bilhões de dólares, médias anuais)				
1985-90	1991-93	1994-95	1996	1997
0.9	1.1	1.6	1.4	1.7
Fonte: UNCTAD, 1998; Depto. de Comercio - BEA dos EUA, "US Direct Investment Abroad. Capital Flows" (1994, 1999). Apud: Petras e Veltmeyer, 2002.				

Igualmente importante para sustentar a economia norte-americana é o papel do comércio entre a América Latina e os EUA. Cerca de ¼ das exportações norte-americanas e das importações dos EUA dirigiram-se à América Latina. A América Latina foi a única região no mundo que proveu os EUA com um excedente significativo em conta corrente. Sem este excedente, certamente, este déficit dos Estados Unidos seria significativamente maior. Por isso, a América Latina é considerada uma reserva estratégica, que compensa a debilidade comercial dos Estados Unidos em outros lugares e provê um importante fluxo de recursos para sustentar a expansão imperial. (Petras e Veltmeyer, 2002).

O Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) é parte integral desta estratégia: ao monopolizar os mercados latino-americanos, os EUA podem baixar seus déficits comerciais e abocanhar setores financeiros e comerciais lucrativos, limitando a concorrência européia e aumentando o seu domínio. O Plano Puebla-Panamá é o protótipo da nova estratégia imperial de aumentar as exportações diretas para o México, enquanto as maquiladoras de propriedade estadunidense ou subcontratistas deste país podem mover os mercados de força de trabalho mais barata para a China, Vietnam e Índia. (Petras, 2002a).

A doutrina das "vantagens comparativas", segundo a qual se aconselha os países latino-americanos especializar-se em certas linhas de produção paralisou o processo de diversificação econômica que se iniciou durante a fase da industrialização substitutiva de importações. O resultado tem sido uma superdependência da América Latina em uma limitada linha de produtos de exportação - particularmente matérias primas - que sofreram uma forte queda de preços ao longo dos anos, como resultado da deterioração relativa dos termos de troca, que

chegaram a uma perda de aproximadamente 25% dos lucros potenciais de exportação.

A estrutura do comércio entre os Estados Unidos e a América Latina, não só está provendo os Estados Unidos com um excedente substancial em sua balança comercial com a região, como também está facilitando a transferência encoberta de uma significativa massa de lucros. Entre outras coisas, as filiais das corporações norte-americanas dominam este comércio, estimando-se que em torno de 58% dele consiste em transferências intra-firmas.

Enfim, somando-se aos recursos perdidos pelo mecanismo dos termos de troca, o enorme fluxo para fora de recursos em forma de royalties, pagamentos de juros e lucros sobre investimentos de longo e curto prazo, o resultado é uma enorme sangria dos recursos vitais da região latino-americana, para enriquecer os capitalistas locais e estrangeiros, em detrimento da economia e da população local.

O outro lado da prosperidade das corporações do império norte-americano é o aprofundamento da estagnação e a irrupção de crises sistemáticas na América Latina. Entre 1980 e 1999, a América Latina tem experimentado a estagnação, intercalada por crises sistemáticas, acompanhadas por custosas "operações de resgate" que debilitam ainda mais as estruturas básicas da economia. Os anos oitenta foram chamados de "década perdida", quando os bancos internacionais drenaram a economia regional através de massivas transferências de pagamentos da dívida e a primeira onda de compras de empresas públicas lucrativas. Nos anos noventa, as *condições* impostas pelas instituições financeiras internacionais para a renegociação das dívidas e os novos empréstimos abriram ainda mais as economias da região a uma inundação de importações baratas e afrouxaram os controles sobre os fluxos de capital. O resultado foi um *boom* de curto prazo em investimentos especulativos de carteira, uma debilidade do poder do Estado sobre os setores estratégicos da economia e uma maior dependência e vulnerabilidade em relação aos centros imperiais do capital estrangeiro.

As injeções de capital de curto prazo em grande escala, de tempos em tempos, dão a impressão de uma "recuperação". Porém, pouco depois um evento qualquer (acontecido em casa ou fora) leva ao assalto da moeda nacional e das reservas dos

bancos centrais, conduzindo a uma massiva fuga de capitais, estimada por fontes oficiais em uma magnitude que ultrapassa em muito os novos fluxos de entrada de capital. Isto conduz a uma nova crise, aprofundando a estagnação e o crescimento do desemprego e subemprego, expondo a fragilidade do sistema financeiro e produtivo e a completa dependência (lida como relações de interdependência) da região às agências e instituições imperialistas. Cada "solução" oferecida aprofunda ainda mais a penetração imperialista. (Petras e Veltmeyer, 2002).

Indicadores Macroeconômicos do Desenvolvimento da América Latina										
	1981-89	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
PNB per capita	-0.9	-2.2	2.0	1.3	2.3	3.8	-1.2	1.8	3.6	0.7
Balança de pagamentos (em bilhões)										
Comércio								-20	-32	-50
Conta Corrente		-5	-22	-38	-41	-46	52	-37	-64	-84
Capital								62	80	62
Balança de pagamentos (média anual de oscilação em %)										
Comércio		-2.1	0.4	-1.2	-1.5	-0.6	-0.5	-0.5	-1.6	
Conta Corrente		-0.2	-1.5	-2.7	-3.2	-3.1	-2.1	-2.0	-3.2	
Capital		-0.7	1.9	3.8	4.3	2.5	1.7	3.5	4.1	
Fonte: CEPAL, 1998a; 1998b. Apud: Petras e Veltmeyer, 2002.										

Para atrair novo capital às economias em deterioração, os governos da América Latina oferecem taxas de juros mais altas aos especuladores, levando a uma onda de investimentos de carteira, venda de empresas lucrativas e a uma política de portas abertas a maiores fluxos de importações, aprofundando, portanto, a estagnação, na medida em que as empresas locais vão à falência. Neste contexto, os industriais locais buscam manter a taxa de lucros sobre seus investimentos e operações baixando os salários ainda mais e/ou voltando-se para atividades de intermediação e especulativas. Para atrair os investimentos de carteira, a "estabilidade macroeconômica", buscada a qualquer preço, resulta numa moeda sobrevalorizada, que leva à queda das exportações e ao aumento dos déficits comerciais, o que, por sua vez, provoca apostas especulativas e corridas sobre a moeda, exigindo novas operações de resgate e o saque das reservas de divisas dos Bancos Centrais. O resultado é um círculo vicioso (estagnação – crise – resgate – estagnação) que beneficia o sistema imperial em conjunto, assim como a suas

corporações chave e aos agentes financeiros, porém sujeita os que conduzem a política da região a consideráveis dificuldades na administração econômica e *governabilidade*. (Petras e Veltmeyer, 2002).

Do ponto de vista social, este processo de "ajuste estrutural" tem levado à "africanização" da América Latina, para usar um termo de Gonçalves (2002), ou à passagem da pobreza do "terceiro mundo" para a miséria do "quarto mundo", nos termos de Petras e Veltmeyer. Segundo estes últimos, os cortes selvagens nos programas sociais e nos investimentos públicos levaram a uma deterioração substancial dos níveis de vida e a um incremento massivo da pobreza e do desemprego na América Latina.

Para manter os lucros capitalistas sob condições de estagnação crônica, a classe capitalista da América Latina promove uma série de assaltos diretos contra a classe trabalhadora, atacando sua capacidade organizativa e negociadora, e um assalto indireto (via o Estado) contra os benefícios sociais, revertendo a legislação social do período prévio. O resultado é a redução drástica da participação do trabalho na renda nacional, com uma grande compressão dos salários.

Salários como Porcentagem da Renda Nacional					
	1970	1980	1985	1989	1992
Argentina	40.9	31.5	31.9	24.9	
Brasil	34.2	35.1	36.3		
Chile	47.7	43.4	37.8	19.0	
Equador	34.4	34.8	23.6	16.0	15.8
México	37.5	39.0	31.6	28.4	27.3
Peru	40.0	32.8	30.5	25.5	16.8
Fonte: CEPAL, vários anos. Apud: Petras e Veltmeyer, 2002.					

A base deste "ajuste" segue sendo a superexploração da força de trabalho, agora revestida de formas ainda mais perversas de precarização e informalidade³².

³² Para Marini (2000a), a *base fundamental* da dependência latino-americana é a *superexploração da força de trabalho*. Assim, para o autor, o problema de fundo que a teoria marxista da dependência deve enfrentar é: "(...) o fato de que as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia capitalista dependente tendem a obstruir seu trânsito da produção de mais-valia absoluta à de mais-valia relativa, enquanto forma dominante nas relações entre o capital e o trabalho. A projeção desproporcional que assume no sistema dependente a mais-valia extraordinária é um resultado disto e corresponde à

Em muitos casos, os níveis salariais do começo dos anos 90 estavam abaixo dos níveis alcançados em 1980 e no caso da Argentina e Venezuela dos níveis de 1970. O Banco do México estimou que, no final de 1994 – antes da crise seguinte que trouxe uma redução maior e mais drástica dos níveis salariais – os salários haviam mantido só 40% de seu valor de 1980.

Já debilitada em sua capacidade de resistir efetivamente à imposição das demais "reformas estruturais", a classe trabalhadora latino-americana, nos anos 90, teve de enfrentar ainda uma grande campanha a favor da "reforma" do mercado de trabalho, levada a cabo por organizações como o Banco Mundial. O objetivo desta campanha foi dar ao capital, em sua função de direção, maior liberdade para contratar, despedir e usar o trabalho na medida de suas necessidades e "flexibilizá-lo", ou seja, predispor-lo a aceitar os salários oferecidos.

As legislações trabalhistas de proteção do emprego foram substituídas por leis que aumentaram o poder arbitrário dos patrões para despedir trabalhadores, contratar trabalho temporário e reduzir as indenizações por demissões. Tal "desregulamentação" do mercado de trabalho conduziu, na prática, a novas regras impostas pelo capital, resultando na destruição dos trabalhos estáveis, na marginalização social e na polarização aguda das economias nacionais. As desigualdades sociais que já eram grandes aumentaram ainda mais. Na Argentina,

expansão do exército industrial de reserva e ao estrangulamento relativo da capacidade de realização da produção. Mais que meros acidentes no curso do desenvolvimento dependente ou elementos de ordem transitória, estes fenômenos são manifestações da maneira particular como incide na economia dependente a lei geral da acumulação de capital. Em última instância, é de novo à superexploração do trabalho que temos que nos referir para analisá-los". MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da dependência*: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000a, p. 165. Assim Marini explica a existência nas sociedades dependentes de uma "superpopulação relativa marginalizada do mercado de trabalho" e a dificuldade destas sociedades ampliarem o "mercado interno de consumo de massas". Se para autores como Celso Furtado e Caio Prado Jr., a eliminação dessas condições era requisito fundamental para a superação do subdesenvolvimento, para Marini essa possibilidade dependia da negação do *capitalismo dependente* em seu conjunto. Marini salienta que a reprodução do capital é inviável na periferia sem a perpetuação dessas condições, uma vez que elas são a própria manifestação da "lei geral da acumulação de capital" nas economias dependentes e não um mero resíduo do passado colonial que tende a ser eliminado com o avanço capitalista. Apud SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie*: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

por exemplo, em 1975, a relação da renda recebida pelas camadas superior e inferior da população era de 8 para 1. Em 1991 esta diferença na renda duplicou e em 1997 chegou a 25 para 1 e, no caso extremo do Brasil, a 44 para 1. (Petras e Veltmeyer, 2002).

Ainda de acordo com Petras e Veltmeyer, a taxa de pobreza também continuou subindo, atingindo a classe média. Conforme alguns estudos, que utilizam medidas relacionadas com a capacidade da população para satisfazer suas necessidades básicas, até 60% ou mais das famílias latino-americanas estão em situação de pobreza. Diferente do passado, os novos pobres urbanos não são simplesmente "migrantes rurais", mas trabalhadores em situação descendente e camadas da classe média, que foram demitidos de seus trabalhos, não encontrando emprego no setor informal. Uma das maiores conseqüências disto é o aumento do crime, principalmente entre a juventude.

Os cortes no gasto social e a eliminação dos subsídios para a alimentação básica levou os mais pobres à desnutrição e à fome. As demissões em grande escala e o crescimento do "setor informal" significaram o retorno a uma existência de subsistência e dependência da caridade da comunidade para sobreviver. A redução radical dos orçamentos da saúde pública e educação resultou em serviços cada vez mais caros e de pior qualidade. Os cortes nos investimentos para manter a água, as redes sanitárias e outros serviços públicos resultaram no ressurgimento de enfermidades infecciosas. Assim, a queda do nível de vida tornou-se a realidade de 2/3 ou mais da população latino-americana.

En la medida en que se acumulan los pagos de la deuda, y los intereses, regalías y ganancias se van al exterior, los ingresos en retroceso achican los mercados domésticos. Se multiplican las quiebras y la competencia de los mercados extranjeros en baja se intensifica. La crisis deviene sistémica: las economías vacilan al borde del colapso. El estancamiento se transforma en depresión, grandes bancos e instituciones financieras van a la quiebra, se fusionan o son compradas por grupos financieros del exterior. Los especuladores del exterior amenazan con una salida rápida. Los salvatajes internacionales se hacen más frecuentes y amplios, y son instrumentados para prevenir el colapso inminente como es el caso del Brasil. La crisis de los sectores y clases "excluidas" ha comenzado a extenderse desde las clases medias a los sectores de elite y a las

clases ligadas con la economía internacional. América Latina, uno de los eslabones más débiles de la economía mundial capitalista, tiene la menor capacidad de resistencia: las reservas extranjeras que parecen formidables en un momento, desaparecen en meses, sino en semanas porque están construidas sobre arena; o peor, sobre la gran afluencia de inversiones de cartera basadas sobre la fácil entrada y la rápida salida. A comienzos de 1999 las propias elites reconocían que las mayores y más importantes economías de América Latina marchaban hacia la depresión. Se espera que la economía del Brasil caiga un 5% en 1999, arrastrando toda la región a la recesión; se anticipa una caída del 1,2%. México, la Argentina, Venezuela están en la misma espiral descendente, así como Chile, la actual estrella y la vidriera del neoliberalismo latinoamericano. Inversores de Estados Unidos ya están saliendo, los banqueros toman resguardos ante la probabilidad de que no se cumplan pagos de la deuda y los exportadores están enfrentando fuertes pérdidas en los mercados. La crisis sistémica no es una predicción, es visible en las estadísticas económicas. (Petras e Veltmeyer, 2002).

Porém, mesmo com o acirramento das contradições do capitalismo dependente - a ponto de opor o imperialismo não apenas à tradicional classe média, mas, inclusive, a setores da *grande* burguesia interna - a burguesia "nacional" da América Latina têm seguido com a sua "*linha de menor resistência*"³³, aprofundando a exploração do povo e entregando a nação por completo, ao invés de promover uma ruptura com o imperialismo.

Neste contexto, a contradição entre o capitalismo dependente e a construção nacional e democrática³⁴, atinge um grau intolerável, ameaçando transformar-se em

³³ De acordo com Florestan Fernandes, o novo contexto histórico, marcado pelo avanço do imperialismo a partir de meados do século XX, influenciou os rumos da revolução burguesa transformando a conservação do capitalismo dependente na "linha de menor resistência" e na opção mais racional ao alcance das burguesias periféricas para impulsionar as transformações capitalistas e consolidar sua dominação sobre o conjunto da sociedade. Como tais burguesias seriam incapazes de assimilar as transformações capitalistas de seu tempo sem estabelecer uma estreita associação com o capital internacional e com o sistema imperialista, seus interesses estratégicos voltar-se-iam para a preservação da situação de dependência. FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981; *A revolução burguesa no Brasil*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987; O que é revolução. In: MOVIMENTO CONSULTA POPULAR. *Clássicos sobre a revolução brasileira*: Caio Prado Júnior - Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 55-149.

³⁴ As revoluções burguesas "atrasadas", segundo Florestan Fernandes, caracterizaram-se pelo fato de que a sua direção política foi monopolizada por burguesias conservadoras e dependentes que, ao fechar o espaço político à participação dos setores populares e selar uma associação estratégica com o imperialismo, acabaram perpetuando a dependência e o subdesenvolvimento. A dificuldade enfrentada pelas revoluções burguesas que eclodiram

antagonismo aberto. Quando até mesmo as ilusões desenvolvimentistas deixam de ter um substrato real - apesar dos discursos oficiais continuarem pregando a necessidade da "retomada do crescimento econômico" - o conflito de classes tende a assumir uma dimensão mais radical. Também porquê todo discurso de defesa dos "interesses nacionais" e de apologia da "estabilidade democrática" baseada na "alternância de poder", não consegue eliminar a realidade da crescente perda de controle da nação sobre o seu destino e do uso cada vez mais freqüente da força para conter a insatisfação popular. Afinal, como disse Florestan Fernandes:

(...) uma interferência drástica na continuidade do crescimento econômico, que ameaçasse ainda mais os limites dentro dos quais a classe baixa urbana participa das vantagens do crescimento econômico sob o seu padrão atual, é suscetível de projetar o elemento de tensão existente em contextos histórico-sociais nos quais ele poderá tornar-se explosivo. Nesse caso, a propensão a fazer a "revolução dentro da ordem" pelo desenvolvimento, seria facilmente substituída por outros tipos de comportamento inconformista e por soluções verdadeiramente revolucionárias. Deste ângulo, fica bem claro, em termos estruturais, que o desenvolvimento econômico, como "revolução social", constitui uma fórmula conservadora e que, se ela falhar, não existirá alternativa para o capitalismo. (apud Sampaio Jr., 1999, 155-156).

Segundo Sampaio Jr. (1999), dois fatores importantes da atual fase do imperialismo contribuíram para o processo de reversão neocolonial nos países dependentes: a mudança de estratégia das empresas transnacionais e o fim do socialismo na URSS e no Leste Europeu. Na fase do pós-guerra, o objetivo das empresas transnacionais era evitar que as unidades produtivas deslocadas para a periferia sofressem a concorrência de produtos importados. Atualmente, porém, o objetivo dessas transnacionais é "diluir as economias dependentes no espaço do mercado *global*, para poder explorar suas potencialidades econômicas sem que isso implique sacrifícios de sua própria mobilidade espacial" (p. 23). Por isso, as transnacionais passaram a exigir que os países do "Terceiro Mundo" se transformem em meros "espaços mercantis com fronteiras permeáveis". Assim, o capital externo pode decidir, com base em suas estratégias de valorização em escala mundial, se os mercados da periferia serão explorados mediante produtos importados ou mediante

dentro dos marcos da dependência é que as condições históricas externas e internas restringiram a possibilidade de conciliar capitalismo e integração nacional. Ibid.

produção local. O capital externo pode também aproveitar as potencialidades de cada região como reserva de matérias-primas e como plataformas de exportação de mercadorias que utilizem força de trabalho barata. Os grandes oligopólios internacionais exigem ainda a eliminação de qualquer tipo de reserva de mercado ao capital nacional, pois assim podem ter acesso aos setores produtivos e de serviços capazes de oferecer significativos lucros.

O fim da URSS e do socialismo europeu, com a conseqüente crise do movimento socialista internacional, por sua vez, diminuiu o poder de barganha dos países dependentes na ordem de poder mundial. Sem o "fantasma comunista" para intimidá-los, os países imperialistas passaram a exigir que os países dependentes se adaptassem incondicionalmente às suas exigências. Não é mais a época da *Aliança para o Progresso*, quando a industrialização dos países subdesenvolvidos era vista pelos países imperialistas como uma necessidade frente à ameaça socialista e as grandes potências capitalistas precisavam do apoio de burguesias dependentes relativamente fortes e articuladas em escala nacional.

Na lógica da ordem atual hoje emergente, o *desenvolvimento nacional* fica excluído do horizonte de possibilidades dos países periféricos. Cabem-lhes, agora, basicamente, três funções na economia mundial: franquear o espaço econômico à penetração do capital internacional; coibir o êxodo de correntes migratórias que possam gerar instabilidade nos países centrais; e aliviar o *estresse* produzido pelas regiões altamente industrializadas no ecossistema mundial, aceitando o triste e paradoxal papel de pulmão e lixo da civilização ocidental. (Sampaio Jr., 1999, p. 24).

Deste modo, a incompatibilidade entre a natureza destrutiva da atual ordem mundial e a existência de princípios de solidariedade internacional e auto-determinação dos povos, revela o que as sociedades dependentes podem esperar do "novo imperialismo". Expostas à fúria do capital e ao arbítrio das grandes potências mundiais, as nações dependentes ficam sujeitas a processos de reversão neocolonial que desarticulam seus centros internos de decisão e quebram a espinha dorsal do sistema econômico nacional.

Ao aceitar de forma submissa tais exigências do imperialismo, as classes dominantes locais têm negado a *vontade política* como meio de construção da

nação. Em outras palavras, no atual contexto, a própria *soberania popular* é negada como fundamento do poder do Estado. De fato, ao escolher seus governantes, o povo apenas tem decidido quem implementará as medidas *previamente decididas* pelas instituições do imperialismo. Tais medidas são tidas como a única "racionalidade econômica" possível, como verdadeiras leis da natureza incontestáveis em sua essência. Assim, os países dependentes não estão conseguindo preservar as premissas mais elementares de um Estado nacional perdendo, inclusive, o qualificativo de *nações*, passando a ser chamados de "mercados emergentes".

A dilapidação dos Estados nacionais dos países dependentes foi tão longe que chegou a atingir aquilo que Marx caracterizou como as "instituições mais típicas" do Estado burguês moderno: a burocracia e o exército permanente³⁵. A "reforma do Estado" em curso na América Latina, atinge o *aparelho estatal*, diminuindo o número e retirando direitos dos funcionários responsáveis pela administração direta e indireta do Estado.

Quanto às Forças Armadas, Paulo Nogueira Batista (1999), já havia chamado a atenção para este fato, ao afirmar que a submissão dos governos latino-americanos às políticas do "Consenso de Washington", se não revertida a tempo, afetaria o principal instrumento de manutenção da soberania nacional: as Forças Armadas. Com isso, a própria manutenção da "ordem" seria abalada, ficando os Estados latino-americanos reféns da intervenção de forças externas multilaterais. Para evidenciar como esta análise não é uma simples previsão, basta citarmos um exemplo: no Brasil, o Exército teve de dispensar vários recrutas porquê chegou a faltar comida, conforme divulgou a imprensa.

Assim, a maior contradição que o imperialismo e seus sócios locais estão obrigados a enfrentar atualmente é que ao mesmo tempo em que cresce a explosividade social, exigindo-se um domínio cada vez mais implacável do povo pela força repressiva do Estado, impõe-se a necessidade de dilapidação dos recursos deste. Na periferia do sistema, mais do que em qualquer outro lugar, o Estado nacional torna-se, como falou Mézáros (2002), "um peso materialmente

³⁵ De acordo LÊNIN, Vladimir Ilich. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1987.

insustentável" para o processo de acumulação do capital, daí a tendência à reversão neocolonial.

A "saída" apresentada para esta contradição tem apontado na direção indicada por Paulo Nogueira Batista: o recurso cada vez maior ao intervencionismo estrangeiro. Não é por acaso que os EUA já começaram a militarizar sua política exterior para a América Latina, mediante o *Plano Colômbia*, e através de novas tentativas de golpes militares, como o que tentou depor o presidente eleito da Venezuela, Hugo Chávez.

A ação militar regional é considerada uma forma de contrarrestar o fracasso dos Estados dilapidados em conter a crescente explosividade social e política e, ao mesmo tempo, um complemento necessário às conquistas econômicas imperiais. Tal estratégia imperial assumiu uma nova dimensão a partir do 11 de setembro, conforme assinalou Petras (2002b). O bombardeio do Afeganistão e a invasão do Iraque são exemplos do que a América Latina pode esperar do "novo imperialismo", ou seja, não "piedosas aspirações", mas uma "força coercitiva honesta e organizada". Entretanto, tal "saída" pela intervenção militar externa, apesar de se apresentar como a única possível para o capital em crise, aguça contradições ainda mais explosivas, agravando a instabilidade social e política e transformando a região latino-americana num novo "barril de pólvora".

CAPÍTULO 3

BRASIL: A RECOLONIZAÇÃO COMO "REFORMA DO ESTADO".

1. Raízes históricas da dependência estrutural brasileira.

O Brasil não constitui uma exceção em relação à realidade latino-americana analisada no Capítulo anterior, apesar de apresentar peculiaridades como formação social. Justamente por ser um país chave da América Latina – ao contar com o maior PIB, o maior território e a maior população da região – a análise do caso brasileiro torna-se ilustrativa da situação regional.

Mas alguém já disse que o Brasil é o "país dos contrastes"³⁶. Ao mesmo tempo em que atingiu o maior crescimento econômico da região latino-americana, o Brasil constituiu-se historicamente como um "caso limite" em termos das desigualdades sociais e do padrão autocrático do domínio político burguês. (Mazzeo, 1997)³⁷.

³⁶ Talvez seja melhor dizer de profundas contradições, para evitar-se a visão dualista dos "dois Brasis". Afinal, como disse Florestan Fernandes, "A inegável desigualdade das formas de produção existentes e seus efeitos sobre o estilo de vida das populações do campo ou sobre o desenvolvimento econômico regional têm levado alguns cientistas sociais a interpretações dualistas rígidas. Pode-se chegar, por aí, à conhecida imagem dos dois Brasis e a desdobramentos ainda maiores, já que é fácil deslocar-se no tempo percorrendo o espaço. Sem negar essa realidade óbvia, devemos reter o que, por trás dela, apresenta-se como uma forma típica de reagir ao presente, viver dentro dele e unificar atividades econômicas aparentemente incongruentes. Pelo que afirmamos, a articulação de formas de produção heterogêneas e anacrônicas entre si preenche a função de calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo, explorando em limites extremos o único fator econômico constantemente abundante, que é o trabalho [...]. Por isso, estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento (...) podem ser combinadas organicamente e articuladas no sistema global". Apud SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Op. cit., p. 139.

³⁷ Segundo Florestan Fernandes, o caráter atrasado da revolução burguesa brasileira levou à constituição de um padrão de domínio burguês caracterizado pelo afastamento do povo do cenário político, o que impediu a ampliação da democracia. Nas suas próprias palavras: "Na verdade, é impossível introduzir as 'regras democráticas, como se diz, se algumas classes aceitam a ordem social competitiva apenas onde ela favorece a continuidade de perturbadoras desigualdades sociais e a rejeitam onde admite pressões corretivas, fundadas no uso legítimo da competição e do conflito nas relações de poder entre as classes. O desfecho da crise (nos países que não puderam superá-la) reflete como 'democracia', 'autoritarismo' e 'autocracia' ainda se superpõem, dentro da ordem social competitiva, nas relações entre as classes. Enquanto o privilegiamento prevalece, o resultado mais freqüente aparece em sistemas de governos aparentemente democráticos, mas que deformam a 'democracia com participação ampliada', convertendo-a em uma variante da democracia

De acordo com a análise de Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*, o Brasil tornou-se um país capitalista em princípios do século XX, quando a relação entre *capital* e *trabalho assalariado* converteu-se na relação social fundamental da nação. Até o final do século XIX, embora a economia brasileira fosse subordinada à dinâmica da economia capitalista mundial e a independência política já fosse uma realidade, o Brasil não poderia ser caracterizado como um país capitalista, uma vez que suas relações produtivas internas ainda eram fundadas no estatuto do "escravismo colonial".

De todo modo, a independência, a abolição da escravatura e a proclamação da República no nível interno e a passagem do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista a nível mundial³⁸, foram marcos fundamentais para o avanço do *desenvolvimento capitalista* no Brasil. A partir daí, o capitalismo viria a se desenvolver, porém, na forma de um *capitalismo dependente* e subordinado ao capitalismo central.

Segundo Marini (2000b), a revolução de 1930 foi o momento decisivo que marcou o trânsito de uma economia semi-colonial, baseada na exportação de um único produto e caracterizada por sua atividade eminentemente agrícola, para uma economia industrial diversificada³⁹.

restrita das velhas oligarquias". FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 104-105.

³⁸ Conforme a análise de Lênin, a acumulação de um excedente de capitais que já não encontrava espaço para investimentos lucrativos nos países centrais do sistema, impeliu os monopólios a uma crescente *exportação de capitais* para a periferia. Por essa razão, Lênin afirmou que a exportação de capitais assumiu uma importância maior na época do imperialismo do que a exportação de mercadorias. Nos países periféricos, os lucros poderiam ser maiores, devido, entre outros fatores, ao baixo valor da força de trabalho; à abundância de matérias primas; ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e ao não-saturamento dos mercados. No que diz respeito à situação interna destes países, a exportação de capitais trouxe conseqüências contraditórias, propiciando, ao mesmo tempo, o desenvolvimento interno do capitalismo e o fortalecimento das estruturas coloniais. Lênin destacou ainda que, apesar de se tornar dominante, a exportação de capitais não eliminou a exportação de mercadorias para a periferia. Os empréstimos concedidos aos países dependentes geralmente tinham como contrapartida a compra de mercadorias dos monopólios dos países imperialistas. Como os empréstimos acarretavam em uma série de vantagens para os credores, estes dificilmente eram negados, pois isso podia acarretar em perda das "zonas de influência" para outros países concorrentes. LÊNIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 6ª edição, São Paulo: Global, 1991.

³⁹ Marini compreende a industrialização no sentido de mudança *qualitativa* global da velha sociedade, ou seja, de conversão da indústria em eixo fundamental da acumulação de

A crise mundial de 1929 contribuiu muito para esta mudança. A crise da economia cafeeira e a pressão da nova classe industrial para participar do poder produziram o movimento revolucionário de 1930 que colocou no governo Getúlio Vargas, obrigando a velha oligarquia latifundiária a romper seu monopólio político.

A revolução de 1930 levou a um equilíbrio político, baseado num compromisso entre a burguesia e a antiga oligarquia latifundiária e mercantil, compromisso este reforçado com a instalação do "Estado Novo" em 1937. Através da ação do Estado, foi possível conciliar os interesses econômicos da burguesia emergente com aqueles das antigas classes dominantes. Ao sustentar a capacidade produtiva do sistema agrário (mediante a compra e o armazenamento ou a queima dos produtos inexportáveis, como foi o caso do café), o Estado garantiu à burguesia um mercado imediato, o único de que podia dispor na crise conjuntural mundial.

Por outro lado, a força de trabalho que migrava do campo para a cidade, ao engrossar o exército industrial de reserva, permitiu à burguesia rebaixar os salários e impulsionar a acumulação de capital que a industrialização necessitava. Conseqüentemente, uma reforma agrária que barateasse o valor de reprodução da força de trabalho deixou de ter interesse para a burguesia.

Em virtude de tais fatores, a revolução de 30 implicou a renúncia da burguesia brasileira a qualquer iniciativa revolucionária, ao ter preferido aliar-se às velhas classes dominantes e não à maioria da população, ou seja, aos trabalhadores do campo e da cidade e à pequena e média burguesia. Assim, o processo revolucionário de 30 - devido às forças sociais que o dirigiram - não teve mais nada a oferecer às massas proletárias do que o "enquadramento" destas ao Estado, ou seja, à ordem burguesa constituída. Através de uma legislação social relativamente avançada em termos dos direitos individuais do trabalho, mas extremamente repressiva em termos dos direitos coletivos, o "Estado Novo" implementou uma organização sindical de tipo corporativo, complementada por um forte aparato policial e de propaganda.

capital. É por isso que, para ele, a economia exportadora não contava com um processo de industrialização, apesar de se observarem nela atividades industriais. MARINI, Ruy Mauro. *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*. In: SADER, Emir (org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000b, p. 11-105.

Florestan Fernandes⁴⁰ buscou explicar esse caráter contra-revolucionário da burguesia brasileira, explicitando a natureza das ligações entre o regime de classes e o desenvolvimento capitalista nacional. Para Florestan, não existe um único padrão de desenvolvimento capitalista de caráter invariável e universal e nem um único padrão de revolução burguesa. Daí o sentido da sua afirmação:

Há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vale para as diversas situações criadas pela "expansão do capitalismo no mundo moderno". Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para a "transformação capitalista" e a "revolução nacional e democrática". O que quer dizer que a *Revolução Burguesa* pode transcender à transformação capitalista ou circunscrever-se a ela, tudo dependendo das outras condições que cerquem a domesticação do capitalismo pelos homens.(Fernandes, 1987, p. 214).

No caso das revoluções burguesas clássicas (francesa, inglesa e americana), a revolução democrática e nacional foi levada às últimas conseqüências, uma vez que o processo revolucionário contou com a energia revolucionária das massas camponesas e urbanas, levando à derrota completa do antigo regime. Neste contexto, o poder burguês maximizou as propriedades construtivas do capitalismo.

As revoluções burguesas "atípicas" do século XIX, cujo paradigma foi a via prussiana, por sua vez, não foram tão longe. O temor burguês para com o crescente radicalismo da classe proletária impediu as mudanças sociais de irem além dos limites estabelecidos pelo próprio capitalismo. Em todo caso, o processo revolucionário foi relativamente profundo, dada a possibilidade de uma forte centralização do poder pelo Estado – expressão da composição da burguesia emergente com a aristocracia agrária e com a burocracia estatal. Isto permitiu que, ao menos, a revolução nacional fosse levada às últimas conseqüências, impossibilitando a conformação de um sistema de dependência externa.

Já as revoluções burguesas "atrasadas" - entre as quais Florestan inclui a brasileira - caracterizaram-se pelo estabelecimento de um monopólio da direção

⁴⁰ Apud SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Op. cit.; FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981; *A revolução burguesa no Brasil*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987; O que é revolução. In: MOVIMENTO CONSULTA POPULAR. *Clássicos sobre a revolução brasileira*: Caio Prado Júnior – Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 55-149.

política por burguesias conservadoras e dependentes que, ao fecharem o espaço político à participação das massas populares e selarem uma associação estratégica com o imperialismo, acabaram perpetuando a dependência e o subdesenvolvimento. A dificuldade enfrentada por estas revoluções burguesas é que as condições históricas externas e internas restringiram a possibilidade de conciliar o desenvolvimento do capitalismo com a democracia e a verdadeira independência nacional.

O problema central das economias dependentes é que o processo de mudança ficou nas mãos de burguesias impotentes perante o imperialismo, mas onipotentes para impor unilateralmente a sua vontade ao conjunto da população. Neste sentido, o desenvolvimento dependente foi produto de burguesias incapazes de levar às últimas conseqüências a revolução nacional e a revolução democrática. Como a sobrevivência da burguesia dependente condiciona-se pela perpetuação da superexploração do trabalho e da dilapidação dos recursos do país, ela faz o possível para manter o povo afastado do cenário político. Daí o estado psicossocial de verdadeiro "medo pânico" das classes dominantes, que desenvolvem uma extrema intolerância em relação à utilização do conflito como instrumento legítimo de luta política pelas classes populares. Elas são obrigadas a sufocar qualquer iniciativa de transformação social "contra ou dentro da ordem" que ameace o seu controle absoluto e a perpetuação das estruturas coloniais.

Como o moderno e o atrasado tem que conviver, as classes dominantes desenvolvem uma visão de mundo particularista e imediatista. A incapacidade de pensar o desenvolvimento capitalista em função de seus interesses estratégicos de longo prazo faz com que o imaginário destas classes jamais alcance uma dimensão ampla, que considere o interesse do conjunto da população. A ameaça – real ou potencial – de uma insurreição dos "condenados do sistema" obriga os "donos do poder" a esquecer suas diferenças e a unir-se contra o inimigo comum: as classes subalternas. "Os privilégios – e não os elementos dinâmicos do 'espírito capitalista' – cimentaram essa espécie de solidariedade de rapina (...)", escreveu Florestan Fernandes (1987, p. 266).

Deste modo, para Florestan Fernandes, o desenvolvimento capitalista dependente não vem acompanhado de ordem social competitiva relativamente equilibrada e de Estado democrático. Mesmo quando o ritmo de modernização foi intenso, as estruturas fundamentais da sociedade colonial não desapareceram. Por isso, esse tipo de desenvolvimento tem um alcance histórico bem limitado como instrumento de integração nacional. O dualismo estrutural das sociedades dependentes, por um lado, permite o surgimento de um processo de reprodução ampliada do capital com tendência à autonomização mas, por outro lado, impede esta tendência de realizar-se plenamente. Daí os obstáculos que impedem uma dinâmica de acumulação de capital auto-sustentada.

Ao condenar ao ostracismo e à participação segmentária ou marginal suas classes "baixas", as sociedades nacionais da América Latina não só destroem as identificações larvárias dessas classes com a ordem social competitiva e dissipam suas "compulsões burguesas". Elas também se condenam à eternização da dependência e do subdesenvolvimento, mediante a institucionalização do capitalismo selvagem. O campo de forças socialmente ativas só fica aberto aos "campeões do desenvolvimento", todos adeptos dos "milagres econômicos" proporcionados pela industrialização da dependência, do subdesenvolvimento e da exploração implacável do povo. (Fernandes, 1981, p. 84).

Na interpretação de Florestan Fernandes, as características do imperialismo na segunda metade do século XX tornaram ainda mais difícil, para não dizer inviável, o rompimento com a situação de dependência sem a superação do próprio capitalismo, devido à ausência de forças sociais capazes de impulsionar mudanças sociais construtivas ⁴¹. Por um lado, a possibilidade de desvincular o

⁴¹ Ao desenvolver sua análise sobre o imperialismo e apontar o caráter necessário deste a partir de determinado nível de desenvolvimento do capitalismo, Lênin deu uma contribuição fundamental à compreensão da configuração das relações internacionais de poder e, por conseguinte, à compreensão da realidade dos países coloniais e semi-coloniais ou dependentes. Sua análise contribuiu para o avanço das discussões em torno da teoria da dependência, na medida em que chamou a atenção para as contradições no desenvolvimento capitalista das distintas formações sociais. Ao invés de uma noção linear que transmitia uma imagem etapista do desenvolvimento dos países dependentes em direção ao modelo de desenvolvimento do "capitalismo avançado", Lênin evidenciou como o imperialismo levava, necessariamente, ao recrudescimento da lei do desenvolvimento desigual e combinado entre países e regiões. Deste modo, Lênin mostrou como o subdesenvolvimento relativo de certos países era uma condição do desenvolvimento de outros. Tais contradições evidenciadas por Lênin, conforme sugere a avaliação de Florestan

desenvolvimento capitalista do processo de construção nacional levou as burguesias "nacionais" a optarem definitivamente por uma aliança estratégica com o imperialismo. Por outro lado, o aprofundamento da industrialização exacerbou o "medo pânico" das classes dominantes, levando-as a abandonar quaisquer tendências revolucionárias e a assumir, sem hesitação, seu caráter autocrático.

A revolução burguesa foi solapada também de fora para dentro, uma vez que a polarização com o bloco socialista envolveu as burguesias dependentes em uma disputa política de escala mundial. Assim, a internacionalização da luta de classes transformou toda ameaça à ordem estabelecida em um episódio da "guerra fria". Por fim, os novos requisitos de estabilidade e segurança das grandes corporações multinacionais, ao estreitar o espaço para reformas sociais e políticas, tenderam a acirrar os antagonismos de classe.

Este novo contexto histórico exerceu influência sobre os rumos da revolução burguesa, uma vez que a conservação do capitalismo dependente converteu-se na linha de menor resistência e na opção mais racional ao alcance das burguesias periféricas. Como estas foram incapazes de assimilar as transformações capitalistas de seu tempo sem estabelecer uma estreita associação com o capital internacional e com o sistema imperialista, seus interesses estratégicos voltaram-se para a preservação da situação de dependência.

Nestas circunstâncias, o desenvolvimento capitalista associou-se à dependência externa, ao subdesenvolvimento das forças produtivas e a formas autocráticas de poder político. O fechamento do cenário político à participação das classes subalternas eliminou a única força capaz de levar as burguesias dependentes a tomar atitudes mais radicais. Por isso, na época do imperialismo, as burguesias dependentes não teriam como romper com a dependência.

Em síntese, com o avanço do imperialismo, o domínio burguês no Brasil ganhou uma dinâmica intrinsecamente contra-revolucionária. Em outras palavras, a época do imperialismo caracteriza-se como um momento em que "a burguesia tem pouco a ceder e só cede a medo", como disse Florestan Fernandes.

Fernandes, viriam a agudizar-se ainda mais com o avanço do imperialismo. LÊNIN, Vladimir Ilich. Op. cit.

Marini (2000b) salienta, no entanto, que apesar de nascer contra-revolucionária, ao conservar as estruturas coloniais anteriores, a burguesia brasileira conseguiu desenvolver a indústria nacional extraordinariamente de 1930 a 1950 e tentou reagir à pressão crescente do imperialismo norte-americano em três ocasiões distintas. A primeira no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e as seguintes nos governos de Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1963-1964).

Por trás das tentativas de obter maior autonomia estavam as crescentes tensões, de um lado, entre a burguesia e o atraso da estrutura agrária e, de outro, entre setores da burguesia interna e o imperialismo. Embora a manutenção da estrutura agrária tenha sido fundamental para o desenvolvimento industrial dos anos 1930-1950, o avanço do desenvolvimento econômico levou a uma crescente autonomização da indústria, fazendo aumentar a tensão entre esta e o latifúndio.

Confrontada com a crise da economia exportadora (resultante das novas tendências do mercado mundial de matérias primas); com a necessidade de financiamentos estatais para financiar seus estoques invendáveis; com a dificuldade para abastecer os mercados urbanos em expansão com alimentos e matérias-primas; com a crescente modernização tecnológica da indústria que diminuía os empregos para a população excedente do campo e com os conflitos, cada vez mais violentos, pela posse da terra; a estrutura agrária brasileira, ao não conseguir atender mais as exigências da indústria, parecia desmoronar. Isto tudo era agravado, do ponto de vista da indústria, pela crescente pressão sindical por aumentos salariais.

Por outro lado, o aumento do ingresso de capitais norte-americanos no país significava a absorção e a quebra das unidades capitalistas mais frágeis, levando a uma acelerada concentração de capital e engendrando estruturas de caráter cada vez mais monopolista. Por essa razão, para os estratos inferiores da burguesia e dos grandes grupos (não necessariamente nacionais), ainda incapazes de competir com os capitais norte-americanos, interessava uma política mais protecionista que restringisse a entrada de capitais estrangeiros. Inclusive os setores mais fortes da burguesia, apesar de serem mais vacilantes, não viam com maus olhos a

possibilidade de uma política mais independente, uma vez que esta poderia significar um maior poder de barganha frente ao imperialismo.

Assim criou-se o clima necessário para a adoção de uma política desenvolvimentista e nacionalista no segundo mandato de Getúlio Vargas (que, deposto em 1945, regressaria ao poder como candidato vitorioso da oposição em 1951). Tal política caracterizou-se por um programa de nacionalizações de setores estratégicos da economia brasileira como o petróleo e a eletricidade; uma política externa independente, com a regulamentação da remessa de lucros ao exterior e taxações sobre lucros extraordinários; de defesa de reformas de base (entre as quais a reforma agrária) e de mobilização dos trabalhadores urbanos. Neste último aspecto, Getúlio nomeou João Goulart como ministro do trabalho e este concedeu um aumento de 100% sobre o salário mínimo, chamando as organizações operárias a apoiar o governo.

Mas Getúlio fracassou em sua tentativa. Assustada com a crescente mobilização popular, a grande burguesia, em conjunto com o imperialismo, pressionou Getúlio para que este recuasse, começando pela demissão de João Goulart. A tentativa de Getúlio de buscar um acordo com a direita, fazendo várias concessões, entre as quais a aceitação do pedido de substituição de João Goulart (o que expressou o abandono da política de mobilização operária), deixou-o indefeso nas mãos da reação. Em 24 de agosto de 1954, virtualmente deposto, Getúlio Vargas se suicidaria.

Nos governos seguintes (o governo interino de Café Filho e de Juscelino Kubitschek, eleito em 1955), a associação com o imperialismo como linha de menor resistência da grande burguesia brasileira foi consagrada. Foram criadas facilidades excepcionais para o ingresso de capitais externos, principalmente dos Estados Unidos. O fluxo de investimentos privados procedentes dos EUA chegou, em menos de 5 anos, a cerca de 2 bilhões e meio de dólares. O capital imperialista dirigiu-se, quase na sua totalidade, à indústria manufatureira e de base, introduziu no país máquinas e equipamentos já obsoletos nos Estados Unidos e realizou-se, em grande parte, através da associação de companhias norte-americanas com empresas brasileiras.

Para o capital estrangeiro era interessante associar-se a grandes unidades de produção nacionais, capazes de absorver uma tecnologia que, apesar de obsoleta nos EUA, não deixava de ser avançada para o Brasil. O grande capital nacional, por sua vez, poderia aumentar sua mais-valia e capacidade competitiva no mercado interno, ao beneficiar-se com as fontes de crédito e com a nova tecnologia. Para a grande burguesia brasileira, a associação com o imperialismo era interessante também como forma de aliviar a pressão que a deterioração das exportações tradicionais exercia sobre a capacidade para importar. Assim, ao invés de seguir a linha mais difícil de rompimento com o latifúndio, fazendo uma reforma agrária radical, capaz de diminuir o valor da força de trabalho pelo barateamento dos produtos alimentícios, a burguesia optou pela linha mais fácil de associar-se aos grandes monopólios estrangeiros.

Mas o rápido crescimento econômico dos anos 50, embalado pelo slogan "50 anos em 5" do governo JK, ofuscou o caráter conservador e servil do chamado *desenvolvimentismo* brasileiro. Enquanto durou a euforia desenvolvimentista, poucas foram as críticas ao modelo econômico adotado e até a esquerda brasileira – que, na época, era hegemônica pelo Partido Comunista, que defendia uma concepção de revolução democrático-burguesa baseada na aliança entre a burguesia nacional e os trabalhadores como etapa necessária à construção do socialismo – ficou aturdida diante do avanço do desenvolvimento capitalista sem a necessidade da pretendida aliança operário-burguesa.

Do ponto de vista teórico, a discussão sobre o caráter do desenvolvimento/subdesenvolvimento dos países da América Latina, no período, teve nos estudos da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (CEPAL) uma de suas principais referências. Nos anos 50 predominou na instituição o enfoque estruturalista, inaugurado por Raul Prebisch. Para Prebisch, a superação do subdesenvolvimento (e da tendência de inviabilização dos países da América Latina como Estados nacionais) dependia do avanço da industrialização nacional. Prebisch, ao resumir o enfoque estruturalista ou desenvolvimentista da CEPAL, nos anos 80, afirmou que este procurou mostrar que o desenvolvimento da periferia não era derivado de uma tendência espontânea do desenvolvimento capitalista, mas

tinha resultado da ação das próprias sociedades periféricas que, em resposta às crises do centro capitalista, tinham mobilizado a força do Estado para promover a industrialização nacional.

Enquanto durou o otimismo desenvolvimentista, inspirado nos altos índices de crescimento econômico da industrialização substitutiva de importações, principalmente no caso do Brasil, este enfoque da CEPAL teve grande respaldo. Entretanto, já na década de 60, a emergência de uma crise econômica com a dificuldade de vários países para aprofundar o processo de substituição de importações e a desilusão com os efeitos da industrialização sobre as bases do subdesenvolvimento latino-americano, levou alguns intelectuais da própria CEPAL (entre os quais, no caso brasileiro, Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado), a desenvolverem um esforço de crítica aos limites da industrialização em curso.

A essência desta crítica dirigiu-se aos descompassos entre o crescimento econômico e o subdesenvolvimento social e político. Em outras palavras, para estes autores, *crescimento econômico* não era sinônimo de *desenvolvimento*, entendido num sentido mais amplo de maior igualdade social e inserção das classes subalternas no cenário político. A partir desta reflexão, passou-se a defender a necessidade de *reformas estruturais* que, em resumo, deveriam propiciar: a democratização da estrutura fundiária (através da reforma agrária); do acesso ao trabalho (através de incentivos estatais e modificações do mercado de trabalho) e das estruturas políticas do Estado (através da ampliação dos direitos de cidadania).

Para Celso Furtado⁴², as reformas estruturais necessárias à superação do subdesenvolvimento deveriam propiciar, primordialmente, a ruptura com a dependência cultural. O fundamental seria definir um modelo de desenvolvimento compatível com as necessidades do conjunto da população e com as possibilidades materiais da nação. A participação no sistema mundial deveria ser definida segundo as prioridades nacionais, o que implicaria superar o mito do desenvolvimento econômico, ou seja, o mito de que os estilos de vida da população dos países centrais poderiam ser generalizados para as grandes massas dos países periféricos.

⁴² Apud SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Op. cit.

No lugar de tal mito, dever-se-ia colocar o objetivo maior de superação da miséria, através de reformas capazes de enfrentar o problema da marginalização de grandes contingentes da população do mercado de trabalho. O desafio seria integrar o conjunto da população no processo de desenvolvimento econômico e cultural do país. Para tanto, seria necessário promover uma redistribuição de renda, democratizando a estrutura agrária e realizando uma reforma do mercado de trabalho.

Assim, o sistema econômico deveria ser reorganizado a fim de servir ao desenvolvimento nacional. Para tanto, a política econômica deveria incentivar a formação de um parque industrial diversificado e auto-suficiente voltado para o mercado interno. O padrão de acumulação de capital deveria tornar-se compatível com os objetivos nacionais maiores, o que exigiria uma cuidadosa avaliação das necessidades e possibilidades da nação.

Dentro de tal estratégia de desenvolvimento nacional, o Estado deveria cumprir três funções básicas: a responsabilidade direta e indireta pela democratização das condições de acesso à renda e apropriação e utilização do excedente; o suprimento das lacunas da iniciativa privada para assegurar o funcionamento adequado de setores estratégicos do sistema econômico nacional e a mediação das relações comerciais, econômicas e financeiras internacionais, subordinando-as aos objetivos estratégicos de buscar um relacionamento externo fundado no princípio de cooperação entre países com interesses comuns.

A esta presença estratégica do Estado deveria ser agregada a participação da iniciativa privada nacional e internacional, já que, para Furtado, a concorrência é o melhor meio de elevar a flexibilidade e a eficiência do sistema econômico. Em relação ao capital nacional, seria necessário implementar reformas destinadas a fortalecer a base empresarial do país. Já a decisão de atrair capital estrangeiro não poderia estar desvinculada de uma avaliação de suas implicações sobre o grau de dependência tecnológica e financeira; o comprometimento da capacidade de importação da economia no futuro e os limites impostos à soberania dos centros internos de decisão.

Através de uma análise da realidade brasileira que levou a uma proposição semelhante à de Celso Furtado, Caio Prado Jr.⁴³, considerava que a luta contra as desigualdades sociais e contra o imperialismo deveria resultar num conjunto de *reformas sociais* destinadas a desbloquear o acesso da população aos meios de produção e a "civilizar" as relações de trabalho. No campo, isso significava um programa de reforma agrária que democratizasse a estrutura fundiária. Nas cidades, o programa consistia em viabilizar um padrão de acumulação industrial compatível com a escassez relativa de trabalho. O fundamental seria organizar a economia de forma a permitir uma perfeita correspondência entre o sistema produtivo e o mercado consumidor. Esta seria a forma de solucionar as pendências históricas com o passado colonial, consumando a construção da nação e bloqueando a possibilidade de uma reversão neocolonial. O desafio estaria em assegurar a autonomia do espaço econômico nacional dentro do sistema capitalista mundial, promovendo a ruptura com o sistema imperialista e a constituição de uma base empresarial vinculada ao mercado interno.

Na concepção de Caio Prado, a política de superação do subdesenvolvimento deveria liberar as energias sociais e econômicas indispensáveis para que o capitalismo pudesse concluir sua "missão civilizatória". Tal processo tenderia a contrapor de maneira inconciliável, de um lado, os interesses dos trabalhadores rurais e urbanos, e, de outro, os interesses do capital internacional e das classes sociais responsáveis pela sobrevivência da sociedade colonial. Daí a sua convicção de que somente um amplo movimento democrático de massas, que congregasse trabalhadores rurais e urbanos, seria capaz de reunir a força necessária para superar o subdesenvolvimento e liberar o caminho para o desenvolvimento nacional.

Apesar de Caio Prado considerar fundamental o estabelecimento do controle público sobre as decisões de investimento, ele não considerava maduras as condições para a abolição completa da iniciativa privada o que, a seu ver, dependeria da implantação do socialismo. Assim, ele defendia a necessidade de

⁴³ Ibid.

impulsionar a formação de uma base empresarial estruturalmente vinculada ao espaço econômico nacional. Referindo-se ao caso brasileiro, afirmou:

É preciso não esquecer que a situação da economia brasileira, a pobreza e os baixos padrões da população trabalhadora derivam menos, freqüentemente, da exploração do trabalhador pela iniciativa privada, que da falta dessa iniciativa com que se restringem as oportunidades de trabalho e ocupação. (apud Sampaio Jr., 1999, p. 213).

Durante bastante tempo, esta foi também a tese que orientou a estratégia do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que propugnava pela formação de uma Aliança Nacional Libertadora, formada pelos trabalhadores do campo e da cidade e pelos setores avançados da burguesia interna. A tarefa fundamental desta Aliança seria completar a revolução burguesa, levando até o fim a revolução democrática e nacional. Somente assim, o socialismo tornar-se-ia viável, como "etapa" posterior à constituição de uma espécie de capitalismo independente e democrático. (Prestes, [198?]; Prestes, 1980).

Entretanto, estudos posteriores vieram a questionar a análise da realidade brasileira, em que se baseava esta estratégia, entre os quais os de Florestan Fernandes e Rui Mauro Marini. O pensamento destes autores pode ser considerado como uma crítica tanto ao enfoque desenvolvimentista da CEPAL, como às teses reformistas (internas ou externas à instituição) que defendiam a necessidade de reformas estruturais para superar o subdesenvolvimento. Apesar da mudança de enfoque, estas teses continuaram a apostar no *desenvolvimento capitalista nacional*, embora esse fosse interpretado não mais simplesmente como fruto do avanço da industrialização e do crescimento econômico, mas de reformas mais profundas das estruturas sociais, que teriam que ser levadas a efeito contra o imperialismo. Porém, para Florestan e Marini, o atraso não era um mero resíduo do passado colonial, mas tinha sua funcionalidade no processo de acumulação de capital na periferia. Por essa razão, o subdesenvolvimento não poderia ser superado pela simples intensificação da acumulação capitalista.

Florestan Fernandes avalia que a articulação de estruturas modernas e atrasadas é um recurso utilizado pelas burguesias dependentes para compensar a debilidade de sua estrutura de capital e as condições precárias de sua concorrência

no mercado mundial. Assim, questionando os defensores do desenvolvimento econômico como solução para a dependência brasileira, afirmou:

Ao contrário do que se pensa e do que se tem propalado freneticamente, como uma espécie de fé, os problemas do Brasil, vistos sociologicamente, não são "problemas de crescimento". Crescimento tem havido, especialmente ao nível econômico. Ele não chegou a assumir, porém, as proporções e um padrão que afetassem a integração do Brasil como uma sociedade nacional e sua posição no conjunto das demais sociedades nacionais que compartilham da mesma civilização. Assim, *o que nos deve interessar é o modo de participar do padrão dessa civilização*. (apud Sampaio Jr., op. cit., p. 133).

Por outro lado, a análise de Florestan diverge também da tese da revolução democrático-nacional em aliança com a burguesia, ao explicitar o caráter irreconciliável da burguesia "nacional" com tal revolução, devido à sua associação com o imperialismo. Assim, esta revolução teria de ser integrada a um movimento das classes subalternas que desde o início visasse o socialismo, uma vez que o desenvolvimento capitalista dependente - dado o caráter profundamente conservador e contra-revolucionário das burguesias dependentes - fecharia o cenário político às reformas dentro da ordem.

Marini (2000a), por sua vez, buscou explicar a especificidade do desenvolvimento capitalista dependente, através das categorias analíticas de Marx. Para Marini, o problema da dependência não é a ausência ou insuficiência de desenvolvimento capitalista. Por isso, nem mesmo os altos níveis de desenvolvimento econômico, atingidos em certos períodos, teriam sido capazes de alterar os determinantes estruturais da dependência.

Marini assinala que para compensar as relações de troca desfavoráveis no mercado mundial, as burguesias dependentes recorrem à *superexploração do trabalho* como linha de menor resistência. O papel da América Latina na divisão internacional do trabalho (inicialmente como fornecedora de produtos primários e, após a industrialização, de produtos manufaturados de menor conteúdo tecnológico), levou a região a constantes perdas no mercado mundial, devido à *transferência de valor* propiciada tanto pela baixa produtividade do trabalho como pelos mecanismos da *troca desigual* (aumento dos preços decorrente de uma situação de monopólio de determinado produto). Nestas condições, as burguesias

latino-americanas recorreram ao aumento da exploração sobre a força de trabalho local, ao invés da alternativa mais difícil de aumentar a produtividade através da intensificação da inovação tecnológica, o que implicaria a necessidade de um processo de autonomização nacional frente ao imperialismo.

Polemizando com as teses desenvolvimentistas da CEPAL, Marini buscou explicar também porquê a maior difusão do progresso técnico, propiciada pelo avanço do processo de substituição de importações, não foi capaz de superar o caráter ultra-explorador e ultra-concentrador da economia dependente.

(...) incidindo sobre uma estrutura produtiva baseada na maior exploração dos trabalhadores, o progresso técnico tornou possível ao capitalista intensificar o ritmo de trabalho do operário, elevar a sua produtividade e, simultaneamente, manter a tendência a remunerá-lo em proporção inferior a seu valor real. Para isso concorreu decisivamente a vinculação das novas técnicas de produção a ramos industriais orientados para tipos de consumo que, se tendem a converter-se em consumo popular nos países avançados, não podem fazê-lo sob nenhum suposto nas sociedades dependentes. (Marini, 2002a, p. 147).

Assim, a produção industrial não serviu para a dinamização do mercado interno de consumo de massas porque a absorção do progresso técnico em condições de superexploração do trabalho acarretou a inevitável restrição do mercado interno, concentrando-se a produção nos ramos de bens de luxo destinados à "esfera alta da circulação" interna e, quando esta se tornou estreita demais, à exportação.

(...) a partir de um certo momento (que se define nitidamente a partir de meados da década de 60), a necessidade de expandir-se para o exterior, isto é, de desdobrar novamente – ainda que agora a partir da base industrial – o ciclo de capital, para centrar parcialmente a circulação sobre o *mercado mundial*. A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desestabilizadores que a afetam. Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até o desenho de políticas agressivas de competição internacional, se assiste em toda a América Latina à ressurreição do modelo da velha economia exportadora. (Marini, 2000a, p. 149-150).

Em síntese, ao mesmo tempo em que possibilitou a elevação do nível de vida dos trabalhadores do centro capitalista, a América Latina teve que conviver com uma vasta população de pobres e miseráveis, inúteis do ponto de vista do mercado interno (uma vez que a expansão da "demanda" não dependia da ampliação do

círculo de consumidores locais), mas muito úteis do ponto de vista do processo de acumulação global do capital. Desta perspectiva de Marini, a contradição entre a esfera da produção e da circulação tendeu a adquirir um "caráter muito mais radical" nos países dependentes. Por isso, seria inviável a construção de um capitalismo menos selvagem e autônomo na periferia, uma vez que as estruturas da dependência entrariam em contradição com *reformas* que visassem uma maior igualdade social e uma verdadeira independência nacional.

Para Marini (2000b), esta impossibilidade ficou clara com o fracasso das tentativas da burguesia brasileira de liquidar ou, ao menos, limitar o poder do imperialismo. O fracasso da primeira tentativa, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, conduziu ao aprofundamento do domínio imperialista no país. O fracasso das tentativas seguintes nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, levaria ao golpe de Estado de 1964 e à vitória definitiva da "contra-revolução prolongada por outros meios", para usar um termo de Florestan Fernandes.

Segundo Marini (2000b), nos anos 1960, a emergência de uma crise econômica - dada a deterioração constante das relações de intercâmbio comercial e a tendência ao declínio dos investimentos estrangeiros - somada ao crescimento dos movimentos reivindicativos da classe operária, conduziu novamente ao agravamento das tensões entre a burguesia brasileira e os monopólios norte-americanos. Neste contexto, Jânio Quadros (que sucedeu a JK em 1961), expressando os interesses da grande burguesia de São Paulo, voltou a defender a necessidade de reformas de base, principalmente no campo, ao mesmo tempo em que apelava para uma política econômica de contenção salarial e de liberalismo, cujo objetivo era criar novos atrativos aos investimentos estrangeiros. Porém, junto a isso, Jânio assumiu uma orientação independente na política externa, destinada a ampliar o mercado brasileiro para exportações tradicionais, diversificar suas fontes de abastecimento em matérias-primas, equipamentos e créditos, e possibilitar a exportação de produtos manufaturados para a África e América Latina. Baseado nesta política diplomática e numa aliança com a Argentina, Jânio Quadros tentou impor condições na conferência de agosto de Punta del Este, onde foi consagrado o

programa da *Aliança para o Progresso*, que implicava uma revisão da política norte-americana para a América Latina.

Entretanto, como Getúlio Vargas, Jânio Quadros fracassou. A reação da direita, a pressão imperialista e a insubordinação militar, levaram-no à renúncia. João Goulart, que assumiu a presidência após a frustração de uma manobra para submeter o país à tutela militar (que serviu como anúncio do que aconteceria em 1964), dedicou o primeiro ano de governo para restabelecer os seus poderes, que haviam sido limitados pela implantação do parlamentarismo em 1961. Para tanto, Goulart apelou para a defesa de uma política nacional inspirada no ideário getulista de união da classe trabalhadora com a burguesia nacional.

A política externa brasileira não sofreu alterações significativas com João Goulart. Mas, internamente, agudizou-se a oposição entre a burguesia, sobretudo seus estratos inferiores, e o imperialismo, levando à implementação do monopólio estatal da energia elétrica, que Getúlio havia proposto em 1953, e à regulamentação da exportação de lucros para o exterior. No entanto, em 1963, depois do plebiscito popular que restaurou o presidencialismo, o governo se defrontou com uma difícil contradição: manter o apoio operário para a política externa e as reformas de base e conter as reivindicações salariais, única forma de conseguir o apoio da burguesia. A impossibilidade de solucionar essa contradição conduziu o governo ao imobilismo, o que acelerou a crise econômica, agudizou a luta de classes e desembocou na intervenção militar.

As vacilações políticas da burguesia foram fruto das diferenças de interesse entre a grande burguesia e seus estratos inferiores. Frente à penetração dos capitais norte-americanos, a primeira tinha uma opção – a de associar-se a esses capitais – que, mais que uma opção, era uma conveniência. Por isso, enquanto a grande burguesia de São Paulo tendia para atitudes mais moderadas, os estratos inferiores da burguesia impulsionaram, no período de João Goulart, a adoção de medidas restritivas aos investimentos externos, tais como a regulamentação da exportação de lucros. Entretanto, nada disso impediu que a intensificação dos investimentos norte-americanos, nos anos 50, aumentasse desproporcionalmente o peso do fator externo na economia e na vida política do Brasil. Além da aceleração

da transferência de setores básicos da produção para grupos norte-americanos e da subordinação do processo tecnológico brasileiro aos EUA, aumentou a influência dos monopólios estrangeiros na elaboração das decisões políticas internas.

Tais fatos, somados ao pavor com a crescente radicalização do movimento de massas – agravado com a vitória da revolução cubana - fizeram a burguesia como um todo esquecer suas diferenças e se unir, abandonando definitivamente suas pretensões autonomistas e voltar-se para a reação. Assim, esta burguesia chegou ao regime militar, implantado em 1º de abril de 1964.

A maior preocupação da ditadura militar foi conter pela força o movimento reivindicativo das massas. Intervindo nos sindicatos e demais órgãos de massa, dissolvendo agrupamentos políticos de esquerda e calando a imprensa, prendendo e assassinando líderes operários e camponeses, promulgando uma lei de greve que obstruiu o direito de exercê-la, a ditadura conseguiu promover, pelo terror, um novo equilíbrio entre as forças produtivas. Normas fixando limites aos reajustes salariais e regulamentando as negociações coletivas de trabalho foram ditadas, levando à redução do valor real dos salários.

Para executar essa política anti-popular, foi necessário forçar a coalizão das classes dominantes. Deste ponto de vista, a ditadura ratificou o compromisso de 1937 entre a burguesia e a oligarquia latifundiária. Isto ficou claro com a renúncia da burguesia a uma reforma agrária efetiva. A reforma agrária aprovada pelo governo militar limitou-se a tentar criar melhores condições para o desenvolvimento agrícola, mediante a concentração dos investimentos e a formação de fundos para a assistência técnica, ou seja, mediante a intensificação do processo de capitalização do campo.

A contenção salarial, por outro lado, aliviou a contradição entre a burguesia e a oligarquia rural, dado que a alta dos preços agrícolas já não poderia repercutir da mesma forma sobre o custo da produção industrial. Além disso, a ditadura militar passou a exercer uma estreita vigilância sobre o comportamento dos preços agrícolas, mantendo-os em um nível tolerável para a indústria. Assim, a razão determinante para o restabelecimento integral da aliança de 1937 foi o desinteresse

relativo da grande burguesia quanto a uma dinamização efetiva do mercado interno brasileiro.

Do ponto de vista dos interesses do imperialismo, a ditadura militar aumentou os estímulos e atrativos para os investimentos estrangeiros, principalmente dos EUA: revogou as limitações à ação do capital estrangeiro e assinou um acordo estabelecendo garantias aos investimentos norte-americanos. Simultaneamente, conteve o crédito à produção (o que levou as empresas a buscar o apoio do capital estrangeiro ou a quebrar, sendo compradas a preço baixo pelos grupos internacionais); estimulou a chamada "democratização do capital" (o que implicou, na fase de estagnação, em facilitar ao único setor forte da economia, o estrangeiro, o acesso a pelo menos parte do controle das empresas); criou fundos estatais ou privados de financiamento, baseados em empréstimos externos; e tributou fortemente a folha de salários (o que obrigou as empresas a renovar sua tecnologia a fim de reduzir a participação do trabalho, buscando a associação com capitais estrangeiros). Com todas essas ações, o governo militar promoveu a integração acelerada da indústria nacional à norte-americana.

A integração ao imperialismo sublinhou, assim, a tendência do capitalismo dependente brasileiro de impossibilitar a criação de mercados na proporção do seu crescimento econômico. O desenvolvimento dessa contradição essencial do capitalismo brasileiro o levou à mais total irracionalidade, expandindo a produção e restringindo, ao mesmo tempo, cada vez mais, a possibilidade de criar para ela um mercado nacional, ao comprimir os níveis internos de consumo e aumentar constantemente o exército industrial de reserva. Tal irracionalidade do desenvolvimento capitalista nacional é fruto também da impossibilidade que este possui de controlar seu processo tecnológico, já que a tecnologia é um produto de importação.

O capitalismo brasileiro orienta-se, deste modo, pela necessidade de proporcionar um sobre-lucro a seu sócio maior norte-americano, o que agrava violentamente a exploração da força de trabalho no interior da economia nacional, no esforço para reduzir os custos de produção. Trata-se, enfim, de um sistema que

já não tem nada a oferecer aos "de baixo" na luta por sua emancipação social e política.

Em síntese, o golpe militar de 1964, apesar da sua retórica nacionalista, aprofundou o capitalismo dependente no Brasil, expressando a negação definitiva de um projeto nacional-burguês de desenvolvimento. Nas palavras dos próprios militares, o golpe de 64 foi uma "contra-revolução preventiva", que visava, acima de tudo, interromper e reverter um processo de afirmação nacional, tentado nos governos de Getúlio Vargas, Jânio Quadros e João Goulart, este último considerado pela direita como uma verdadeira "república sindicalista". Com a ditadura militar instaurada em 1964 – e que duraria mais de duas décadas – a burguesia brasileira deu seu grito de "dependência ou morte" e os interesses do imperialismo norte-americano foram consolidados no país.

Como explicou Marini (2000a), essa estrutura de dependência foi constantemente reproduzida porquê a burguesia brasileira mostrou-se incapaz de rompê-la a seu favor, ao ser mais conveniente para esta ser sócia minoritária do capital estrangeiro do que se arriscar numa aventura independentista que teria que contar com a aliança com as classes populares, colocando em risco a fonte mais segura de seu lucro: a superexploração da força de trabalho.

Portanto, a nossa dependência crônica deve-se à estrutura da sociedade e às classes sociais que controlam o Estado brasileiro. Por mais paradoxal que isso possa parecer, a classe hegemônica no caso brasileiro é o imperialismo norte-americano. Daí se compreende o caráter servil da burguesia e do Estado "nacional". Em decorrência da estrutura de classes da sociedade e do caráter atrasado da revolução burguesa brasileira, o Estado constituiu-se historicamente como um *Estado autocrático burguês*, incapaz de absorver minimamente os anseios das classes populares em sua estrutura de poder. Por isso, esse Estado também não representa os interesses da nação, constituindo-se como um Estado anti-nacional, anti-democrático e anti-social, por mais paradoxal que isso possa parecer.

2. Os impasses da "transição democrática".

Como demonstraram as análises de Marini (2000b) e Petras e Veltmeyer (2002), entre outros, o terreno para o aprofundamento do imperialismo norte-americano na América Latina e também no Brasil consolidou-se durante as ditaduras militares implementadas nas décadas de sessenta e setenta. Entretanto, nesse período, pelo menos até meados da década de setenta, o capitalismo mundial ainda vivia um período de auge econômico e era possível ao imperialismo fazer certas concessões aos países dependentes, frente à ameaça socialista. Neste contexto, o desenvolvimento econômico ainda era uma realidade na periferia, principalmente num país da dimensão do Brasil, onde a repressão política ditatorial foi ocultada pela propaganda do "milagre econômico".

A crise de meados da década de 70 no centro do sistema capitalista – analisada superficialmente como uma crise do petróleo – por outro lado, não atingiu imediatamente o Brasil. Isto porquê, nesse período, o país vivia sob os percalços da "transição lenta, gradual e segura" do regime militar para o regime civil. Embalada pelo movimento que lutava pela redemocratização política do país, ganhou força também a idéia de que a democracia, para ser efetiva, deveria ir além da realização de eleições diretas, tendo por base uma maior igualdade social.

Assim, o movimento operário do ABC paulista iria crescer e desenvolver-se lutando, simultaneamente, por aumento salarial e liberdade sindical. Este movimento, em conjunto com o movimento estudantil, impulsionou a luta pela redemocratização do país, ganhando dimensão nacional na década de 1980, com a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que propôs um *Novo Sindicalismo* baseado na independência do movimento sindical frente a partidos, patrões e governo. (Antunes, 1995; Sousa, 1997). A classe trabalhadora brasileira fortaleceu-se na luta de classes na década de 80. Enquanto os índices de sindicalização diminuían no mundo, no Brasil eles aumentavam e a luta pela universalização dos direitos sociais (educação, saúde e previdência) se fortalecia, sob lemas que afirmavam que estes deveriam ser "direito de todos e dever do Estado".

Entretanto, apesar do avanço político-organizativo da classe trabalhadora, a década de 80 foi uma década de crise econômica também no Brasil. Em toda a América Latina ela foi considerada uma "década perdida". Em 1982, teve início a chamada "crise da dívida", que se expressou na dificuldade crescente dos governos latino-americanos cumprirem com o pagamento da dívida externa. A maioria do capital original em forma de empréstimos bancários chegou à América Latina nos anos 70, quando os bancos comerciais dos EUA expandiram rapidamente suas operações internacionais para exportar seus excedentes de capital e ganhar altas taxas de lucro sobre os capitais antecipados. Em 1982, uns 257 bilhões de dólares haviam sido emprestados aos governos latino-americanos e ao setor privado, particularmente do México e do Brasil, que sozinhos tinham mais de 50% de toda a dívida acumulada do "Terceiro Mundo". No curso da década - de 1983 a 1989 - a dívida externa acumulada da região passou de 257 a 452 bilhões de dólares, apesar de terem sido pagos 170 bilhões de dólares de juros da mesma e do volume de empréstimos bancários ter sido reduzido drasticamente no período, devido à "crise da dívida". A drenagem de recursos da região foi tamanha que o então presidente do Banco Mundial se viu obrigado a observar que a transferência de recursos em tais proporções era "provavelmente prematura". (Petras e Veltmeyer, 2002).

Segundo Sánchez (1998), a crise econômica dos anos 80, e como parte dela o fenômeno agravante da dívida externa, levou a maioria dos governos latino-americanos a cederem às pressões do imperialismo norte-americano para que adotassem políticas monetaristas ortodoxas de estabilização macroeconômica e de maior abertura comercial, econômica e financeira.

Assim, o chamado neoliberalismo teria se iniciado já no período das ditaduras militares, se fortalecido na região durante a crise econômica dos anos 80 e se consolidou nos anos 90, favorecido pelo fim do socialismo na URSS e na Europa. No entanto, conforme Sánchez (1998), enquanto o Chile de Pinochet seguiu como pioneiro na aplicação estrita do "modelo neoliberal" e se ensaiavam variantes em outros países da região, os novos governos considerados democráticos do Cone Sul implementaram políticas econômicas diferentes. Entre outras razões, devido à pressão popular e o receio de comprometer a "estabilidade democrática" recém

conquistada. Assim teriam surgido os planos Cruzado (Brasil), o Austral (Argentina) e o Inti (Peru), todos combinando elementos monetaristas neoliberais dirigidos a controlar a inflação com fórmulas tradicionais CEPAL.

De fato, na década de 80, no Brasil, o clima de convulsão social que agitava o país impediu o primeiro governo civil eleito pelo *Colégio Eleitoral* - uma vez que as eleições diretas, reivindicadas pelo massivo movimento das *Diretas-Já*, haviam sido negadas por um arranjo político das classes dominantes - de submeter-se completamente às novas exigências do imperialismo.

Foi assim que a Constituição de 1988 (atualmente em vigor), acabou adotando um caráter ambíguo, decorrente das contradições da sociedade brasileira na década de 80. Por um lado, essa Constituição pareceu estar completamente fora da "Nova Ordem Mundial". Enquanto o Estado de Bem-Estar Social estava sendo desmontado nos seus países de origem, a Constituição de 1988 afirmou uma espécie de Estado de bem-estar tupiniquim, destacando nos seus princípios fundamentais a proeminência dos direitos sociais sobre os individuais. Assim, uma concepção de Estado que estava sendo questionada nos centros imperialistas, nunca tinha sido tão bem aceita no Brasil. A Constituição garantiu a universalidade do acesso aos serviços sociais, a liberdade de organização sindical para trabalhadores urbanos e rurais e a realização da reforma agrária nas grandes extensões de terras ociosas, justificada pelos seus objetivos sociais.

Mas, por outro lado, o caráter ambíguo da Constituição favoreceria interpretações jurídicas dúbias, uma vez que certos artigos se contradizem entre si. Assim, por exemplo, ao mesmo tempo em que afirma a democracia social e política um dos princípios básicos da nação, a Constituição autoriza a intervenção das Forças Armadas, quando estas julgarem ameaçada a "ordem". Por essa razão, Florestan Fernandes (1988) avaliou que a Constituição legitima uma concepção de "democracia restrita mantida sob tutela militar". Também uma das táticas utilizadas pelas classes dominantes para minimizar os efeitos da pressão popular sobre a Assembléia Nacional Constituinte foi deixar os artigos mais polêmicos para regulamentação posterior, o que abriu espaço para realizar-se, na década de 1990,

alterações substantivas da Constituição, inclusive de seus princípios fundamentais, sob a justificativa de regulamentação de leis específicas.

Deste modo, os avanços da Constituição brasileira de 1988 não chegaram a se realizar e já foram questionados. Com a vitória do candidato das forças conservadoras, Fernando Collor de Melo, na primeira eleição direta do país - após mais de duas décadas de ditadura militar - teve início a adequação do Brasil aos "imperativos da globalização", ou melhor, às exigências do "novo imperialismo". A política inaugurada pelo governo Collor teria seqüência, embora com alguma vacilação, no mandato de dois anos de seu substituto Itamar Franco (1992-1994) e seria consolidada nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

3. A recolonização como "reforma do Estado".

A década de 1990 no Brasil foi marcada pela implementação de políticas de "ajuste estrutural" e "reforma do Estado", apresentadas oficialmente como a "única alternativa" frente às exigências do novo cenário mundial de "globalização da economia"⁴⁴. No Plano Diretor *para a Reforma do Aparelho do Estado* (1995), avalia-se que a globalização econômica trouxe novos desafios e a necessidade de repensar

⁴⁴ Sampaio Jr. mostra como esta visão foi, de certa forma, antecipada por um movimento de revisão teórica no interior da CEPAL, no início dos anos setenta, quando o processo de substituição de importações começava a apresentar os primeiros sinais de esgotamento. Para o autor, esse movimento revisionista, que foi influenciado pelo rápido crescimento da economia brasileira, passou a negar o suposto básico da economia política da CEPAL: a idéia de que o desenvolvimento nacional da periferia era solapado pelo caráter centralizador e concentrador do capitalismo e pelo extremo desequilíbrio social herdado do período colonial. "A evolução do movimento revisionista acabaria levando às últimas conseqüências o deslocamento da perspectiva original da Economia Política da CEPAL. (...). No interior da CEPAL, a crítica abriu espaço para a cristalização do neo-estruturalismo - o braço latino-americano do neoliberalismo; no Brasil, a tradição cepalina metamorfoseou-se na perspectiva do capitalismo tardio - uma apologia da industrialização retardatária. (...) a crítica às relações sociais responsáveis pela subordinação externa e pelas fortes assimetrias internas cedeu lugar a uma lógica conformista que, ao aceitar o mundo como ele é, racionaliza a inevitabilidade de uma acomodação passiva às novas tendências do sistema capitalista mundial". SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Op. cit., p. 39-41. Assim, para Sampaio Jr., apesar de reivindicar a continuidade do enfoque estruturalista inaugurado por Raul Prebisch, a nova perspectiva da CEPAL negou os fundamentos da tradição desenvolvimentista latino-americana, ao defender o ajustamento passivo das economias periféricas aos "imperativos do processo de globalização". Autores como Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Maria da Conceição Tavares e João Manuel Cardoso de Mello, no caso brasileiro, fariam parte deste movimento de revisão da teoria cepalina. Ibid.

o papel do Estado em todo o mundo, bem como a sua relação com o *mercado*. A análise do cenário mundial corrobora a tese, amplamente difundida (conforme discussão do Capítulo 1), de que a crise dos anos 70 foi, sobretudo, uma "crise do Estado", ao invés de uma crise econômica ou de uma "crise do mercado" como a crise dos anos 30.

A crise do Estado teve início nos anos 70, mas só nos anos 80 se tornou evidente. Paralelamente ao descontrole fiscal, diversos países passaram a apresentar redução nas taxas de crescimento econômico, aumento do desemprego e elevados índices de inflação. Após várias tentativas de explicação, tornou-se claro, afinal, que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e no Leste Europeu era a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas. A desordem econômica expressava agora a dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar aplicada com relativo sucesso no pós-guerra. (Plano Diretor..., 1995).

Segundo a análise desenvolvida no *Plano Diretor...*(1995), a crise colocou em xeque o modelo econômico do pós-guerra, levando ao questionamento do papel do Estado em todo o mundo. Por isso, depois das dúvidas dos anos 80, a redefinição do papel do Estado teria assumido um "alcance universal" nos anos 90. No contexto da política mundial, a redefinição do papel do Estado já havia começado na década de 80, nos governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos. O fundamental da política de Reagan e Thatcher foi o questionamento do intervencionismo econômico estatal para fazer frente aos problemas das economias capitalistas avançadas e, conseqüentemente, o rompimento com todas as concepções anteriores do Estado de Bem-estar Social ou do "governo grande" do pós-guerra.

No caso brasileiro, de acordo com o documento citado, apesar de já estar presente nos anos 70, a crise do Estado somente se tornaria clara na segunda metade dos anos 80 e seria seriamente levada em conta apenas na década de 90, quando finalmente surge uma "resposta consistente com o desafio de superar a crise: a idéia da reforma ou reconstrução do Estado"⁴⁵.

⁴⁵ No *Plano Diretor* em questão, critica-se a postura adotada pelos governos da "transição democrática", que teriam preferido ignorar a crise, ao invés de enfrentá-la. Mas, por outro lado, também não se assume a tese, considerada ortodoxa, do "Estado mínimo" neoliberal.

A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por conseqüência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais. (Fernando Henrique Cardoso apud Plano Diretor..., 1995).

Na situação brasileira, a intervenção estatal na economia teria sido estratosférica, dada a longa vigência (1930-1990) do modelo da substituição de importações. Apesar da sua reafirmação na Constituição de 1988, devido aos percalços e equívocos políticos da "transição democrática", a verdade é que o modelo da substituição de importações teria tido uma existência artificial durante toda a década de 80. A *crise fiscal* do Estado seria a manifestação mais evidente do esgotamento definitivo do modelo econômico anterior, baseado na industrialização substitutiva de importações. Daí a necessidade de repensar aquele modelo de inserção do Brasil na economia internacional e seu indispensável correlato: o intervencionismo estatal.

No Plano Diretor... supracitado, a Constituição de 1988 é considerada um "retrocesso burocrático", por ter aumentado ainda mais a importância do Estado do que os governos militares. A Constituição teria reforçado as estruturas arcaicas da sociedade brasileira e seu Estado de privilégios, abrindo ainda mais espaço para o populismo, o burocratismo e o corporativismo, característicos das estruturas políticas brasileiras.

O populismo seria reforçado pela subordinação dos políticos às pressões de sua base eleitoral. Ao invés da construção de um projeto de interesse geral, a

Apesar de todas as semelhanças com a perspectiva teórica do neoliberalismo, o governo brasileiro evita uma identificação com o mesmo, talvez porque este sistema ideológico já estivesse bastante desacreditado, devido a seus efeitos negativos já identificados em outros países da América Latina como no Chile e Argentina. Assim, defende-se um meio termo, uma espécie de "terceira via" entre o denominado "Estado populista" da Constituição de 1988 e o "Estado neoliberal". Em termos retóricos, a reforma do Estado teria por objetivo construir uma espécie de Estado desenvolvimentista renovado. BRASIL. Governo Federal. Câmara da Reforma do Estado. *Plano Diretor para a Reforma do Aparelho de Estado*. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/secom/cocecao/PLANDIA.htm>>.

Constituição teria feito com que os políticos, partidos e até mesmo o Parlamento, funcionassem de acordo com uma lógica particularista, atrelada a grupos de interesse, lobbystas e corporações de todo tipo. Assim, a estrutura clientelista do Estado brasileiro seria constantemente reproduzida.

Esta estrutura, por sua vez, seria responsável pela emergência de uma máquina estatal extremamente ineficaz e rígida, simultaneamente, burocrática e caótica. Enfim, um aparelho de Estado inchado, das instâncias locais às nacionais, porém sem coesão e organicidade interna. Este aparelho de Estado seria o espelho de uma sociedade civil cujos distintos interesses corporativos prevaleceriam acima de qualquer *projeto nacional*. Deste modo, esta sociedade civil e este Estado reforçar-se-iam mutuamente, numa espécie de círculo vicioso.

Entretanto, com a vitória de Fernando Collor de Mello, em 1989, o país teria voltado aos eixos⁴⁶. Tratar-se-ia dali em diante de adequar o Brasil à "Nova Ordem Mundial", à era da globalização, promovendo uma verdadeira revolução da sociedade e do Estado brasileiro. O objetivo seria superar o populismo, o burocratismo, o corporativismo, enfim, todos os privilégios e anacronismos do Estado anterior. Das ruínas de um Estado antiquado surgiria uma estrutura produtiva moderna e eficiente e um Estado desburocratizado, com capacidade renovada para investir no desenvolvimento econômico.

Deste modo, a "reforma do Estado" é considerada oficialmente um projeto amplo de modificação não apenas do aparelho do Estado (governo ou cúpula dirigente, corpo de funcionários e força militar), mas do conjunto da sociedade brasileira. No contexto da redefinição do papel do Estado, este deixaria de ser o

⁴⁶ No período da ditadura militar, algumas "reformas" visando diminuir a "rigidez burocrática" do Estado brasileiro teriam sido implementadas. Entretanto, estas "reformas" teriam sido paralisadas pela "transição democrática". Assim, as "reformas" dos anos 90 não deixam de ser consideradas, no *Plano Diretor*, uma continuidade das reformas do período ditatorial, interrompidas na década de 80. "Afim, geraram-se dois resultados [com a Constituição de 1988]: de um lado, o abandono do caminho rumo a uma administração pública gerencial e a reafirmação dos ideais da administração pública burocrática clássica; de outro lado, dada a ingerência patrimonialista no processo, a instituição de uma série de privilégios, que não se coadunam com a própria administração pública burocrática. Como exemplos, temos a estabilidade rígida para todos os servidores civis, diretamente relacionada à generalização do regime estatutário na administração direta e nas fundações e autarquias, a aposentadoria com proventos integrais sem correlação com o tempo de serviço ou com a contribuição do servidor". Ibid.

responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social através da produção de bens e serviços, para centrar-se apenas na função de promotor e regulador da economia. Assim, "reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí, a generalização dos processos de privatização de empresas estatais". (Plano Diretor..., 1995).

A reforma deveria incluir ainda a "publicização" (privatização) dos serviços considerados "não-exclusivos" de Estado, como a educação, a saúde, a cultura e a pesquisa científica, através de uma "parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle". Através da liberalização comercial, o Estado abandonaria a "estratégia protecionista" da substituição de importações e através do "ajuste fiscal" retomaria sua capacidade de implementar políticas públicas. Propõe-se também "o fortalecimento das funções de regulação e de coordenação do Estado, particularmente no nível federal, e a progressiva descentralização vertical, para os níveis estadual e municipal, das funções executivas no campo da prestação de serviços sociais e de infra-estrutura". (Plano Diretor para a Reforma do Aparelho do Estado, 1995). Espera-se ainda que a implementação de todas estas políticas reforce a capacidade de *governança*⁴⁷ do Estado, através da transição de um tipo de administração pública "burocrática, rígida e ineficiente" para uma administração pública "gerencial, flexível e eficiente".

Enfim, para atingir-se os objetivos de recuperação do crescimento econômico e de redução das desigualdades sociais são considerados inadiáveis:

- (1) o ajustamento fiscal duradouro;
- (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional;
- (3) a reforma da previdência social;
- (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e
- (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua "governança", ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (Plano Diretor..., 1995).

⁴⁷ O termo *governança* se refere à capacidade de realizar um "bom governo", ou seja, um governo capaz de definir e implementar políticas, sendo diferente do conceito de *governabilidade* que diz respeito à existência de legitimidade para governar. Ibid.

É importante considerar que durante os anos 90 estas políticas não ficaram apenas no papel, mas a maioria delas foi implementada na prática, por todos os governos da década, embora com mais intensidade nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Ainda como ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique lançou o *Plano Real*, que consistiu numa combinação de abertura comercial e liberalização financeira, simultâneas ao estabelecimento de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, como forma de controlar a inflação. Apesar de toda a lógica do *Plano Real* ser balizada pelas políticas de liberalização da economia brasileira, o sucesso imediato no controle da inflação garantiu a vitória de Fernando Henrique nas eleições presidenciais de 1994.

Reeleito em 1998, Fernando Henrique Cardoso, governaria o Brasil por oito anos. Neste curto período de menos de uma década, FHC (como foi chamado Fernando Henrique), empreendeu significativas alterações na estrutura sócio-econômica do país. Privatizou as indústrias estatais mais importantes e estratégicas, como a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a USIMINAS, a EMBRAER, as empresas do setor elétrico e de telecomunicações, além de alguns bancos e companhias de saneamento estaduais. Também a PETROBRÁS (líder mundial em exploração de petróleo em águas profundas) deixou de ser a única exploradora de petróleo no Brasil e seus poços mais lucrativos foram vendidos. FHC abriu ainda de forma indiscriminada os mercados brasileiros, principalmente o mercado financeiro, aos capitais estrangeiros.

O governo Fernando Henrique também buscou atingir, a qualquer custo, o tão proclamado *equilíbrio fiscal*. Nesse sentido, foram estabelecidas metas rigorosas de *superávit primário*, ou seja, a busca de um resultado positivo entre receitas e despesas estatais, excluindo-se as despesas com juros e amortização da dívida. As medidas para reduzir as despesas englobaram níveis baixos de ajustes salariais (incluindo a não concessão de aumentos salariais ao funcionalismo público), suspensão de contratações e promoções e cortes dos investimentos em infraestrutura.

Em termos da "reforma administrativa", FHC também deu passos significativos. A mais importante reforma no campo administrativo foi a aprovação da *Lei de Responsabilidade Fiscal*. Esta lei estabelece um limite máximo na razão entre as despesas com pessoal e as receitas dos órgãos de governo. Dentre outras alterações, a nova lei permite que os governos que excedam esses limites demitam o pessoal efetivo (por meio do Programa de Demissão Incentivada - PDI). E mais, autoriza os governos a fazerem contratações com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que rege o setor privado, diminuindo direitos trabalhistas e permitindo a demissão dos funcionários públicos. A modificação do regime de trabalho dos funcionários públicos, incluindo a quebra da estabilidade, é considerada parte essencial da "reforma administrativa", que visa "enxugar" o aparelho estatal através da adoção, na administração direta e indireta do Estado, dos métodos de gerência do setor privado. (Guessser, 2003).

Entretanto, os trabalhadores públicos não são os únicos atingidos com a "reforma do Estado". Desde que Fernando Collor de Mello assumiu a Presidência da República em 1990, iniciou-se a alteração da concepção de relações de trabalho que vigorava no Brasil desde Getúlio Vargas. Essa concepção era uma expressão do "fordismo à brasileira" que, em seus termos essenciais, pressupunha que capital e trabalho deveriam coexistir e relacionar-se na base de um respeito mútuo. Tal perspectiva foi regulamentada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que sofreu poucas alterações desde a sua promulgação em 1943, mantendo-se inclusive com a Constituição de 1988. (Sousa, 1997).

Em nome de acabar com a "tutela estatal" sobre as relações de trabalho, Collor iniciou uma política anti-trabalhista que duraria por toda a década. Imitando seus antecessores "neoliberais" Pinochet e Thatcher, os governos brasileiros da década de 90, reprimiram violentamente os conflitos trabalhistas (intervenção direta das Forças Armadas em greves, prisão de lideranças sindicais, multas elevadas aos sindicatos, etc.); fragilizaram financeiramente os sindicatos e, principalmente, reduziram direitos trabalhistas, aumentando a jornada e diminuindo salários. Por ocasião da intervenção das Forças Armadas na greve dos petroleiros, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) afirmou que o governo brasileiro desrespeitou não

apenas as leis internacionais do trabalho, mas a própria Constituição do país. (OIT..., 1997).

Segundo a retórica oficial, a "reforma trabalhista" visa modernizar e flexibilizar as relações de trabalho brasileiras, de modo a garantir maior autonomia aos trabalhadores, incentivando o processo de negociação entre as partes. Desta forma, tanto os empresários como os trabalhadores sairiam ganhando. Os primeiros, ao poderem adequar as condições de trabalho à realidade das empresas, e os segundos, ao serem beneficiados com o aumento dos lucros empresariais.

Os representantes empresariais argumentam, por sua vez, que a redução dos "custos trabalhistas" favoreceria a contratação de mais trabalhadores, levando à diminuição do desemprego. Para os empresários, o "custo Brasil" – como denominam os direitos trabalhistas – é a principal causa do desemprego, uma vez que dificulta a "elevação da capacidade competitiva da indústria brasileira". (Boletim do DIAP, novembro de 1996, p. 6).

Porém, o discurso governamental em favor de uma maior negociação e diálogo entre as partes contradiz-se com as práticas autoritárias adotadas. A retirada de direitos trabalhistas na década de 90 não foi, em sua maior parte, fruto da negociação entre capital e trabalho, mas da promulgação de Medidas Provisórias (MPs) por parte do Executivo. Por outro lado, a fragilidade dos sindicatos – devida ao aumento do desemprego, mas também à adoção de medidas legislativas anti-sindicais – acabou transformando o processo de negociação num jogo de cartas marcadas. Os representantes dos trabalhadores, na prática, não têm muita opção, a não ser negociar formas de tornar menos amargas as drásticas medidas de cortes de direitos promovidas pelas empresas⁴⁸.

Por outro lado, o discurso empresarial de que o corte de direitos pode levar ao aumento dos empregos não encontra respaldo na realidade, uma vez que o desemprego não só não diminuiu, como aumentou, apesar de todos os cortes realizados com ou sem aprovação legal⁴⁹.

⁴⁸ Na realidade, são utilizadas várias táticas para implementar a política de retirada de direitos. Quando a negociação não funciona, apela-se a medidas legislativas. E quando se torna difícil politicamente alterar a legislação, apela-se para o processo de negociação.

⁴⁹ Mesmo sem levar em conta a tese de que o bem-estar dos trabalhadores depende dos lucros empresariais, é possível perceber que os argumentos dos empresários são

Além da "reforma" do mercado de trabalho, os trabalhadores de todos os setores são atingidos pela mercantilização crescente dos direitos sociais. Apesar de embalada por uma retórica não privatista, a reforma no campo dos serviços sociais visa colocar o direito à educação, saúde e previdência sob controle completo de empresas privadas, a exemplo do que ocorreu no Chile e na Argentina. Na discussão sobre a "reforma do Ensino Superior", por exemplo, defende-se a criação de um ambiente propício para as instituições privadas (Santos, 1999; Reis, 1998). Em orientação à "reforma da Previdência Social" no Brasil, a representante do Banco Mundial, Estelle James, também disse ser fundamental incentivar o investimento em fundos de pensão privados, embora fosse inevitável passar por um período de transição do sistema previdenciário atual para o "novo". (James, 1997).

Embora tais "reformas" ainda não tenham sido aprovadas na íntegra, o terreno já está preparado. No caso da saúde e da educação, os governos da década de 90 adotaram a tática da asfixia financeira, de modo a obrigar as instituições públicas a buscarem financiamento externo ao Estado, principalmente através de doações de empresas e cobrança paulatina dos serviços prestados. Já a "reforma da Previdência", que propõe redução dos benefícios, aumento da idade de aposentadoria, contribuição previdenciária dos aposentados, incentivos a fundos de pensão privados, etc., encontrou várias barreiras para ser aprovada no Congresso Nacional, mas segue sendo considerada uma pauta urgente para as próximas votações.

Apesar de algumas incertezas iniciais quanto à continuidade das "reformas" no governo de Luís Inácio Lula da Silva (que assumiu a presidência em janeiro de

autocontraditórios. Por um lado, busca-se convencer os trabalhadores a se submeterem ao sacrifício imediato, para colherem, a longo prazo, os frutos da recuperação do crescimento econômico e dos lucros empresariais. Por outro lado, alega-se que a redução dos "custos trabalhistas" poderia gerar mais empregos imediatamente, favorecendo um maior número de trabalhadores. Em relação a este último argumento, também fica difícil compreender como as empresas realizariam seu principal objetivo de redução de custos, apenas dividindo os recursos da folha de salários em mais partes, ou seja, entre um maior número de trabalhadores. De qualquer forma, não é preciso muito esforço lógico para mostrar que o objetivo das empresas não é aumentar empregos, uma vez que os próprios empresários acabam confessando essa verdade. Em estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 61% dos empresários disseram que não iriam mais contratar, mesmo com a redução da jornada. Apud SOUSA, Fernando Ponte de. *Brasil no Mercosul: integração e exclusão no processo decisório*. Florianópolis: UFSC, 1998, p. 126.

2003) estas dúvidas já foram dirimidas, uma vez que o governo Lula já se comprometeu a aprovar até meados de 2003 a "reforma da previdência" e a "reforma tributária". (Ministério da Fazenda, 2003). Assim, a tendência do governo Lula, evidenciada em atos e documentos programáticos emitidos nos primeiros meses de governo, é seguir a mesma linha política que orientou o governo FHC⁵⁰.

Em análise sobre as "reformas econômicas" implementadas no Brasil na década de 90, Almeida (1996) afirma que a demora na sua implementação deveu-se ao poder das idéias desenvolvimentistas no Brasil. A experiência da extraordinária expansão econômica de várias décadas teria gerado um consenso poderoso e abrangente acerca das virtudes das estratégias de substituição de importações e do crescimento conduzido pelo Estado. Assim, a idéia da *austeridade fiscal* nunca teria sido bem aceita pelas elites nacionais, o que teria dificultado a adoção da "abordagem pragmática" ou da "abordagem da crise fiscal". Para a autora, esta mudança de perspectiva fez-se necessária diante da crise econômica, resultando numa nova concepção da relação *Estado-mercado*, diferente tanto do "populismo econômico do velho modelo de desenvolvimento centrado no Estado", como da "ideologia econômica do neoliberalismo". A "abordagem da crise fiscal" se aproximaria mais de uma "intuição" do que de uma "ideologia", sendo "suficientemente vaga a ponto de acomodar-se a diferentes tipos de obstáculos estruturais e institucionais e a estratégias realistas de reforma econômica". (Almeida, 1996, p. 223).

Entretanto, depois de terminada, é possível fazer o balanço da década de 90 e avaliar os resultados a que conduziram as "estratégias realistas de reforma econômica". A conclusão unânime de vários estudos é que as políticas implementadas na década de 90 ao invés de resolverem, agravaram a crise dos anos 80. Do ponto de vista econômico, se a década de 80 foi batizada de "década perdida", a década de 90 foi considerada "mais que perdida". Fernando Henrique Cardoso deixou como herança de seu governo uma dívida externa e interna como

⁵⁰ Cabe mencionar, no entanto, que nosso objetivo nesse trabalho não é fazer uma análise do governo Lula, mas do significado das políticas de Estado implementadas na década de 1990. Se estas políticas tiverem continuidade, a reflexão aqui esboçada evidentemente poderá ser estendida à interpretação de períodos subseqüentes, independentemente do partido que estiver no governo.

jamais houve na história do país. A dívida pública do Brasil representa hoje 60% do seu PIB, uma situação alarmante, que engessa qualquer possibilidade de investimento e crescimento econômico. (Guessser, 2003).

Desta forma, a retórica oficial de que o grande objetivo das "reformas orientadas para o mercado" era promover o desenvolvimento econômico para melhorar a distribuição de renda soa, no mínimo, ridícula, já que a taxa de crescimento do país durante os anos 90 foi a segunda mais baixa do século XX.

**Crescimento da Economia Brasileira: 1900-2000
(taxa média anual de crescimento real)**

Período	PIB	Indústria	Agropecuária
1900-10	4.2	5.5	3.0
1910-20	4.2	6.2	3.8
1920-30	4.5	3.8	3.9

1930-40	4.4	7.5	2.4
1940-50	5.9	9.0	3.1
1950-60	7.4	9.1	4.4
1960-70	6.2	6.9	4.4
1970-80	8.6	9.0	4.7
1980-90	1.6	-0.2	2.4
1990-2000	1.8	0.8	2.5
1900-1980	5.7	7.1	3.7
1900-2000	4.8	5.6	3.9
Ano			
1990	-4.3	-8.7	-2.8
1991	1.0	0.3	1.4
1992	-0.5	-4.2	4.9
1993	4.9	7.0	-0.1
1994	5.9	6.7	5.5
1995	4.2	1.9	4.1
1996	2.7	3.3	3.1
1997	3.3	4.7	-0.8
1998	0.2	-1.5	1.9
1999	0.8	-1.6	7.4
2000	4.5	4.8	2.9

Fonte: IBGE e IPEA.

Apud: Reinaldo Gonçalves, 2002, Tabela 4.7, p. 123.

Como se observa nos dados da Tabela acima, o PIB brasileiro cresceu menos no período 1900-2000 (4.8%) do que no período mais curto de 1900-1980 (5.7%). Isto significa que apenas duas décadas (1980-2000) de crescimento ínfimo (menos de 2%) foram suficientes para puxar para baixo a tendência secular da economia brasileira. De acordo com Gonçalves (2002), na década de 1990, principalmente a partir de 1995, o Brasil tem sofrido uma *crise sistêmica* que ele chama de avanço do processo de "africanização" do país. Cada vez mais, o Brasil se assemelharia à África subsaariana, cujos países estão mergulhados há mais de três décadas em crises sistêmicas. A partir de 1995 verifica-se no país, segundo Gonçalves,

(...) a ocorrência simultânea de cinco processos: *desestabilização macroeconômica* (crescimento medíocre da renda *per capita* de cerca de 1% ao ano, desemprego elevado, degradação das contas públicas, déficit crônico do balanço de pagamentos); *desmonte do aparelho produtivo* (taxas decrescentes e baixas de investimento, desnacionalização, desaparecimento do sistema nacional de informações); *esgarçamento do tecido social* (miséria, pobreza, violência, aumento do consumo de drogas, tensão e desigualdade); *deterioração política e institucional* (meios de comunicação, polícia, forças armadas, judiciário, partidos); e *perda de governança*

(incompetência, má gestão, perda de legitimidade e corrupção).
(2002, p. 188-189).

No período 1991-2000, os índices de crescimento do PIB mantiveram-se em patamar medíocre, o passivo externo cresceu drasticamente, o desemprego aumentou e a dívida pública (interna e externa) duplicou.

**Economia Brasileira, Indicadores: 1991-2000
(variação e coeficiente em percentagem)**

Indicador/ Ano	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Média 1995- 2000
PIB real, variação	1.03	-0.54	4.92	5.85	4.22	2.66	3.27	0.22	0.79	4.46	2.60

PIB per capita, variação	-0.6	-2.1	3.4	4.3	2.8	1.3	1.9	-1.1	-0.5	3.1	1.3
Taxa de desemprego	4.8	5.7	5.3	5.1	4.6	5.4	5.7	7.6	7.6	7.1	6.3
Dívida líquida do setor público (R\$ milhões)	nd	nd	nd	nd	208	269	308	386	517	563	375
Saldo de transações correntes com o exterior (US\$ bilhões)	-1.4	6.1	-0.6	-1.7	-18.0	-24.3	-33.1	-33.6	-25.1	-24.6	26.5
Saldo de transações correntes/PIB	-1.2	0.9	-0.8	-0.9	-2.8	-3.2	-4.4	-5.0	-4.5	-4.4	-4.1
Dívida externa total (US\$ bilhões)	124	136	146	148	159	180	200	241	241	231	209

Fonte: IBGE, FGV e IPEA.

Apud: Reinaldo Gonçalves, 2002, Tabela 6.1, p. 174, com alterações feitas pela autora.

nd: Não disponível.

Segundo Gonçalves (2002), a apresentação de uma melhora nos indicadores econômicos no início do ano 2000 em relação a 1999 (evidente no caso do PIB, que cresceu apenas 0.8% em 1999 e 4,5% em 2000), foi derivada de um efeito estatístico provocado pela "contração da base". Por exemplo, as indústrias que apresentaram as maiores taxas de crescimento no primeiro semestre de 2000 foram as mesmas que apresentaram as maiores quedas em 1999. De qualquer forma, afirma Gonçalves, as melhoras que de fato ocorreram, ainda que determinadas pela contração da base, foram interrompidas já no primeiro trimestre de 2001. Assim, não haveria garantia de que o desempenho macroeconômico continuasse melhorando no curto e médio prazo. Este curto período de reativação obedeceu também a certo processo-padrão: melhora da oferta de capitais externos (recursos de organismos financeiros internacionais e investimento externo direto);

afrouxamento da política monetária (baixa da taxa de juros e maior oferta de crédito); flexibilização do arrocho fiscal (menores metas de superávit primário). Tais medidas momentâneas resultaram, porém, da crescente perda de credibilidade do governo FHC, quando da eclosão da crise cambial no início de 1999. Diante da crise e da pressão social que lhe seguiu, o governo se viu obrigado a afrouxar a política monetária e fiscal.

A política econômica da década de 1990 tornou o país refém do *capital financeiro*⁵¹ dos centros imperialistas, especialmente dos EUA, em sua maior parte sob a forma de investimentos especulativos de carteira. Com vistas a atrair esses investimentos, o Banco Central elevou a taxa de juros a níveis estratosféricos. Foi assim que a taxa de juros brasileira se transformou numa das maiores - senão na maior - do mundo. A situação do Brasil é muito grave. O país atravessa a maior crise dos últimos tempos. O "funcionamento" da economia depende, cada vez mais, da entrada desses capitais especulativos de curto prazo, que entram e saem do país de acordo com as expectativas de ganhos imediatos. Porém, mesmo com a elevação corriqueira da taxa de juros, não se consegue impedir a fuga massiva de capitais, dado o medo dos "investidores" de que o país não consiga honrar seus compromissos, declarando moratória e se encaminhando para uma "bancarrota", como ocorreu com a Argentina.

O "realismo econômico" da década de 90 colocou o país numa situação extremamente vulnerável e, o que é pior, com possibilidades bastante concretas de

⁵¹ É importante assinalar que o *capital financeiro*, no sentido aqui empregado, não se restringe àqueles capitais destinados a operações financeiras "especulativas". Tal noção, na verdade, confunde o capital financeiro com o *capital bancário*. O capital financeiro, como explicou Lênin, é precisamente a união ou *interpenetração do capital bancário com o capital industrial*, o que consiste numa característica fundamental da fase imperialista do capitalismo. Esta distinção é ainda mais importante no momento atual, em que muitos repetem a antiga e equivocada tese de que a limitação do poder do capital financeiro deve passar pelo incentivo ao *capital produtivo*. No *Imperialismo*, Lênin já criticava este ponto de vista que distingue os capitais para investimento produtivo (na indústria e no comércio) dos capitais de "especulação" (destinados a operações na bolsa e financeiras), julgando possível eliminar o último tipo de investimento. Lênin mostrou como a especulação é um fenômeno inerente ao capital desde o seu início, tendo atingido um patamar mais elevado na época do imperialismo. Para Lênin, a visão oposta é típica do pensamento pequeno-burguês, que considera possível eliminar a especulação sem eliminar a base econômica que lhe sustenta. No limite, tal visão atribui a especulação à maldade ou ao caráter deformado de certos

agravamento no curto prazo, caso não se encontre uma maneira de sair do círculo vicioso. Como se sabe, as "operações de resgate" e "pacotes de ajuda" do FMI e Banco Mundial – organizações financeiras hegemônicas pelos EUA, como foi discutido no Capítulo 2 – contam com pesadas exigências. Entre as muitas condições impostas pelas instituições financeiras internacionais (IFIs), merece destaque a geração do chamado *superávit primário*, exigência que se estende a estados e municípios. Frente a esta prioridade estrutural dos acordos de empréstimos, fica claro que qualquer preocupação social torna-se marginal e subordinada ao pagamento da dívida.

O financiamento da "área social" sofre as conseqüências dos "ajustes econômicos" promovidos pelo governo federal para cumprir os acordos com as IFIs. Uma das várias medidas implementadas com esse objetivo é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que, no período 2000-2002, submeteu os investimentos, inclusive os sociais, à geração do superávit primário. Algumas vezes, os recursos das próprias IFIs são utilizados para o pagamento da dívida externa. Neste caso, as IFIs tornam-se credoras e emprestam dinheiro para o pagamento de juros de outras dívidas contraídas delas mesmas, aumentando ainda mais o valor principal do empréstimo. Em outros casos, os recursos são utilizados como garantia de credibilidade, a serem gastos na estabilidade da conversibilidade das moedas. As condições impostas pelas IFIs também forçam os governos a extraírem recursos mesmo sem um aumento da produção interna.

Como se vê as políticas de "reforma do Estado" propostas e encaminhadas pelos governos brasileiros na década de 90 coincidiram com as exigências das IFIs para a concessão de empréstimos financeiros ao país. O governo Fernando Henrique Cardoso conduziu a política econômica por um caminho que praticamente forçou o país a recorrer, repetidamente, ao FMI e ao Banco Mundial, reforçando a atuação destas instituições no cenário político e econômico nacional. (Guessier, 2003). Os termos dos acordos com o FMI são considerados como o ar que se respira, não podendo jamais ser questionados pelos governos eleitos. Assim, as decisões fundamentais de política econômica não são tomadas pela maioria da população

indivíduos, ao invés de atribuí-la ao caráter cada vez mais monopolista da produção

brasileira, mas por organismos externos a serviço dos monopólios dos países imperialistas. A população elege os governantes, mas quem realmente decide não se submete ao veredicto das urnas. O atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva já deu mostras, nesses primeiros meses de governo, de que está disposto a dar continuidade aos acordos estabelecidos e a cumprir as metas e obrigações com o FMI, apesar dos mais de 50 milhões de votos que recebeu e que expressaram, sem dúvida, o descontentamento da população brasileira com a política do governo anterior. (Ministério da Fazenda, 2003; Petras e Veltmeyer, 2003).

Justificadas em nome de recuperar o crescimento econômico, a capacidade de investimento do Estado e a governança, as "reformas" da década de 90, conduziram, na verdade, a uma crise sócio-econômica sem precedentes e à fragilização dos *centros internos de decisão*. As elevadas taxas de juros agravaram o *desajuste* das contas públicas. A busca a todo custo da "estabilidade macroeconômica" se refletiu na queda dos investimentos produtivos e na recessão. Deste modo, o impacto das medidas de "ajuste" foi um freio no crescimento econômico e uma reversão da tendência anterior de redução da pobreza, conforme teve de admitir o próprio Banco Mundial.

O impacto imediato das medidas de ajuste, contudo, foi um freio no crescimento econômico e uma reversão temporária da tendência anteriormente positiva para a redução da pobreza. (...) A sucessão de crises econômicas desde 1997 afetaram os pobres principalmente através da redução da demanda por trabalho e a redução resultante no emprego e/ou salários reais. (BIRD apud Guessier, 2003, p. 74).

Vários autores são unânimes em afirmar que a submissão dos governos brasileiros às políticas do *Consenso de Washington*⁵² deixou o país à beira do

capitalista. LÊNIN, Vladimir Ilich. Op cit.

⁵² Em 1989, funcionários do governo norte-americano, do FMI, do Banco Mundial e economistas latino-americanos se reuniram em Washington para avaliar o resultado das políticas de "ajuste estrutural" implementadas até aquele momento na América Latina. Nesta reunião houve consenso acerca da "excelência das reformas" e da necessidade de seguir aplicando-as. Por essa razão, o encontro ficou conhecido como "Consenso de Washington". As propostas aprovadas na ocasião referiram-se a 10 áreas: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; e 10) propriedade intelectual. BATISTA, Paulo Nogueira. *O consenso de Washington*. São Paulo, Movimento Consulta Popular, Cartilha nº 07, 1999.

colapso como nação, levando-o a um processo de reversão neocolonial. Para Gonçalves (2002), a extrema vulnerabilidade externa⁵³ da economia brasileira impôs limites consideráveis à manutenção da soberania nacional.

Sampaio Jr. (1999) também avalia que a abertura indiscriminada da economia brasileira e a desnacionalização de setores e empresas estatais estratégicas fizeram com que a industrialização pesada entrasse em fase terminal, desencadeando um processo de desestruturação do aparelho produtivo e comprometendo os elos estratégicos do sistema econômico nacional. Para Sampaio Jr., a crise e instabilidade da economia brasileira - com a abertura indiscriminada ao exterior e a nova onda de modernização tecnológica - fez também aumentar a *heterogeneidade estrutural*⁵⁴ da base produtiva e o desemprego. Assim, a década de 90 foi marcada por uma radical degradação do trabalho na sociedade brasileira, revertendo o processo de formação de um mercado de trabalho articulado nacionalmente.

Conseqüentemente, a crise do padrão de industrialização anterior levou à desarticulação de um dos principais mecanismos de legitimação do *status quo* perante as classes populares: a ilusão de uma melhor classificação social alimentada pela mobilidade social decorrente das altas taxas de crescimento econômico. Além de agravar a crise social no campo e na cidade, a ruptura das

⁵³ Gonçalves, define a *vulnerabilidade externa* como a "reduzida capacidade de resistência diante de pressões, fatores desestabilizadores ou choques externos", GONÇALVES, Reinaldo. *Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002, quadro 5.1, p. 129.

⁵⁴ A noção de *heterogeneidade estrutural* foi desenvolvida por autores da CEPAL em seus estudos sobre o caráter do desenvolvimento/subdesenvolvimento latino-americano. Com o termo, tais autores pretenderam evidenciar a existência, na América Latina, de distintos pólos de desenvolvimento, em contraste com a homogeneidade das economias capitalistas desenvolvidas. Nas palavras de Aníbal Pinto: "A partir das transformações decorrentes da industrialização pode-se decompor a estrutura produtiva da América Latina em três grandes estratos, para certos fins analíticos (...). Por um lado, o chamado 'primitivo', cujos níveis de produtividade e renda por habitante são provavelmente semelhantes (e, às vezes, inferiores) aos que prevaleciam na economia colonial e, em certos casos, na pré-colombiana. No outro extremo, existe um 'pólo moderno', composto pelas atividades de exportação, industriais e de serviços que funcionam a níveis de produtividade semelhantes aos níveis médios das economias desenvolvidas e, finalmente, o 'intermediário' que se encontra, de certa forma, mais próximo da produtividade média do sistema nacional". PINTO, Aníbal. *Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente*. In : SERRA, José (coord.) *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 46.

bases materiais que sustentavam, ao menos parcialmente, as correntes migratórias, começou a fomentar rivalidades inter-regionais e processos de segregação social.

Exposta à crescente mercantilização necessária à valorização do capital, a economia brasileira ficou sujeita a forças centrífugas que tenderam a segmentar o espaço econômico nacional entre regiões que conseguiram encontrar nichos de mercado na nova divisão internacional do trabalho e regiões que, marginalizadas do comércio internacional, tenderam a ser desarticuladas em parques estanques, fechadas sobre si mesmas. O esgotamento da industrialização substitutiva de importações minou, assim, o fundamento material e social do pacto federativo brasileiro. Esboçada no pós-guerra e consolidada durante a ditadura militar, a unidade que sedimentava os interesses das oligarquias regionais, se baseou em dois pilares fundamentais: o pânico em relação à emergência do povo no cenário político e o consenso em torno da industrialização como objetivo estratégico das classes dominantes. Atualmente, este segundo pilar foi destruído em nome da modernização dos padrões de consumo de uma pequena parcela da população brasileira.

Em suma, a crise do padrão de industrialização anterior comprometeu as bases materiais, sociais e políticas do Estado nacional, colocando o Brasil sob a ameaça de processos de reversão neocolonial que interrompem o movimento de construção nacional.

Nessas circunstâncias, afirma Sampaio Jr., não é exagero afirmar que há uma incompatibilidade incontornável entre: 1) a disciplina financeira e monetária exigida pela comunidade financeira internacional; 2) a reprodução de mecanismos de mobilidade social capazes de dar um mínimo de legitimidade ao sistema político; e 3) a recomposição de um esquema regional de poder que tenha capacidade de neutralizar as poderosas forças que levam ao fracionamento da nação. (1999, p. 34).

Assim, a "reforma do Estado" – justificada pela necessidade de fortalecimento deste – colocou, na prática, o Estado nacional à beira do colapso econômico, social e político. Além de decapitado na sua capacidade de realizar investimentos econômicos, o Estado brasileiro encontra-se também cada vez mais impotente, inclusive, para manter a "ordem".

A incapacidade dos governos para apresentar soluções efetivas a um cenário de verdadeiro caos social (desemprego em disparada, degradação da força de trabalho, aumento da miséria e dos índices de criminalidade), levou ao aprofundamento do caráter autocrático do Estado brasileiro que buscou, através do recurso à repressão direta, conter os conflitos e manter a "ordem".

Porém, ao ser obrigado a responder de forma cada vez mais autoritária e repressiva à crescente explosividade social, o Estado põe em risco sua legitimidade. Ao mesmo tempo em que é chamado a intervir de forma cada vez mais freqüente nos conflitos sociais, cresce a dificuldade do Estado manter, inclusive, seu próprio aparato repressivo, dado o grau de dilapidação de seus recursos a que conduziram as políticas de "ajuste".

Paulo Nogueira Batista (1999), chamou a atenção para esta contradição, ao afirmar que a continuidade da atual política – cujo nível de entreguismo não conhece limites – poderia levar a uma falência tão completa do Estado nacional que a própria manutenção da ordem interna ficaria ameaçada, obrigando os governos a recorrerem à intervenção de forças multilaterais externas para defesa da ordem interna. Para que tal prognóstico não pareça exagerado, basta pensarmos na crescente precarização do próprio aparato policial-militar do Estado brasileiro, evidenciada nas manifestações crescentes de policiais militares por melhores condições de trabalho e na recorrência, cada vez maior, às forças do exército para exercer tarefas de polícia. A precarização, todavia, já atinge o próprio exército, como evidenciou a notícia, divulgada pela imprensa, de que vários recrutas foram dispensados devido à falta de comida.

Como é perceptível, os resultados reais do processo de "ajuste estrutural" e "reforma do Estado" foram muito diferentes, ou melhor, contrários aos objetivos declarados pelos seus defensores. Sendo assim, como explicar a continuidade desta "reforma", apesar das evidências do seu fragorante fracasso?

Na verdade, o resultado das políticas de "ajuste" não poderia ter sido outro, uma vez que a sua implementação partiu de uma avaliação extremamente equivocada acerca do caráter da crise atual. Conforme discutimos no Capítulo 1, a crise em curso está longe de ser uma mera crise do Estado ou do modelo de

intervenção estatal vigente no pós-guerra. Pelo contrário, a crise daquele modelo é apenas a expressão de uma crise mais profunda do sistema do capital em seu conjunto. É por isso que todos os discursos acerca da necessidade de "reduzir as fronteiras do Estado" não conseguem eliminar a intervenção deste, a não ser no que diz respeito ao corte de recursos para a "área da reprodução social", conforme analisou Mézáros (2002). De fato, a regulação keynesiana esgotou-se, mas não no sentido indicado pela tese "neoliberal" do "Estado mínimo". Aquelas fórmulas recomendadas por Keynes já não tem efeito sobre a capacidade de retomada da "expansão sã", porque suas condições históricas – incluindo a destrutividade da Segunda Guerra – já não existem. Porém, a maior dificuldade que o sistema do capital está obrigado a enfrentar atualmente, como disse Mézáros, é que tampouco as políticas ditas neoliberais, na verdade ultra-conservadoras, têm chances maiores de êxito. Assim, apesar de todo o discurso de que "não há alternativa" à política dominante na atualidade, o sistema do capital encontra-se mais incapaz de apresentar alternativas do que nunca.

Na perspectiva do "Terceiro Mundo" ou da "periferia subdesenvolvida", porém, o que importa é perceber as contradições em jogo no processo de "desmonte do Estado" em curso. Se é verdade, por um lado, que o Estado da periferia não deixa de ter certas funções essenciais, especialmente de proteção ao capital ou de "bem-estar privado" (Santos, 2001), também é verdade que este encontra-se cada vez mais fragilizado como Estado nacional. Assim, a "reforma do Estado", ao mesmo tempo em que se apresenta como a "única possibilidade" para as classes dominantes locais que se recusam a romper com o imperialismo (seguindo fiéis a sua *linha de menor resistência*), traz à tona problemas difíceis para estas mesmas classes, como o enfraquecimento ou até a perda do seu poder de barganha frente ao imperialismo.

Por resultar em tamanha agudização das contradições entre o capitalismo dependente brasileiro e a construção nacional, a "reforma do Estado" em curso seria melhor definida como uma *contra-reforma*, uma vez que reverte conquistas sociais e econômicas anteriores e faz o país regredir em termos de sua capacidade de afirmar-se como um Estado independente e soberano. Apesar de ser apresentado

como um "ajuste" técnico e não como uma política "ideológica", tal "reforma" neocolonizadora é, sem dúvida, orientada por interesses e opções de classe, ao invés de ser uma exigência absoluta dos "imperativos da globalização". Entretanto, não se pode interpretar tais opções de classe no sentido de uma "preferência" abstrata de governos e partidos políticos por determinada ideologia, no caso pela "ideologia neoliberal". Se as opções existem, elas são limitadas pelo contexto mais amplo em que operam e devem levar em conta as conseqüências de cada alternativa em jogo. No caso aqui analisado do Brasil, não bastaria, por exemplo, o governo "optar" por outra ideologia que não a "neoliberal" para alterar substancialmente o rumo do país. Para tanto, seria necessário transformar a *estrutura* de classes da sociedade brasileira.

Em outras palavras, as políticas de recolonização em curso no Brasil, chamadas de reforma do Estado não são uma necessidade absoluta imposta pela "globalização econômica", caracterizada pelos apologistas do capital como uma ordem natural e eterna. Mas tampouco estas políticas são fruto meramente da vontade política dos partidos no governo. Embora essa vontade política exista e desempenhe um papel importante, para explicar a predominância de determinadas políticas é preciso recorrer à análise da estrutura de classes da sociedade em questão e indagar se os partidos no governo ou fora dele reforçam esta estrutura ou atuam pela sua transformação.

No próximo capítulo discutiremos algumas alternativas esboçadas para o quadro de recolonização em curso no Brasil, guiando-nos pela seguinte pergunta: as razões estruturais e sistêmicas que parecem condicionar o processo decisório político brasileiro só possibilitam margens para reformas funcionais ou, se pensadas historicamente, é possível vislumbrar transformações estruturais?

CAPÍTULO 4

ALTERNATIVAS À RECOLONIZAÇÃO: REFORMA OU REVOLUÇÃO?

1. Contra-revolução x nação: a impotência da crítica burguesa ao imperialismo.

Dada a grave situação em que mergulhou o Brasil nas últimas décadas do século XX, principalmente a partir dos anos 90, com a adesão completa dos governos às novas exigências do imperialismo, era de se esperar que muitas críticas

surgissem em relação à política dominante. Tais críticas não partiram apenas das forças sociais mais prejudicadas com o "ajuste", como os trabalhadores rurais e urbanos e a pequena e média burguesia. Inclusive setores da grande burguesia brasileira mostraram-se descontentes com a política econômica adotada, principalmente no último mandato de Fernando Henrique Cardoso. Chegou a haver manifestação de empresários a Brasília para exigir a redução da taxa de juros e incentivos à produção. (Gonçalves, 2002)

O que ocorreu foi que a ampla abertura econômica, financeira e comercial ao invés de "aumentar a capacidade competitiva da indústria brasileira", colocou em apuros as empresas menos competitivas, não só as pequenas e médias, mas, inclusive, as grandes empresas de capital nacional ou não. Ao mesmo tempo, a alta taxa de juros imposta pelo Banco Central levou ao endividamento crescente das empresas que se viram em dificuldades para saldar seus débitos e realizar novos investimentos. A política cambial adotada pelo governo, por sua vez, levou à diminuição das exportações e, conseqüentemente, à queda da balança comercial e ao descontentamento do setor exportador.

A partir daí a grande burguesia insatisfeita - através de seus representantes ou de intelectuais identificados com a sua perspectiva de classe - passou a criticar a política econômica do governo e a defender alterações da mesma. A crítica fundamental dirigiu-se ao favorecimento dos capitais especulativos de curto prazo beneficiados com as altas taxas de juros. Passou-se a defender, então, principalmente, a redução da taxa de juros e políticas de incentivo à produção, de forma a recuperar o crescimento econômico. Quanto às questões sociais, permaneceu a velha tese de primeiro "fazer o bolo crescer para depois dividir". O pressuposto básico é que a recuperação do crescimento econômico em si seria suficiente para garantir a solução dos problemas sociais.

No que diz respeito ao papel do Estado, embora com algumas divergências quanto ao grau de intervencionismo do mesmo, é consensual, para este ponto de vista, a defesa de que o Estado deve utilizar todos os instrumentos à sua disposição para incentivar o desenvolvimento econômico, através de incentivos à "produção". Embora seja feita uma crítica explícita ao "desmonte do Estado", atribuído à adoção

de políticas neoliberais, é difícil afirmar que esse projeto da grande burguesia se fundamenta numa concepção keynesiana, uma vez que o incentivo à ampliação da "demanda" por meio de políticas estatais destinadas a aumentar o poder de compra da população, não faz parte das propostas defendidas. A ampliação da demanda é considerada um resultado natural do crescimento econômico e não de políticas estatais ativas orientadas para esse fim.

Tal perspectiva também não defende o retorno ao projeto desenvolvimentista anterior baseado na substituição de importações, considerando-o esgotado historicamente. Enquanto o modelo da substituição de importações se ancorava fortemente no incentivo estatal ao "desenvolvimento" - via empresas estatais, projetos de infra-estrutura básica e incentivos à grande indústria privada nacional, principalmente através de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) - o "novo" modelo econômico da burguesia descontente exclui a possibilidade de retorno ao monopólio estatal sobre os setores básicos da economia e a reversão das políticas de abertura econômica, comercial e financeira, defendendo apenas alguma limitação aos capitais especulativos de curto prazo. Por outro lado, considera-se imprescindível a retirada do Estado da garantia dos direitos sociais e trabalhistas, de forma a reduzir o que os empresários chamam de "Custo Brasil". Assim, a grande burguesia segue defendendo a *Reforma Constitucional* em curso em todos os seus aspectos.

Esta posição da grande burguesia interna ao país reflete um descontentamento dos capitais menos competitivos em relação ao avanço do imperialismo. Nas circunstâncias atuais, mesmo os grandes capitais nacionais associados ao imperialismo perdem posição no mercado mundial. A maior abertura ao exterior, as altas taxas de juros, numa conjuntura de recessão econômica, fizeram com que as novas condições da competitividade se tornassem insustentáveis para muitas empresas. Por essa razão, os empresários organizados em suas associações de classe passaram a lutar por alterações pontuais da política econômica em vigor. Alterações estas capazes de impedir a grande burguesia brasileira de perder tanto frente a seu sócio maior: o imperialismo.

Entretanto, a burguesia brasileira considera possível e viável reverter a política econômica do governo a seu favor, ao mesmo tempo sem prejudicar os interesses do capital externo instalado no país. Para esta burguesia, o problema está no baixo índice de crescimento econômico, daí a necessidade de políticas estatais mais ativas de incentivo à produção, como a concessão de subsídios, redução de impostos, uma política cambial de incentivo às exportações e, principalmente, a redução da taxa de juros, o que implicaria em alguma limitação à entrada de capitais especulativos de curto prazo no país.

Esta crítica à política vigente no Brasil na década de noventa não pode ser considerada, no entanto, um projeto *alternativo* de país, uma vez que o *rumo* geral adotado pelos últimos governos não é questionado e considera-se possível fazer as alterações pontuais mencionadas, através dos instrumentos disponíveis da política econômica.

Entretanto, conforme a análise desenvolvida no Capítulo 3 indicou, esta crítica torna-se, nas condições atuais do capitalismo dependente, mais impotente do que nunca. Ao fazer sua opção pelo imperialismo em 1964, contra o povo e a própria nação, a burguesia brasileira condenou-se à eterna impotência e à incapacidade para fazer qualquer exigência. Atualmente, com a entrada do capital em uma fase de crise estrutural e o recrudescimento do imperialismo, a tentativa da burguesia dependente de resistir à sua completa absorção pelo capital estrangeiro torna-se cada vez mais precária, devendo provocar risos nos donos do poder mundial, as críticas que lhes são dirigidas pelos seus sócios minoritários.

A burguesia brasileira busca ter um maior poder de barganha frente ao imperialismo utilizando-se da sua posição no bloco dos países do Cone Sul (o Mercosul). Nas negociações em torno da formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), por exemplo, esta tem pressionado para que os países do Mercosul participem em bloco e não em separado do Acordo. Também existem divergências com os Estados Unidos em relação a prazo para a entrada em vigor da ALCA. A burguesia brasileira tem questionado também o crescente protecionismo dos EUA, que tem dificultado a entrada de produtos fundamentais da pauta de exportações brasileiras no mercado norte-americano, como foi o caso do aço. Frente

a esta postura dos EUA, o governo brasileiro, numa posição que expressa os interesses da grande burguesia interna, ameaça com o adiamento e até com a inviabilização da ALCA.

Porém, essa tentativa de barganhar para obter uma ALCA diferente - ou seja, uma ALCA de verdade, sem nenhuma barreira ao livre comércio - não têm tido sucesso, uma vez que as burguesias dependentes não contam com outra opção a longo prazo, já que renunciaram há muito tempo a qualquer projeto independentista. Assim, tais burguesias divergem quanto a prazo, mas não questionam a *essência* do projeto de recolonização, que seria consumado com a implementação da ALCA. Também com o enfraquecimento do Mercosul diante da crise Argentina, o poder de negociação da burguesia brasileira tornou-se ainda mais frágil. Assim, a opção pela dependência se sobrepõe às exigências de uma genuína integração sub-regional. Em outras palavras, a dependência estrutural dos países que compõem o Mercosul inviabiliza a possibilidade do bloco se fortalecer como um foco de resistência ao projeto de recolonização.

Em síntese, ao seguir com a sua *linha de menor resistência* de superexploração da força de trabalho e associação com o imperialismo, num contexto de crise estrutural do capital, a burguesia dependente brasileira aprofunda o seu caráter contra-revolucionário, fragilizando ainda mais a si própria e ao Estado dependente - guardião fundamental de seus interesses. Ao aceitar servilmente a política anexionista do imperialismo norte-americano, esta burguesia põe em xeque as bases fundamentais do Estado nacional e transforma em antagonismo aberto a relação entre "a contra-revolução prolongada por outros meios" e a nação.

2. A "fé supersticiosa no Estado": os projetos de reforma dentro da ordem.

O projeto reformista da CEPAL - compartilhado com algumas diferenças por outros autores externos à instituição - teve uma forte influência no meio intelectual e em setores organizados da sociedade brasileira, indo do centro à esquerda do espectro político nacional.

Conforme mencionamos no Capítulo 3, este projeto defende a necessidade de criação de um *mercado interno de consumo de massas* com base na reorientação das prioridades do Estado. Esta seria a forma de acabar, simultaneamente, com os dois principais dilemas dos países subdesenvolvidos: o baixo crescimento econômico e a grande desigualdade na distribuição de renda. Deste modo, tratar-se-ia de vencer o desafio de alcançar o *desenvolvimento econômico com justiça social e democracia política*.

A idéia fundamental desta concepção é a necessidade de estimular-se o desenvolvimento *endógeno* centrado na nação, ao invés de um crescimento econômico excludente e *voltado para fora*. Para tanto, o Estado teria que assumir um papel central na política de desenvolvimento nacional, estimulando a produção para o mercado interno, em detrimento da especulação financeira. Em síntese, tratar-se-ia de realizar as verdadeiras *reformas estruturais* interrompidas e constantemente adiadas pelas classes sociais que controlam o Estado brasileiro. A tarefa seria a de concluir a revolução burguesa, levando às últimas conseqüências a revolução democrática e nacional.

Como dissemos, esta concepção possui um caráter bastante difuso, estando presente em vários setores organizados e não organizados da sociedade brasileira. Em sua versão mais ao centro, este projeto possui um forte componente tecnocrático. Ao não serem identificadas claramente as forças sociais interessadas em levar o projeto adiante, fica a impressão de que este poderia ser encabeçado tanto por uma burocracia estatal esclarecida apoiada no aparato institucional vigente, como pelos trabalhadores assalariados, pela pequena e média burguesia, pela grande burguesia nacional ou ainda pela união de ambos. Em todo caso, o fundamental seria subordinar o capital financeiro e a participação do capital estrangeiro na estrutura produtiva do país aos interesses do desenvolvimento nacional (e não meramente do crescimento econômico) e do bem-estar de *toda a população*.

Na sua versão mais à esquerda, não há ilusão quanto à participação das "elites políticas e econômicas" do país na construção deste projeto, uma vez que estas seriam *culturalmente* desinteressadas para com o desenvolvimento nacional. O

horizonte destas elites não iria além dos seus interesses mais imediatos de lucratividade. Assim, acredita-se necessário formar uma espécie de *aliança nacional libertadora* capaz de *unificar o povo* na defesa de seus próprios interesses, o que contemplaria a continuidade da construção nacional, contra o imperialismo e as demais forças do atraso. Neste caso, a *participação popular* é defendida como condição imprescindível para a realização do projeto. Esta seria a única forma de realizar uma verdadeira distribuição de riqueza e renda e uma democracia das massas e para as massas. Como vimos no Capítulo 3, esta concepção não se diferencia substancialmente daquela defendida por Caio Prado Júnior e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante longos anos da sua história.

Atualmente, porém, percebe-se o abandono paulatino deste projeto reformista, mesmo em sua versão mais moderada, não apenas por parte das forças políticas auto-denominadas social-democratas – como o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que no Brasil foi quem esteve à frente das “reformas neoliberais” – como por parte significativa da própria esquerda – como o Partido dos Trabalhadores (PT), que assumiu a presidência em 2003. Este último já não propõe claramente uma subordinação do capital externo aos interesses nacionais, apenas a imposição de alguns limites ao capital especulativo e um “pacto social” entre todos os setores da sociedade brasileira capaz de viabilizar um modelo de desenvolvimento centrado na *produção*, mas que, cada vez mais, é menos nítido em seus contornos de modelo *alternativo*.

Como se vê as propostas do PT contemplam em grande medida as críticas feitas pela grande burguesia interna à política econômica anterior de Fernando Henrique Cardoso. Talvez por isso, Luiz Inácio Lula da Silva contou com o forte apoio de setores importantes da burguesia brasileira. Porém, justamente estas medidas, como a redução da taxa de juros, são as que encontram mais dificuldade em serem implementadas pelo governo Lula, que já recorreu, nos primeiros meses de governo, a novos aumentos da taxa de juros e a um novo acordo com o FMI. (Ministério da Fazenda, 2003; Petras e Veltmeyer, 2003).

Semelhante ao que ocorreu com os “partidos do trabalho” da Europa, o PT têm buscado se posicionar como um partido moderado (ou “mais maduro”), deixando de

afirmar, inclusive, um ideal social-democrata coerente. As principais lideranças do partido têm defendido como modelo político para o Brasil o que chamam de "social-liberalismo", excluindo a idéia de um retorno a um Estado economicamente interventor. Este *social-liberalismo* é considerado um meio termo entre a social-democracia tradicional - defensora do Estado de Bem-Estar Social - e o neoliberalismo, tido como "socialmente perverso". Nesta perspectiva, o desafio seria combinar a liberdade de mercado com a justiça social, algo que sempre foi completamente fictício e nos dias de hoje o é ainda mais. O PT, de certa forma, consolidou essa posição ao vencer as eleições presidenciais de 2002 em aliança com o Partido Liberal (PL), que defende exatamente o mesmo *social-liberalismo* como concepção programática.

Deste modo, a defesa de um modelo econômico voltado para dentro, para o mercado interno e para a ampliação do consumo de massas, fica cada vez mais por conta de certos setores da esquerda brasileira (principalmente de militantes ou ex-militantes do PT, descontentes com o rumo que o partido tomou nos últimos anos) e de determinados movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para estes últimos, este projeto só será viável se contar com uma via *democrática e popular* para sua implementação.

Florestan Fernandes, na introdução a *O Estado e a Revolução* de Lênin, afirmou que um dos grandes problemas da esquerda brasileira era a sua "fé supersticiosa no Estado". E, de fato, ao analisarmos o projeto de reforma do capitalismo dependente brasileiro, baseado nas teorias da CEPAL ou de outras instituições como o Centro Brasileiro de Planejamento (CEBRAP) e de autores como Celso Furtado e Caio Prado Jr., percebemos uma linha comum que se refere ao papel central atribuído ao Estado na promoção do *desenvolvimento nacional*. A idéia básica é que seria possível às forças sociais interessadas na mudança passarem a controlar o Estado, para então modificarem as prioridades deste, de forma a desenvolver no país um "capitalismo autônomo e democrático". Esta idéia é por demais antiga e já conduziu a esquerda brasileira a grandes equívocos estratégicos e não apenas táticos.

Atualmente, este projeto é ainda mais inviável, dado o fechamento completo do Estado brasileiro - que se constituiu historicamente como um Estado autocrático

e, portanto, refratário à participação das massas - a qualquer projeto de reforma dentro da ordem. Afinal, o Estado dependente não pode ser outra coisa do que "a estrutura totalizadora de comando político" do capitalismo dependente. Neste sentido, o Estado brasileiro, ao adequar-se às necessidades impostas pela recolonização do país, não pode servir para romper com o sistema de dependência, desenvolvendo um "capitalismo produtivo" nacional e independente na periferia, quando a característica essencial de *todo* o sistema do capital é a *produção destrutiva*, a qual é inerente a tendência à especulação. E, como explicou Lênin há quase um século, é impossível romper com a especulação sem romper com a base que lhe sustenta.

Por outro lado, dado o verdadeiro "desmonte da nação" promovido no Brasil na década de 90, os discursos acerca da globalização e do fim do Estado nacional, não foram suficientes para impedir que ressurgisse no Brasil uma perspectiva fortemente nacionalista. Nos últimos anos, fortaleceu-se a idéia de que a luta principal a ser travada no país diz respeito à defesa da *soberania nacional*.

Neste sentido, formou-se uma verdadeira "corrente de opinião" em defesa da soberania nacional, incluindo alguns partidos e organizações políticas, movimentos sociais, setores progressistas da igreja católica, personalidades nacionais do meio artístico e intelectual, e membros das Forças Armadas, descontentes com a política entreguista dos governos.

Entretanto, o nacionalismo em questão é mais negativo do que positivo, ou seja, tem se caracterizado mais pela denúncia da política submissa ao imperialismo do que pela formulação de um *projeto nacional alternativo*. É claro que a negação do existente é parte indispensável da afirmação do novo, mas a perspectiva nacionalista em voga é ainda incipiente e pouco coesa no que se refere à apresentação de um projeto viável para a nação. Entre os que defendem o "resgate da nação" há ainda muitas diferenças em termos da análise da realidade nacional e das estratégias políticas esboçadas. Em decorrência disso, também não há consenso a respeito das forças sociais que deveriam ser mobilizadas para a realização do projeto.

Há aqueles que sonham com a construção do "Brasil-potência" com base na união do "povo brasileiro" com os militares patriotas. Esta concepção denuncia de forma contundente o projeto de recolonização em curso em todos os seus aspectos. Uma crítica dura é dirigida ao domínio do capital financeiro e aos intelectuais pagos para exaltá-lo. Estes últimos estariam dominados pelo fetiche da moeda, uma vez que não saberiam diferenciar *dinheiro* de *riqueza* real, entregando as riquezas nacionais em troca de "papel pintado" falso, ou seja, sem lastro nas economias que o produzem. O que estaria em jogo nas relações internacionais de poder seria principalmente o controle sobre os recursos naturais renováveis e não-renováveis do planeta, responsáveis pela geração de *energia*. Como o petróleo estaria em extinção, a disputa do próximo século seria travada pelo controle das áreas geográficas tropicais com grande capacidade de geração da energia natural da biomassa. Daí o grande interesse do imperialismo pelo controle da região amazônica.

Segundo esta perspectiva, o fundamental seria desenvolver no Brasil todo o potencial produtivo da nação e não entregar as riquezas nacionais em troca de empréstimos financeiros que, além de perpetuarem a dependência, estariam levando à destruição do país. Para reverter tão profundamente a política nacional, esta perspectiva também considera indispensável o fortalecimento do Estado, de modo que este se transforme em promotor do desenvolvimento nacional auto-determinado, ao invés de ser um *Estado servil* a certos interesses "escusos e inconfessáveis". A elevação do nível de vida do povo não apenas estaria contemplada nesta noção de *desenvolvimento*, como passaria a ser o objetivo primordial da nação.

Na identificação das forças sociais capazes de levar tal projeto adiante, os defensores desta concepção não fazem uma demarcação nítida entre esquerda e direita. A sua noção de "povo brasileiro" é bastante vaga e a divisão da sociedade em classes não é considerada como um elemento central da análise. Faz-se um apelo geral a todos as "pessoas de bem" e a todos os "patriotas honestos" e mantém-se uma grande expectativa em relação ao potencial de rebelião dos militares nacionalistas.

Do ponto de vista econômico, prevalece uma concepção de *capitalismo produtivo nacional* baseada na cooperação entre as classes sociais internas à nação. Acredita-se que é possível conciliar capital e trabalho no sentido destes, juntos, promoverem o desenvolvimento nacional. O que verdadeiramente importa e está acima de tudo para esta perspectiva é o desenvolvimento do Brasil como um país digno do seu potencial, com capacidade para se tornar, inclusive, um líder no cenário mundial e para assegurar uma vida digna ao povo brasileiro. (Vidal, 1987).

O que se percebe é que esta perspectiva busca renovar o *nacional-desenvolvimentismo* e o antigo *trabalhismo* que marcou a história do país no período Vargas e no governo João Goulart. Ao não questionar os fundamentos centrais do capitalismo dependente e o regime de classes vigente no Brasil, essa visão alimenta ilusões no que diz respeito ao potencial do capital nacional ou da burguesia brasileira para adotar uma perspectiva independentista. Ao tratar o problema da dependência externa como um problema relativo à "moral degradada das nossas elites", acredita-se que a substituição destas "elites aculturadas" por dirigentes honestamente identificados com os interesses da nação seria suficiente para uma ruptura com o sistema imperialista.

Embora existam diferenças marcantes entre as duas últimas concepções políticas mencionadas, é perceptível a existência de pontos convergentes entre elas, inclusive em questões essenciais. É comum, por exemplo, a crítica ao *capital financeiro especulativo* e a defesa da necessidade de investir-se numa espécie de "capitalismo produtivo" capaz de desenvolver o país e melhorar o nível de vida da população. Assim, as divergências entre elas se referem primordialmente a qual caminho seguir e de modo algum ao objetivo final a ser alcançado.

No caso da primeira concepção, a ênfase se dirige ao envolvimento das *forças populares* na construção do projeto nacional, já para a segunda, o fundamental seria promover a união do *povo brasileiro* com os militares patriotas. Entretanto, ambas as concepções tem como objetivo a ruptura ou, pelo menos, a subordinação do capital externo aos interesses nacionais. Como o caráter *antagonicamente estruturado* da sociedade e o caráter *particular e socialmente enraizado* do Estado nacional não são questionados explicitamente, permanece uma concepção ilusória

em relação ao potencial de desenvolvimento de um capitalismo autônomo no Brasil e, portanto, ainda se atribui à burguesia "nacional" certos atributos reformistas e até revolucionários que esta não possui há muito tempo.

3. A necessidade de uma alternativa estratégica radical.

Não é realista imaginar que o desenvolvimento capitalista resolverá problemas básicos para a maioria da população. Ao fim, o que deve ser discutido como alternativa não é a consolidação do Estado e a realização plena do "capitalismo autônomo", mas sim a sua superação. A questão relevante, então, é como construir caminhos para o socialismo. (Cardoso e Faletto, 1985, p. 30).

Esta afirmativa, feita pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em 1978, não seria válida para refletirmos sobre o momento atual, após os anos de *contra-reforma*, consolidadas no governo Fernando Henrique Cardoso? Tal afirmativa contrasta de forma nítida com a ideologia tecnocrática vigente nos anos 90.

O que caracteriza esta ideologia é a apresentação de determinadas políticas, implementadas para atender interesses específicos de classe, como se fossem de natureza *técnica* e não *ideológica*. Assim, espera-se que tais políticas sejam aceitas como as únicas possíveis, uma vez que seriam sancionadas não pela ordem modificável da história, mas pela legitimidade inalterável da própria *natureza*. Ao fazer uso de termos técnicos como "ajuste" estrutural, "mecanismos" de mercado, etc., essa ideologia "anti-ideológica" visa afastar a possibilidade de qualquer questionamento aos parâmetros *estruturais* estabelecidos, como decorrente de atitudes *irracionais*.

O próprio Fernando Henrique Cardoso, quando presidente, se referiu diversas vezes àqueles que propunham uma alteração de *rumo* da sua política como pessoas irresponsáveis e irracionais, que ousavam duvidar do acerto de medidas supostamente necessárias e *racionais* em sua essência. Ao comentar a vitória de Lula para presidente do Brasil nas últimas eleições, Fernando Henrique afirmou que o fundamental era que o rumo da política anterior não fosse alterado. Entretanto, fica a pergunta: se o voto de aproximadamente 50 milhões de brasileiros em Lula

representou o rechaço da maioria da população brasileira à política de seu antecessor, que sentido teve esta *decisão popular* se tal política tiver continuidade?

Desta forma, assiste-se a uma combinação política de outro tipo: o *autoritarismo* como condição do regime político representativo. Se o conteúdo dos projetos políticos não pode ser discutido, então o processo eleitoral esvazia-se, deixando de ser uma forma de manifestação da vontade popular. Talvez o autoritarismo de nossa época seja ainda mais profundo (justamente por ser mais disfarçado) do que aquele vigente no período ditatorial. Se na época da ditadura militar a manifestação dos diferentes pensamentos e projetos para o país era proibida, nos bastidores o debate continuava efervescente, desafiando o regime. Hoje, porém, não é proibido propor alternativas, mas as pessoas e organizações políticas são coagidas a não fazê-lo, por várias formas de intimidação, incluindo a acusação de irracionalidade.

Porém, conforme sugeriu a discussão feita nos capítulos anteriores deste trabalho, ao contrário do discurso de que "não há alternativa" às *contra-reformas* em curso, o que realmente importa é discutir *alternativas* à nada tranquilizadora situação atual.

Afinal, como disse Mézáros (2002), é justamente o fato do sistema do capital entrar numa fase de *ativação dos seus limites absolutos* que faz com que este se apresente, mais do que nunca, como a "única alternativa", não deixando espaço para nenhuma tomada de decisão legítima.

(...) neste sistema, "expansão" só pode significar *expansão do capital*, a que deve se subordinar tudo o mais, e não o aperfeiçoamento das aspirações humanas e o fornecimento coordenado dos meios para sua realização. É por isso que, no sistema do capital, os critérios totalmente fetichistas da expansão têm de se impor à sociedade também na forma de separação e alienação radicais do poder de tomada de decisões de *todos* – inclusive as "personificações do capital", cuja "liberdade" consiste em impor a outros os imperativos do capital – e em todos os níveis de reprodução social, desde o campo da produção material até os níveis mais altos da política. Uma vez definidos à sua maneira pelo capital os objetivos da existência social, subordinando implacavelmente todas as aspirações e valores humanos à sua expansão, não pode sobrar espaço algum para a *tomada de decisão*, exceto para a que estiver rigorosamente preocupada em encontrar os *instrumentos* que melhor sirvam para atingir-se a *meta predeterminada*. (Mézáros, 2002, p. 131).

Assim, o "consenso" realmente perverso atualmente em voga diz respeito ao sistema do capital, considerado um limite intransponível, e não à *ideologia neoliberal*. Na verdade, a "opção pelo neoliberalismo" não ajuda a explicar a guinada à direita de praticamente todos os "partidos do trabalho" anteriormente social-democratas. Se o problema se resumisse à escolha de uma ideologia política, certamente esses partidos não teriam nenhuma *preferência* pela ideologia neoliberal, já que nunca se identificaram com o fundamentalismo pseudo-liberal - na verdade neoconservador - de autores como Milton Friedman e Friedrich Von Hayek.

Como argumentou Mészáros (2002, 2003), a guinada à direita destes partidos, na verdade, somente é compreensível a partir de uma análise das *condições objetivas* modificadas. Estas condições objetivas se expressam na *incapacidade estrutural* de acumulação e expansão do capital, em nítido contraste com as condições que tornaram possíveis as políticas keynesianas durante um certo período de tempo. Por isso, o capital impõe as *políticas neoliberais* como as únicas possíveis, uma vez que a sua sobrevivência depende de uma maciça precarização da força de trabalho. Neste contexto, o espaço para *reformas* dentro da ordem torna-se cada vez mais estreito, daí a assimilação do *Velho Trabalhismo* às políticas de *contra-reforma* em curso em todo o mundo.

A longa duração da expansão keynesiana - anormal, mas significativamente confinada a um punhado de países capitalistas avançados - se deveu em grande parte às condições favoráveis da reconstrução do pós-guerra e à posição dominante nela assumida pelo complexo industrial-militar maciçamente financiado pelo Estado. Em compensação, o fato de que a fase "stop" de correção e contra-ação à fase "go" ter de assumir a forma dura e dolorosa do "neoliberalismo" (e "monetarismo", conforme sua racionalização ideológica pseudo-objetiva) - já no governo trabalhista de Harold Wilson, presidido monetária e financeiramente por Denis Healey na qualidade de Chanceler do Tesouro - deveu-se ao início da *crise estrutural* (não mais a crise cíclica tradicional) do capital, englobando toda uma época histórica. É o que explica a duração excepcional da fase "stop" neoliberal, agora já muito mais longa que a fase "go" do keynesianismo do pós-guerra. Fase que, ainda sem fim à vista, se vê perpetuada pela atenção igualmente cuidadosa de governos conservadores e trabalhistas. Ou seja, tanto a dureza anti-sindical quanto a duração assustadora da fase "stop" neoliberal, mais o fato de o neoliberalismo ser praticado por governos que deveriam estar situados de lados opostos do divisor político parlamentar, só podem

ser entendidos como manifestações da crise estrutural do capital. (Mészáros, 2003, p. 96-97).

Na medida em que a continuidade do processo de valorização do capital depende da negação de *reformas* que tenham como perspectiva tornar o sistema menos "selvagem" - mesmo daquelas mais insignificantes - a implementação destas reformas passa a depender, cada vez mais, da negação do sistema como um *todo*. É por isso que Mészáros, mais do que criticar a ideologia do "não há alternativa" atualmente em voga, insiste na defesa da necessidade histórica premente de buscar-se uma alternativa *positiva e global* ao sistema do capital.

Para Mészáros (2002, 2003), a crise estrutural do sistema do capital trouxe consigo a *atualidade histórica da alternativa socialista*, com o desafio de *reconstituir a unidade entre a esfera material reprodutiva e a esfera política*. Segundo o autor, a "urgência dramática" de rearticular um movimento socialista de massas deve ser colocada em primeiro plano, pois "o tempo está se esgotando". Os problemas explosivos e graves de nosso tempo, desde o desemprego estrutural crônico, passando pelos conflitos econômicos, políticos e militares internacionais, até a destruição ecológica, exigem uma alternativa radical ao modo de controle atual da reprodução do metabolismo social capaz de oferecer uma saída da crise estrutural do capital. A escala temporal dessa ação, para Mészáros, "talvez possa ser medida em algumas décadas, mas certamente não em séculos".

Os que falam a respeito de uma "terceira via" como solução ao nosso dilema, e que afirmam não haver espaço para a revitalização de um movimento radical de massa, ou querem nos enganar cinicamente ao dar o nome de "terceira via" à aceitação submissa da ordem dominante, ou não entendem a gravidade da situação, acreditando num sonhado resultado positivo que vem sendo prometido por quase um século, mas que não dá sinais de se realizar. A verdade desagradável hoje é que se não houver futuro para um movimento radical de massa, como querem eles, também não haverá futuro para a humanidade. (...) A terceira fase, potencialmente a mais mortal, do imperialismo hegemônico global, que corresponde à profunda crise estrutural do sistema do capital no plano militar e político, não nos deixa espaço para tranquilidade ou certeza. Pelo contrário, lança uma nuvem escura sobre o futuro, caso os desafios históricos postos diante do movimento socialista não sejam enfrentados com sucesso enquanto ainda há tempo. Por isso, o século à nossa frente deverá ser o século do "socialismo ou barbárie". (Mészáros, 2003, p. 108-109).

Wallerstein (2002a) também considera que o esgotamento do capitalismo como sistema histórico mundial, devido às suas próprias contradições internas, exige pensar alternativas.

(...) precisamos trabalhar no terreno prático, com coerência e constância, discutindo nossas utopias e avançando. Quando o atual sistema internacional desabar sobre nós nos próximos cinquenta anos, teremos de contar com uma alternativa concreta a oferecer, uma alternativa que seja produto da criação coletiva. Somente então teremos a oportunidade de conquistar uma hegemonia gramsciana na sociedade civil mundial e, portanto, a chance de vencer a luta contra aqueles que procuram mudar tudo para que nada mude. (Wallerstein, 2002a, p. 221)

Para Wallerstein (2002a), também parece esgotada a via reformista de mudança social, seja na forma do reformismo social-democrata anterior ou na perspectiva da "terceira via" atual, ambos herdeiros da "estratégia de reforma racional" do liberalismo.

Cabe perguntar-se que escolha têm as forças da esquerda. Se 1989 representa o fim de uma era cultural que começou em 1789, quais serão, quais podem ser, as novas bandeiras ideológicas da era atual? Permitam-me sugerir uma possível via de análise. As bandeiras da Modernidade, a era que acaba de terminar, foram o valor do novo e a normalidade da mudança política. Estas bandeiras resultaram, por lógica conseqüência, como temos tentado provar, no triunfo do liberalismo como ideologia, isto é, no triunfo da estratégia da reforma racional e consciente visando o aperfeiçoamento da estrutura política. Como no contexto da economia internacional capitalista existem limites intrínsecos (e despercebidos) ao "aperfeiçoamento" da estrutura política, essa ideologia atingiu seus limites (em 1968 e 1989) e agora perdeu eficácia. Estamos hoje numa nova era, que eu descreveria como uma era de esfacelamento da economia internacional capitalista. Tudo o que se fala sobre a criação de "uma nova ordem mundial" não passa de conversa inútil, quase ninguém acredita nisso e de todo modo é muito improvável que aconteça. (Wallerstein, 2002a, p. 248).

Ainda de acordo com as proposições analíticas destes autores (Mészáros e Wallerstein), o caminho reformista está esgotado não só para os países de capitalismo avançado mas, principalmente, para os países das regiões periféricas. Como disse Mészáros (2002), as contínuas promessas de "modernização" do "Terceiro Mundo" não foram capazes de resolver os problemas básicos dessas sociedades e hoje soam ainda mais ocas, dado o fim do sonho desenvolvimentista.

Diante da crise estrutural do sistema do capital, o imperialismo condena todos os anseios de autonomia e identidade nacional como expressão do "atraso" em relação à "civilização". Entretanto, só o faz em relação às suas neocolônias do "Terceiro Mundo", já que a identidade nacional é considerada um privilégio dos povos metropolitanos.

No caso brasileiro, as políticas chamadas de *reforma do Estado* correspondem, na verdade, a *contra-reformas* destinadas a perpetuar o capitalismo dependente como *via de menor resistência* da burguesia "nacional". Entretanto, num contexto de crise estrutural do capital, tais políticas não passam de "renovações" neocolonizadoras, agravando a contradição entre a *construção nacional* e "a continuidade da contra-revolução por outros meios", como falou Florestan Fernandes.

Por outro lado, as propostas de reforma do capitalismo dependente brasileiro, numa perspectiva de construir um "capitalismo autônomo" centrado no Estado, não entendem a gravidade da situação ao dirigirem suas críticas à adoção das "políticas neoliberais". Diferentemente do que esta crítica sugere, a grave situação em que se encontra o país com o "desmonte do Estado" não teve como *causa* o "ajuste neoliberal", mas a crise estrutural do sistema do capital. O "ajuste" em questão foi apenas uma forma de administrar a perpetuação da dependência, nas condições alteradas do processo de produção e reprodução do capital. Essa mudança na forma de colocar a questão altera substancialmente os termos da discussão. Na primeira, se entende que os problemas do Brasil foram provocados pelo "modelo econômico neoliberal", adotado pelos últimos governos. Na segunda, compreende-se que os problemas brasileiros são fruto do aprofundamento da dependência estrutural brasileira, num contexto em que a reprodução do sistema do capital em seu conjunto não oferece outra alternativa para os países da "periferia subdesenvolvida". Assim, mais do que problemas de *política econômica*, os problemas do Brasil são problemas de *economia política*, ou seja, da continuidade da economia política burguesa como parâmetro estrutural incontestável.

Conforme evidenciaram as análises de Florestan Fernandes (1981, 1987, 2000) e Ruy Mauro Marini (2000a, 2000b), há muito tempo que a burguesia brasileira não

tem interesse em romper com o sistema de dependência, protagonizando um processo de luta antiimperialista. Assim, a realização da necessidade histórica de levar a revolução burguesa (em seu caráter de revolução democrática e nacional) até as últimas conseqüências, deve contar com o protagonismo das classes subalternas, ligando-se a uma estratégia de construção do socialismo. Nas palavras de Florestan Fernandes (2000),

Hoje, o desenvolvimento do capitalismo não passa pela revolução nacional. Por uma razão simples: onde a revolução nacional constituir uma necessidade histórica (e ela aparece como tal reiteradamente, quase universalmente na periferia), ela terá de opor-se ao capitalismo. As revoluções nacionais *que se atrasaram* são revoluções nacionais que não puderam desatar-se e completar-se dentro e através do capitalismo. Agora, têm de voltar-se contra ele. Isso define a relação recíproca da burguesia com o proletariado no plano mundial: a revolução nacional já não é instrumental para o desenvolvimento capitalista (...) e, por conseguinte, para que a revolução nacional ganhe viabilidade em muitos países periféricos, é preciso que as revoluções proletárias quebrem as amarras de seu estancamento ou paralisação. (p. 117-118).

Atualmente esta contradição se apresenta de forma ainda mais intensa. Dada a ativação dos limites absolutos do capital, a recolonização é apresentada, embora sob uma roupagem reformista, como um destino inelutável das sociedades periféricas. Entretanto, aquilo que se apresenta como uma verdadeira *lei da natureza*, nada mais é do que uma *política determinada* que visa atender interesses específicos de classe e de manutenção do *status quo*. Ao mesmo tempo em que esta política responde a necessidades objetivas do sistema do capital como um todo, ela também decorre de *opções* de classe. No caso em questão, trata-se da opção da burguesia brasileira pela continuidade da sua *via de menor resistência* de associação com o imperialismo.

Porém, não se pode interpretar esta *opção* da burguesia brasileira no sentido de uma "liberdade de escolha" abstrata, pois se as escolhas políticas existem, elas são limitadas pelo contexto objetivo em que operam. Esta escolha da burguesia certamente não se dá sem uma avaliação dos riscos e conseqüências das alternativas em jogo. É por isso que a entrega da nação por completo – apesar das imensas contradições geradas – é preferível para a burguesia brasileira do que a via mais difícil e arriscada de uma ruptura com o imperialismo.

Ao buscar justificar suas políticas anti-nacionais, anti-democráticas e anti-sociais, recorrendo a um discurso tecnocrático, as classes dominantes no Brasil não fazem mais do que tentar legitimar essas políticas diante das classes subalternas, que podem representar um perigo para a tão proclamada manutenção da "estabilidade". Com a monótona repetição de que "não há alternativa", pretende-se que os "condenados do sistema" mantenham-se no conformismo e na apatia.

Mas, ao contrário disso, a gravidade da situação atual com a entrada do capital numa fase de crise estrutural e o conseqüente agravamento das iniquidades do *capitalismo dependente* brasileiro, apresenta a urgência de pensar alternativas que não as "renovações" neocolonizadoras.

Como disse Toledo (1999), nos anos 50 e 60 vários pensamentos e ideologias políticas (liberais, socialistas, nacionalistas, conservadoras) se organizavam politicamente e lutavam pela implementação de seus projetos para a sociedade brasileira. O autor cita as seguintes tendências político-ideológicas vigentes no período e seus protagonistas, de acordo com o estudo de R. Bielschowsky, intitulado *Pensamento Econômico Brasileiro*.

- *Liberais não-desenvolvimentistas, não-industrialistas* (neoliberais): FGV, Conselho Nacional de Economia, Associação Comercial do Estado de São Paulo. Intelectuais: Eugênio Gudín, Octávio Bulhões.
- *Liberais desenvolvimentistas não-nacionalistas*: Vinculados à burocracia pública, - BNDE, Comissão Mista Brasil-EUA: Roberto Campos, Lucas Lopes, Gylcon de Paiva, etc.
- *Desenvolvimentistas privatistas*: CNI, FIESP - (herdeiros de Roberto Simonsen: João Paulo de A. Magalhães, Nuno Figueiredo, Hélio Jaguaribe, etc.)
- *Desenvolvimentistas nacionalistas*: BNDE, ISEB, Cepal - Celso Furtado, Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida, Evaldo C. Lima, Guerreiro Ramos, Vieira Pinto.
- *Socialistas*: PCB, PSB: N. Werneck Sodré, Caio Prado Jr., Alberto Passos Guimarães, etc. (p. 83)

Hoje, ao contrário, predomina a ideologia neoliberal que "sufoca a inteligência e a crítica", como disse Toledo. Este sufocamento do pensamento crítico teve início na ditadura militar que, através da força, impôs uma cultura do silêncio e do medo. Inclusive o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que possuía uma

ideologia nacional-desenvolvimentista foi considerado pela ditadura "uma entidade perigosa a serviço da subversão e do comunismo internacional".

Já para Saes (1999), a despeito da instabilidade do regime político, de 1930 a 1990, o Estado burguês no Brasil apresentou um elemento duradouro: "um compromisso mínimo com um projeto de desenvolvimento capitalista para o Brasil; compromisso esse que se concretiza por intermédio de uma política estatal de apoio ao prosseguimento da industrialização pela 'substituição de importações'". (p. 117). A partir dos anos 90, porém, paradoxalmente num momento em que as eleições diretas para a Presidência da República foram restauradas, esse compromisso histórico foi revogado. Nas palavras de Saes,

(...) a redemocratização de 1988 abriu a via para o estabelecimento de um total controle do Estado brasileiro e de uma total dominação da economia brasileira pelo capital financeiro internacional. (...) O Estado brasileiro conduz, desde os anos 90, uma política destinada a liquidar o arranjo político instável, mas efetivamente vigente até então, entre o capital monopolista nacional, o capital estrangeiro e os dirigentes de empresas públicas (o famoso "tripé" da economia brasileira, sobre o qual tanto discorreu o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso). Tal política se configura objetivamente como ação de extermínio econômico da "burguesia interna" e deságua na transmissão progressiva do seu espaço econômico à burguesia financeira internacional. Se essa contra-revolução imperialista, conduzida "do alto" pelo Estado brasileiro, agora dirigido por sociólogos e tecnocratas, vai atingir plenamente os seus objetivos. Só o futuro próximo dirá. (1999, p. 118-119).

A esse comentário de Saes resta acrescentar que se trata de um *auto-extermínio* da burguesia interna. Quanto ao futuro, depende da ação das forças sociais e políticas em disputa. Talvez um primeiro passo na direção de um futuro qualitativamente diferente do atual, seja a retomada de um debate ideológico e intelectual "intenso, apaixonado e criativo", como falou Toledo.

Entretanto, nesse debate não se pode esquecer os equívocos do passado e a advertência de Mészáros (2003) de que "o tempo está se esgotando". Não se pode esquecer, por exemplo, que as tentativas de superar a dependência através da construção de um "capitalismo autônomo" na periferia foram frustradas historicamente, justamente pela burguesia interna ter preferido aliar-se sempre ao imperialismo contra os anseios independentistas das classes populares. Atualmente, a submissão desta burguesia ao imperialismo se exacerba ainda mais, uma vez que

o sistema torna cada vez mais estreitas as margens para reformas. Não é por acaso que qualquer tentativa de instituir, pela via das reformas, medidas de limitação do poder do imperialismo, acaba esbarrando em fortes restrições.

Como disse Mészáros (2003), dada a crise estrutural do sistema do capital, mesmo que uma alteração conjuntural fosse capaz de criar durante algum tempo uma tentativa de instituir alguma forma de administração financeira keynesiana do Estado, ela teria forçosamente uma duração muito limitada, em virtude da ausência de condições materiais capazes de propiciar a sua extensão por um período maior, mesmo nos países avançados. Em relação à realidade da periferia, a questão se coloca de modo semelhante, ou seja, mesmo que fosse possível instituir algum tipo de reforma capaz de limitar por algum tempo o poder do imperialismo, ela não seria duradoura devido à ausência de condições materiais. Assim, mais do que mudanças *conjunturais* da política dominante no Brasil, as condições atuais exigem *transformações estruturais* capazes de viabilizar uma alternativa radical ao projeto de recolonização em curso.

É por isso que as propostas de reforma do capitalismo dependente brasileiro, mais do que nunca, precisam ligar-se a uma perspectiva totalizante de superação do sistema do capital em seu *conjunto*. Caso contrário não passarão, na melhor das hipóteses, de uma "tarefa de Sísifo", sendo revertidas pela lógica da produção destrutiva toda vez que forem implementadas e, na pior das hipóteses, de um engodo destinado a convencer os "condenados do sistema" a esperarem o dia do juízo final sem reclamarem da sua situação presente.

Esta compreensão é fundamental para que aqueles que buscam uma alternativa efetivamente renovadora para o país não sejam derrotados devido à adoção de uma perspectiva estratégica que a história já demonstrou estar equivocada. E para que a classe trabalhadora brasileira não tropece mais em falsas alternativas que só fazem desviá-la do caminho da sua emancipação.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Laís W. Movimiento sindical, transición y consolidación democrática en Brasil. In: ABRAMO, Laís W., et al. **Sindicatos y transición democrática**. Santiago: Planeta, 1991, p. 85-133. (El sindicalismo latinoamericano en los 90 – Volumen I).

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Pragmatismo por necessidade: os rumos da reforma econômica no Brasil. In: **Dados** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 39, nº 2, p. 213-235, 1996.

AMIN, Samir. Unidad y mutaciones del pensamiento único en economía. In: SEGRERA, Francisco Lopes (ed.). **Los retos de la globalización**. Caracas: Unidad de Artes Gráficas e Impresión UNESCO/CRESALC, 1998, p. 165-185. (Tomo I).

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1982.

----- . **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas: Pontes Editora, 1995.

BANCO MUNDIAL. **Relatório desenvolvimento mundial**: 2000-2001. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org/>> Acesso em: dezembro 2000.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington**: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo, Movimento Consulta Popular, Cartilha nº 07, 1999.

BOLETIM DO DIAP. nov. 1996. Disponível em <<http://www.diap.org.br/>>. Acesso em: outubro 2000.

----- . Reforma trabalhista na era FHC. mar. 1999. Encarte. Disponível em <http://www.diap.org.br/Diap_99/Boletin/marco/>. Acesso em: outubro 2000.

BRAGA, Ruy. "A crise contemporânea como crise orgânica do capitalismo tardio", in: KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo; BRAGA, Rui. **Novas tecnologias**: crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995. p. 53-83.

BRASIL. Governo Federal. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor para a Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/secom/cocecao/PLANDIA.htm/>>. Acesso em: outubro 2000.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Fazenda. **Acordo com o FMI**. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/>>. Acesso em: 22 de maio de 2003.

----- . Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília – DF.

CARDOSO, Fernando Henrique. Nota sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. In : SERRA, José (coord.) **América Latina:** ensaios de interpretação econômica. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 364-394.

-----; FALETTO, Enzo. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique; SORJ, Bernardo; FONT, Maurício. **Economia e movimentos sociais na América Latina.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASANOVA, Pablo González. Globalidade, neoliberalismo e democracia. In: GENTILI, Pablo (org.). **Globalização Excludente.** Petrópolis: Vozes, 2000.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHESNAIS, François. Rumo a uma mudança total dos parâmetros econômicos dos enfrentamentos políticos e sociais. **Revista Outubro,** 1998. mimeo.

DÍAS-CALLEJAS, Apolinar. Nueva hegemonía en el "viejo" Nuevo Orden Mundial. In: SEGRERA, Francisco Lopes (ed.). **Los retos de la globalización.** Caracas: Unidad de Artes Gráficas e Impresión UNESCO/CRESALC, 1998, p. 493-525. (Tomo I).

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, 157p.

----- . **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987, 413p.

----- . **A Constituição inacabada.** São Paulo: Estação Liberdade, 1988.

----- . **A transição prolongada:** o período pós-constitucional. São Paulo: Cortez, 1990.

----- . O que é revolução. In: MOVIMENTO CONSULTA POPULAR. **Clássicos sobre a revolução brasileira:** Caio Prado Júnior – Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2000, p. 55-149.

FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido:** ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995a, 245p.

-----. **O vôo da coruja:** uma leitura não liberal da crise do Estado desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1995b, 133p.

-----. Estabilização, reformas e globalização: o Brasil na hora da verdade. **Rumos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 20, nº 126, p. 30-35, 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 27 abr. 2002, cad. B, p. 4.

GONÇALVES, Reinaldo. **Vagão descarrilhado:** o Brasil e o futuro da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2002, 236p.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O Capital:** crítica da economia política. 2ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** 7ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GUESSER, Adalto Herculano. **As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil:** uma análise dos documentos do BIRD e do BID para o período de 2000-2003. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

IANNI, Octávio. **A sociedade global.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

-----. **Neoliberalismo e neosocialismo.** Campinas: IFCH/UNICAMP, 1996. mimeo.

JAMES, Estelle. Uma visão dos sistemas de seguridade social no mundo. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A PREVIDÊNCIA, 1997, Brasília. **Anais...** Brasília: [s. n.], Governo Federal, 1997.

JUN, Nishikawa. Las relaciones Norte-Sur em el período post-guerra fría - su significado en la formación de un orden global. In: SEGRERA, Francisco Lopes (ed.). **Los retos de la globalización.** Caracas: Unidad de Artes Gráficas e Impresión UNESCO/CRESALC, 1998, p. 525-545. (Tomo I).

KATZ, Cláudio; COGGIOLA, Osvaldo. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

LA LUCHA popular tumba a 3 presidentes, 4 ministros de economía y paraliza el pago de la deuda externa. **Rebellion:** periodico electrónico de información alternativa. 31 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/sociales/tumba311201.htm/>>. Acesso em: dezembro

2002.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Estado e a revolução:** o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Hucitec, 1987.

-----. **O imperialismo:** fase superior do capitalismo. 6ª edição, São Paulo: Global, 1991. (Bases 23).

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: **O capitalismo tardio.** São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 333-351. (Os economistas).

-----. **A crise do capital:** os fatos e a sua explicação marxista. São Paulo: Ensaio/UNICAMP, 1990.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência:** uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000a, p. 105-167.

-----. Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência:** uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000b, p. 11-105.

MARTÍNEZ, Rafael Cervantes et al. **Transnacionalización y desnacionalización:** la metamorfosis del capitalismo monopolista de Estado. Ciudad de La Habana, 1998, 58 p. mimeo.

MARX, Karl. Lei da queda tendencial da taxa de lucro. In: MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. 3ª edição. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Livro Terceiro, Tomo I, Os economistas).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2002, 132 p.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil:** origens da autocracia burguesa. São Paulo: Cortez, 1997.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital:** rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo e Editora da UNICAMP, 2002, 1102p.

-----. **O século XXI:** socialismo ou barbárie?. São Paulo: Boitempo, 2003, 116p.

MICHALET, Charles-Albert. **O capitalismo mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 260p. (O mundo hoje).

OIT pressiona FHC a anistiar petroleiros. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 mai. 1997, cad. 2, p. 12.

PETRAS, James. Os fundamentos do neoliberalismo. In: OURIQUES, Nildo; RAMPINELLI, Waldir José (orgs.). **No fio da navalha**: crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

-----. Centralidad del estado en el mundo actual. **Rebellion**: periodico electrónico de información alternativa. 26 mai. 2001. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/petras/petrascentralidad.htm/>> Acesso em: abril 2003.

-----. ¿Quién Gobierna el Mundo?. **Rebellion**: periodico electrónico de información alternativa. 21 mai. 2002a. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/petras/petras200502.htm/>>. Acesso em: novembro 2002.

-----. La recolonización y la "necesidad de un nuevo imperialismo". **Rebellion**: periodico electrónico de información alternativa. 8 jan. 2002b. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/petras/090102.htm/>> Acesso em: novembro 2002.

-----; VELTMEYER, Henry. El capitalismo al fin del milenio. **Rebellion**: periodico electrónico de información alternativa. 21 mar. 2002. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/petras/milenio-petras.htm/>>. Acesso em: novembro 2002.

-----. ¿Adónde va Brasil? (III). **Rebellion**: periodico electrónico de información alternativa. 16 abr. 2003. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/petras/petrasbrasil160403.htm/>> Acesso em: maio 2003.

PINTO, Aníbal. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In : SERRA, José (coord.) **América Latina**: ensaios de interpretação econômica. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 44-83.

PRESTES, Anita Leocádia. "A que herança os comunistas devem renunciar". Porto Alegre, **Revista Oitenta**, nº 4, [198?].

PRESTES, Luís Carlos. **Carta aos comunistas**. 2ª edição, São Paulo: Alfa-Ômega, 1980, 56p.

REIS, Marilise Luísa Martins dos. **A universidade pública em crise**: dilemas e desafios frente à globalização e ao Mercosul educativo. 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

REZENDE, Flávio da Cunha. Os leviatãs estão fora de lugar. In: **Dados** - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 39, nº 2, p. 195-213, 1996.

SACHS, Jeffrey. Argentina sangra nas mãos do FMI. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2002, cad. B, p. 10.

SADER, Emir (org.). **ALCA**: integração soberana ou subordinada?. São Paulo: Expressão Popular, 2001, 224p.

SAES, Décio. Uma interpretação marxista da evolução do Estado no Brasil. In: COSTA, Sílvio (org.). **Concepções e formação do Estado brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999, p. 104-120.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999, 254p.

SÁNCHEZ, Germán. El asalto neoliberal. In: SEGRERA, Francisco Lopes (ed.). **Los retos de la globalización**. Caracas: Unidad de Artes Gráficas e Impresión UNESCO/CRESALC, 1998, p. 255-287. (Tomo I).

SANTOS, Alexandre Aguiar dos. **As conseqüências do capitalismo dependente no Ensino Superior brasileiro**. 1999. Dissertação (Mestrado em Direito) - Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, María Calvo. **Considerações acerca da hegemonia financeira e a autonomia do Estado**: refletindo sobre uma realidade de bem-estar social ou de bem-estar privado. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SCHWARTZ, Gilson. Colapso do Estado é causa da fragilidade Argentina. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 abr. 2002, cad. B, p. 2.

SERRA, José. O desenvolvimento da América Latina: notas introdutórias. In: SERRA, José (coord.) **América Latina**: ensaios de interpretação econômica. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 15-43.

SOUSA, Fernando Ponte de. Relações de trabalho sob a "aliança do mal". In: OURIQUES, Nildo; RAMPINELLI, Waldir José (orgs.). **No fio da navalha**: crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

SOUSA, Fernando Ponte de. **Brasil no Mercosul**: integração e exclusão no processo decisório. Florianópolis: UFSC, 1998. (Relatório Final de Pesquisa - CNPq. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia Política).

STEFFAN, Heinz Dieterich. Globalización, educación y democracia en America Latina.

In: CHOMSKY, Noam; STEFFAN, Heinz Dieterich. **La sociedad global**. México: Grupo Editorial Planeta, 1995.

-----; FRANCO, Raimundo; PETERS, Arno. **Fin del capitalismo global: el nuevo proyecto histórico**. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1998, 135p.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In : SERRA, José (coord.) **América Latina: ensaios de interpretação econômica**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 210-252.

TOLEDO, Caio Navarro de. Estado nacional e desenvolvimento capitalista no Brasil. In: COSTA, Sílvio (org.). **Concepções e formação do Estado brasileiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1999, p. 82-104.

TREPELKOVA, Vasilii Petrovich. **A crise geral do capitalismo**. 2ª edição, Moscou: Edições Progresso, 1985, 173 p.

VALOR. 3, 4 e 5 mai. 2002, cad. A, p. 11.

VIDAL, Bautista. **De Estado servil a nação soberana: civilização solidária dos trópicos**. Petrópolis: Vozes, 1987, 319p.

VON MISES, Ludwig. Terceira lição: o intervencionismo. In: **Seis lições**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987. (Instituto Liberal).

WALLERSTEIN, Immanuel. A morte do socialismo, ou o capitalismo em perigo mortal?. In: **Após o liberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002a, p. 211-271.

----- . Paz, estabilidade e legitimidade, 1990-2025/2050. In: **Após o liberalismo**. Petrópolis: Vozes, 2002b, p. 34-55.

.....

